



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA



**Condições do lugar: Relações entre saúde e ambiente para  
pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na  
região denominada cracolândia.**

**SÃO PAULO  
2015**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA



**Thiago Godoi Calil**

**Condições do lugar: Relações entre saúde e ambiente para  
pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na  
região denominada cracolândia.**

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.*

*Orientadores:* Rubens de Camargo Ferreira Adorno

**SÃO PAULO  
2015**

**É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução, total ou parcial, é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.**

### **Catálogo da Publicação**

**Serviço de Documentação XXXX**

**Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo**

**Calil, Thiago Godoi**

**Condições do lugar: Relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia. Orientador Rubens de Camargo Ferreira Adorno – São Paulo – 2015.**

**Nº fls. 145 f.: il.**

**Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2015**

CALIL, Thiago Godoi Condições do lugar: Relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro dos Campos Elíseos, especificamente na região denominada cracolândia.- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

## FOLHA DE APROVAÇÃO (DISSERTAÇÃO)

**Calil, Thiago Godoi**

**Condições do lugar: Relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia.**

Dissertação apresentada ao *Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo*, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_ **Instituição:** \_\_\_\_\_

**Julgamento:** \_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_ **Instituição:** \_\_\_\_\_

**Julgamento:** \_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_ **Instituição:** \_\_\_\_\_

**Julgamento:** \_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte deste processo.

Ao professor Marcelo Andrade por me incentivar a entrar nesta jornada.

Aos professores Leandro Giatti, Maria da Penha Vasconcelos, Gabriela Di Giulio, Renata Toledo, Paulo Cesar Xavier Pereira e José Guilherme Magnani que acompanharam e colaboraram com o desenvolvimento do estudo.

Ao professor e orientador Rubens de Camargo Ferreira Adorno pela parceria e as ótimas conversas esclarecedoras.

Agradeço todos redutores de danos que dividiram momentos na rua comigo neste período, em especial no momento desta pesquisa: Roberta Marcondes Costa, Bruno Logan Azevedo, Willy da Silva Araújo e Camila Stephanie.

Aos interlocutores na rua pelo acolhimento e confiança. São inesquecíveis os momentos que passamos juntos, e espero que esta troca e respeito sempre permaneça.

Agradeço demais os desenhistas Marcelo Maffei, Vanessa Pens, Bárbara Salomé, Séfora Rios, Rafael Trabasso (Dedos) e Beatriz Figueira por entrarem neste barco e se empolgarem em tornar concreta a ideia dos desenhos.

À toda equipe do É de Lei pela compreensão, incentivo, aprendizados e trocas contínuas.

À Bruna Bom pela paciência e companhia em grande parte do processo, e pela carinhosa revisão de texto em grande parte da dissertação.

A todos da família pelo imenso apoio. À Maria e Rosa pela energia sempre leve e positiva quando o bicho pegou. E à Calu por ser sempre incondicionalmente parceira.

Por fim, agradeço os espaços que me acolheram e me fizeram ler, pensar e escrever: mundo novo 22, paz de Itu, cemitério do Araçá, Biblioteca da Medicina, o sossego selvagem de Mairiporã e ao Uruguai.

“Cultive o vão, o espaço das possibilidades”

(Grafite observado em muro de casa –  
Pacaembu, São Paulo - SP - Autor desconhecido).

## RESUMO

---

**CALIL, T. G.; Condições do lugar: Relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.**

O Bairro da Luz surge como uma região nobre no centro da cidade de São Paulo no final do século XIX. Com a queda da economia do café e a expansão da cidade para outras regiões mais valorizadas, o bairro passou a viver mudanças significativas em suas dinâmicas econômicas e sociais. Após a desativação do Terminal Rodoviário em 1982, intensificou-se o processo de degradação urbana e social que já acompanhava a história do bairro. A ‘chegada do crack’ - mistura de pasta base de cocaína, água e bicarbonato de sódio (e outras substâncias desconhecidas) - no início dos anos 1990, configurou nova dinâmica local e contribuiu para diversas ações do poder público, que trouxeram mudanças ambientais significativas para moradores e frequentadores. Neste contexto, o crack é uma substância que passou a ter um uso social e cotidiano para a população da região. A relação de consumo e comércio desta substância se territorializou e agravou uma considerada desqualificação social e urbana no bairro, que associada à política proibicionista em relação às drogas, teve efeitos perversos. Tal condição potencializa o forte estigma da sociedade associado a este espaço, o que leva a uma consequente exclusão dos que lá estão. Para a Saúde Ambiental, a deterioração física e social deste ambiente pode propiciar condições de baixa qualidade de vida e facilitar a ocorrência de agravos à saúde para além da condição de uso de uma determinada substância. Nesse sentido, este projeto se propõe a investigar a relação entre saúde e ambiente (contexto) no cotidiano das pessoas que fazem uso do crack na cracolândia, região central da cidade de São Paulo. A partir desta aproximação este estudo tem o objetivo de trazer informações capazes de subsidiar políticas públicas mais eficientes.

**Palavras chave:** *cracolândia, saúde, ambiente, políticas, cuidado, redução de danos*



## ABSTRACT

---

**CALIL, T. L .; Place Condition: Relations between health and environment for people who use crack in the Luz neighborhood, specifically in the region called cracolândia. 2015. 145 f. Thesis (MS) - School of Public Health, University of São Paulo, São Paulo, 2015.**

The Luz district emerges as a prime area in the center of São Paulo in the late nineteenth century. With the fall of the coffee economy and the city's expansion to more valued regions, the neighborhood lived significant changes in its economic and social dynamics. The deactivation of the Bus Terminal in 1982 intensified the process of urban and social degradation that has accompanied the history of the neighborhood. The 'arrival of crack' - mixture of cocaine base paste, water and baking soda (and other unknown substances) - in the early 1990s, set up new local dynamics and contributed to several government actions that brought significant environmental changes for locals and other people that regularly attend the place. In this context, the crack is a substance which has a social use in a daily life for the population of the region. The relationship of consumption and trade of this substance have aggravated a territorialized considered social and urban disqualification in the neighborhood, which associated with the prohibitionist policy on drugs, had perverse effects. This condition enhances the strong stigma in society associated with this space, which leads to a consequent exclusion of those who are there. For Environmental Health, physical and social deterioration of this environment can provide conditions of low quality of life and facilitate the health problems of occurrence beyond a condition of use of a substance. In this sense, this project aims to investigate the relationship between health and environment (context) in the daily life of people who use crack in cracolândia, central region of São Paulo. From this approach, this study aims to bring information that can support more efficient public policies.

**Keywords:** cracolândia, health, environment, political, care, harm reduction

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

---

AMA – Assistência Médica Ambulatorial  
CAPS – ad – Centro de Atenção Psicossocial em álcool e drogas  
CAT – Centro de Apoio ao Trabalhador  
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas  
DAR – desentorpecendo a Razão  
DBA – Programa ‘De Braços Abertos’  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
FIDDH – Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos  
GEM – Grupo Executivo Municipal  
GCM – Guarda Civil Metropolitana  
HHR – Health and Human Rights Resources  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
IPTU – Imposto Territorial Urbano  
MP – Ministério Público  
MS – Ministério da Saúde  
ONG – Organização Não Governamental  
POT – Programa Operação Trabalho  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSF – Programa Saúde da Família  
PM – Polícia Militar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RD – Redução de Danos  
RRD – Redução de Riscos e Danos  
SAE – Serviço de atenção especializada em DST/Aids  
SAID – Serviço de Atenção Integral ao Dependente  
SP – São Paulo  
UBS – Unidade Básica de Saúde

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade São Paulo

---

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

## Lista de Figuras

- Figura 1:** Campanha contra a proibição das drogas.
- Figura 2:** Torre do Relógio da Estação Sorocabana/ Júlio Prestes.
- Figura 3:** Batalhão de Choque da Polícia Militar.
- Figura 4:** Panorâmica do fluxo na cracolândia.
- Figura 5:** Fluxo` na esquina da rua Helvetia e Cleveland.
- Figura 6:** “Tudo vira pedra e a pedra vira tudo”.
- Figura 7:** Objetos da cracolândia.
- Figura 8:** Pensão Café ‘Alhambra’. Rua barão de Piracicaba.
- Figura 9:** Chegada Amélia.
- Figura 10:** Vergonha de Amélia.
- Figura 11:** Os obstáculos de Amélia.
- Figura 12:** Confidência de Amélia.
- Figura 13:** Morgana na contínua reconstrução de sua identidade.
- Figura 14:** As questões de Jony.
- Figura 15:** O desespero de Gilson dormindo.
- Figura 16:** O desespero de Gilson acordado.
- Figura 17:** O encontro.
- Figura 18:** O contato.
- Figura 19:** Resistência humana e espacial.
- Figura 20:** Retrato Luis.
- Figura 21:** Luis e a carroça.
- Figura 22:** Dedos Luis.
- Figura 23:** O fim da festa!
- Figura 24:** Mapa dos trajetos de Luis pelo Bom Retiro.
- Figura 25:** Joia.
- Figura 26:** Ônibus com para-brisa quebrado, a carroça e a barra de ferro.
- Figura 27:** Hora da limpeza – zine projeto oficinas – CEDECA Interlagos.
- Figura 28:** ‘várzea’ dos direitos.

**Figura 29:** cachimbo de madeira MS.

**Figura 30:** Cachimbo padrão de alumínio.

**Figura 31:** cachimbo ‘*Torneirinha*’.

**Figura 32:** Cachimbo de vidro, feito em lâmpada de sódio.

## CONTATO DOS ILUSTRADORES

---

Marcelo Maffei: <https://society6.com/marceloomaffei/> / [cenoarte@gmail.com](mailto:cenoarte@gmail.com)

Vanessa Pens: [www.mercurioartetattoo.tumblr.com](http://www.mercurioartetattoo.tumblr.com)

Rafael Trabasso / Dedos: [rafael@dedos.info](mailto:rafael@dedos.info)

Séfora Rios: <http://cargocolective.com/sefora/> / [sef.rios@gmail.com](mailto:sef.rios@gmail.com)

Thiago Calil: [thiguito@hotmail.com](mailto:thiguito@hotmail.com)

Barbara Salomé: [barbarasalome9@gmail.com](mailto:barbarasalome9@gmail.com)

Beatriz Figueira: [www.instagram.com/mariabeatrizfigueira/](http://www.instagram.com/mariabeatrizfigueira/) / [m.beatrizfigueira@gmail.com](mailto:m.beatrizfigueira@gmail.com)

## LISTA DE TABELAS

---

**Tabela 1.** População Carcerária Brasileira: total de presos e percentual de condenados por tráfico de drogas (2005 / 2012)

# SUMÁRIO

---

<b>Apresentação</b>	<b>15</b>
<b>1 . O contexto: história, imaginário e políticas</b>	<b>22</b>
1.1. O proibicionismo	21
1.2. A trajetória do ‘Campo Redondo’	25
1.3. O crack: das folhas ao ‘bloco’	31
1.4. Discurso, imaginário e produção do espaço	34
1.5. As práticas políticas	47
<b>2. As texturas da Cracolândia</b>	<b>66</b>
2.1. Onde a vida é vivida	66
2.2. Por dentro da Cracolândia	74
2.3. Tudo pode acontecer e nada é indiscutível	84
2.4. Resistência: “cuidado para não cortar o galho em que se está sentado”	98
2.5. Sobrevivência criativa: fluxos da vida	102
2.6. A várzea dos direitos: rua, bares e carroças	114
<b>3. Escuta respeito e cumplicidade na busca do cuidado</b>	<b>123</b>
3.1. Cachimbo cheio: alternativas de uso e estratégias de cuidado	125
3.2. Produção do cuidado: a Redução de Riscos e Danos como perspectiva Sustentável	129
<b>4. Considerações Finais</b>	<b>133</b>
<b>5. Referências</b>	<b>139</b>

## APRESENTAÇÃO

---

O conceito de Saúde Ambiental aplica-se em uma área de estudo e intervenção bastante ampla, e a partir dos anos 1970, com o agravamento e surgimento de novos problemas ambientais, passou a se preocupar também com aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais (Nardocci et al., 2008, p. 70). Atualmente, as preocupações sobre problemáticas ambientais estão pautadas em aspectos macro e amplo, pensando em pesquisas e intervenções globais, nacionais e regionais. Portanto, em paralelo, necessariamente é preciso discutir e depositar energia em estudos em escala local e micro (idem, p. 71).

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu a partir de estudos na área de drogas e experiências e percepções que tive durante trabalho de campo realizado desde 2004 no bairro da Luz<sup>1</sup> (Cracolândia), no centro da cidade de São Paulo. Desde de agosto de 2004, atuo como redutor de danos sociais e à saúde relacionados ao uso de drogas pelo Centro de Convivência É de Lei<sup>2</sup>. O ‘É de Lei’ é uma organização da sociedade civil que atua na perspectiva da redução de Danos (RD) sociais e à saúde relacionados ao uso de drogas<sup>3</sup> desde 1998, e inicialmente realizava troca de seringas com pessoas que faziam uso de cocaína injetável. Com a diminuição do consumo pela via injetável e o aumento do uso de crack, desde 2002, a instituição foca suas ações de RD em campo<sup>4</sup> no centro de São Paulo com pessoas que fazem uso de crack. Desde então realizo trabalho de campo neste território com o objetivo de abordar a questão da saúde e cuidado.

Meu envolvimento com esta abordagem se deu quando comecei a estudar e entender as formas de cuidado e atenção disponíveis às pessoas que fazem uso de drogas. Comecei a buscar alternativas que contrapunham a forma simplista de lidar com a questão do uso de drogas apresentada pela política proibicionista, extremamente carregada de preconceitos.

Como Redutor de Danos, nos últimos 11 anos, estive presente na cracolândia pelo menos uma vez por semana, com visitas de aproximadamente três horas. Inserções em horários diferentes possibilitou experimentar diferentes dinâmicas do bairro pela manhã, tarde e noite. Acompanhei mudanças significativas no bairro da Luz relacionadas ao consumo de crack, à vida cotidiana, ao ambiente urbano, à economia local e aos efeitos da política proibicionista e consequentes intervenções do Poder Público. Ao longo dos anos, a concentração de pessoas que usam drogas se territorializou neste espaço, e penso

---

<sup>1</sup> A localização atual da cracolândia é no distrito dos Campos Elíseos, porém, ao longo dos anos a ‘cracolândia’ transitou pela Santa Efigênia e nas imediações da estação da Luz. A identificação como ‘Luz’ acabou sendo incorporada em função do chamado “projeto Nova Luz” que buscava a revitalização do local. No momento o projeto está parado.

<sup>2</sup> Centro de Convivência É de Lei – [www.edelei.org](http://www.edelei.org)

<sup>3</sup> Considero importante problematizar a noção do que são drogas ampliando o olhar para os diversos sentidos atribuídos ao uso de substâncias psicoativas em diferentes contextos.

<sup>4</sup> Acesso às pessoas no contexto de uso.

que esta reconfiguração da dinâmica local pode apresentar mudanças nas condições de saúde e de qualidade de vida da população local. Estas motivações levaram à realização deste estudo voltado aos fatores históricos e contextuais e suas inter-relações neste território denominado cracolândia.

O É de Lei era uma das poucas Instituições que realizavam algum trabalho na perspectiva do cuidado na região da Luz. Como redutor de danos eu estava próximo e conhecia as pessoas que faziam uso de crack, e a partir daí tive a oportunidade de estar em contato com alguns pesquisadores que já pesquisavam a questão do crack e buscavam aproximação com este contexto. Foi desta forma que, em 2009/2010, conheci o professor Rubens Adorno da Faculdade de Saúde Pública (USP). Ele e a psicóloga Luciane Marques Raupp entraram em contato conosco do É de Lei com o objetivo de nos acompanharem no trabalho de campo para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado de Luciane chamada “Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: práticas, regulações e cuidado” (2011). Neste mesmo período ocorreu a aproximação do Professor Heitor Frugóli e do cientista social Enrico Spaggiari da Faculdade de Antropologia (USP). Eles também me acompanharam nos trabalhos de campo para o desenvolvimento da pesquisa chamada “Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz”.

Em seguida a antropóloga Taniele Rui, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP) também se aproximou por intermédio do professor Rubens, e por meses ela também me acompanhou no trabalho de campo e desenvolveu sua tese de doutorado chamada “Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack” (2012). Ainda em 2001, o professor Rubens me convidou para ser pesquisador de campo da pesquisa “Usuários de Crack: agenciamentos e usos em territórios urbanos”, com apoio financeiro do CNPq. Também em 2011, fui convidado pela Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), para ser pesquisador de campo da primeira etapa de mapeamento da pesquisa “Perfil dos usuários de crack nas 26 capitais, DF, 9 regiões metropolitanas, municípios de pequeno e médio porte e zonas rurais”, a primeira grande pesquisa nacional sobre a questão do crack. Fui responsável pelo mapeamento de cenas de uso de crack em nove municípios do vale do Paraíba – SP.

Portanto, somando-se as outras pesquisas realizadas, o objetivo deste estudo é investigar a relação entre ambiente e saúde para pessoas que fazem uso de crack, especificamente da região denominada cracolândia, no bairro da Luz, região central da cidade de São Paulo. A partir desta inserção, busco trazer informações elucidativas sobre este contexto e abrir a possibilidade de propor políticas públicas mais eficientes.

Para isso vou trabalhar o texto em 3 seções que interligam-se: (1) O Contexto: A política de drogas, a trajetória do bairro, a territorialização do consumo de crack, o imaginário e discurso produzido pela sociedade e as políticas praticadas pelo poder público, (2) As texturas da Cracolândia: um mergulho no cotidiano deste território com percepções de risco, vulnerabilidade e bem-estar para a população local, assim como a



identificação de como as condições de saúde e o consumo de crack se relacionam com o espaço e com as políticas oferecidas e, por fim, (3) Apontamentos Finais: alternativas de cuidado e novas perspectivas de atuação.

A proposta de trabalho foi desenvolver uma pesquisa descritivo-exploratória. Utilizou-se da contribuição etnográfica para explorar os dados de campo, e como já realizei trabalhos na região, considerei importante dar um passo a mais no contato com este contexto e vivenciar de mais perto o cotidiano no território. Para isso tracei diferentes formas de inserção além do periódico trabalho de campo junto ao É de Lei. Uma delas foi passar 8 noites na região em um quarto de pensão na Rua Barão de Piracicaba, outra foram noites isoladas em hotel histórico na Avenida Duque de Caxias, e outras que derivaram de aproximações e relações que se construíram no cotidiano e serão relatadas ao longo do texto.

No início da pesquisa, a ideia de dormir em uma pensão na cracolândia me provocava um sentimento dúbio. Certamente parecia ser uma fonte rica de material etnográfico, porém, provocava em mim uma expectativa gostosa pela novidade, mas também receio. Apesar do receio, fiz essa aposta. Apossei no respaldo de que seria reconhecido e aceito sem estar protegido pelo escudo do uniforme institucional do É de Lei. Minha posição estava marcada já há muito tempo como redutor de danos amparado pela proposta de um trabalho. Foi assim que entrei em campo, e como num ato decisivo de ‘pular de paraquedas’, de repente me percebi na rua, sozinho, e confortavelmente sendo acolhido por pessoas que me reconheciam.

Em todos momentos me mantive atento em utilizar equipamentos disponíveis no território e acompanhar as estratégias locais cotidianas, como por exemplo os horários e possibilidades de alimentação. Esta aproximação possibilitou observar alguns dos fatores do ambiente que podem interferir no bem-estar da população local, inclusive submetendo-a a possíveis riscos pessoais, ambientais e sociais.

Entre as incursões empíricas mais intensas, mantive o trabalho de campo periodicamente junto ao Centro de Convivência É de Lei. Esta continuidade em campo teve o objetivo de manter contato com a população local e aprofundar relações e percepções sobre o conceito de cuidado e saúde neste contexto estudado.

A escolha pela contribuição etnográfica possibilitou amplo contato com a cultura local, extravasando o simples acompanhamento dos movimentos de personagens do cotidiano, mas que também é capaz de tornar aparentes especificidades locais invisíveis (Magnani, 1996). Este método de pesquisa tem como premissa um desenraizamento pessoal, que busca em contato com o outro a construção de um diálogo legítimo através de um “mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses outros que queremos apreender e compreender” (Uriarte, 2012).

As pesquisas etnográficas em ambiente urbano se iniciaram com os estudos da Escola de Chicago. Antes disso, os estudos antropológicos tradicionalmente debruçavam-se em investigações de culturas e populações exóticas e distantes, tendo como ideia de seu objeto de estudo a considerada cultura “primitiva”. Porém, estudos realizados na Universidade de Chicago, no final do século XIX e início do século XX nos Estados

Unidos, ampliaram este olhar para o contexto urbano em uma cidade que apresentava um acelerado crescimento econômico que vinha alavancando intenso crescimento, ou seja, um olhar para a realidade próxima aos antropólogos, sem deixar para trás sua preocupação inicial fundante, a diversidade cultural (Magnani, 1996).

Um dos pioneiros desta Escola foi o sociólogo americano Robert Ezra Park, que escreveu um ensaio adotando a cidade de Chicago como um “laboratório para a investigação da vida social” (Becker, 1996). Park aponta como a cidade é mais do que uma simples estrutura construída, pois constitui-se de costumes, tradições, sentimentos e organizações sociais. “A cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana” (Park *apud* Velho, 1973 p. 26)

A Escola de Chicago ampliou os temas de investigação no contexto urbano apresentando estudos bastante diversificados, tendo como ponto em comum o trabalho de campo e a observação participante. Os trabalhos tinham como foco as interações sociais nestes processos, e segundo Gilberto Velho, a heterogeneidade de objetos “estimulava o desenvolvimento de várias linhas de investigação, com diferentes modos de olhar e perceber a realidade que, por sua vez, buscavam e descobriam novos temas e questões, em um processo de produção científica exemplar” (Velho, 2009 p.12).

Howard Becker, sociólogo e um dos grandes expoentes deste grupo de pesquisadores, sintetiza com clareza em uma palestra em 1996 aqui no Brasil, que a proposta da Escola de Chicago foi “um modo de pensar, uma maneira de abordar problemas de pesquisa que estão muito vivos e presentes em boa parte do trabalho feito hoje em dia” (Becker, 1996 p. 188). O antropólogo Gilberto Velho destaca que “nessa direção, uma das áreas de pesquisa mais importantes no desenvolvimento da antropologia urbana tem sido o estudo de bairros, áreas da cidade, localidades, ruas, espaços em geral, em que formas de relacionamentos, organização e sociabilidade são exercidas” (Velho, G; 2009 p. 14).

O antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, diz que o método etnográfico é antes um modo de aproximação e percepção do cotidiano, do que um conjunto de procedimentos técnicos (Magnani 2002 in Uriarte, 2012). Magnani destaca que “o que importa ao olhar antropológico não é apenas o reconhecimento e registro da diversidade cultural, nesse e em outros domínios das práticas culturais, mas também a busca do significado de tais comportamentos” (Magnani, 1996 pp. 18). Raikhel and Garriott (2013) apontam que o olhar etnográfico é mais que somente a experiência vivida, mas também todo o material produzido pela experiência, como “... as relações, conhecimentos, tecnologias e afetos, como também os impactos recursivos da subjetividade” (Raikhel and Garriott, 2013).

Adorno destaca como as etnografias serviram para:

Fundamentar pesquisas que buscassem reconhecer nos vínculos, dinâmicas

e nos modos pelos quais processos macrossociais, políticos, econômicos se fazem presentes no cotidiano dos setores populares, e dessa forma alargar e complexificar a análise e a compreensão que toma aspecto central e problemático o uso de drogas (Adorno et al, 2013 p11).

Desta forma se deu a opção pela contribuição do olhar etnográfico com respaldo da Antropologia Social para estudar o contexto urbano da cracolândia, pois este espaço pode apresentar arranjos diferentes e particulares de questões gerais e comuns a toda a humanidade (Magnani, 1996). O antropólogo Heitor Frugoli aponta a heterogeneidade dos estudos urbanos e destacando várias formas de interação de diferentes práticas nos espaços urbanos, que explicitam a diversidade constitutiva deste contexto (Frugoli, 2005, p. 137). Ainda segundo Frugoli, “tais “problemas”, ou marcas de uma “desorganização social”, teriam também uma determinada territorialidade específica, dentro da já citada concepção espacializada do social...” (Frugoli, 2005, p. 137). Apesar da aparente desordem, estes espaços localizados de exclusão apresentam estratégias locais de organização. Frugoli ressalta “... os princípios constitutivos em meio a diversas coações estruturais, com a existência de uma racionalidade social local e regular” (Frugoli, 2005 p.147).

Magnani aponta que a etnografia possibilita uma troca entre pesquisador e objeto, tornando-se um método interessante e correspondente à proposta do *Mestrado Profissional Ambiente, saúde e Sustentabilidade* na perspectiva de propor alguma inovação em processos de gestão e intervenção. Segundo Magnani, “essa copresença, a atenção em ambas é que acaba provocando a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentralizado, uma saída inesperada” (Magnani, 2009, p.134).

A experiência etnográfica possibilitou a aproximação e experimentação do modo de vida e a forma com que os sujeitos deste contexto configuram os vínculos entre eles, o ambiente e o mundo.

Dessa forma, o olhar antropológico extravasa a concepção simplista de se produzir um conhecimento sobre o mundo e como o homem o habita, e busca um “engajamento no mundo e uma educação da percepção para as múltiplas possibilidades dos organismos humanos e não humanos de existir e de estar no mundo” (Carvalho, Steil, 2013).

Considero importante salientar o perceptível aprendizado e evolução no meu olhar etnográfico durante este processo. O trabalho de campo resultou em diários das vivências que foram discutidas e interpretadas pela referência teórica conjuntamente com o orientador. Minha presença no campo é bastante longa, portanto além do material produzido e sistematizado em relatórios, utilizo de múltiplas fontes de informação, inclusive da minha memória para trazer informações históricas e sobre a vida das pessoas. Sendo assim, dependendo do momento e do nível de proximidade com os interlocutores, considero natural que algumas trajetórias de vida apresentem qualidades diferentes. Foi a partir de desta bagagem, e dos relatórios sistematizados, que produzi este estudo com a proposta de articular todo este material com o referencial teórico escolhido. A importância desta articulação é explicitada pela antropóloga Urpi Uriarte, quando enfatiza que “a

capacidade de levantar problemas em campo advém da familiaridade com a bibliografia do tema. A sacada etnográfica só virá do tempo em campo e de nossa formação” (Uriarte, 2012).

Além dos elementos captados pela imersão empírica, optei pelo uso de imagens no corpo da dissertação. Fotos sempre foram um desafio na cracolândia. Frequentemente recebo propostas de fotógrafos ou jornalistas para acompanhá-los na rua e facilitar a obtenção de imagens através da ‘entrada’ que temos no campo. Ao longo dos anos percebo um receio coletivo que deixa bem evidente esta regra local: fotos não são bem-vindas na cracolândia. Este incômodo em relação a fotografias aparece por diversos motivos, seja pela preservação do anonimato, desconhecimento da família ou foragidos do sistema penitenciário. Presenciei algumas vezes quando alguns curiosos que saem da estação de trem Júlio Prestes param na calçada oposta e sacam seus celulares no impulso de fazer imagens. A resposta das pessoas que fazem uso de crack sempre foi rápida. Começam a atirar coisas e também através de ameaças forçar a desistência e fuga rápida destes fotógrafos amadores. Porém, em determinado momento aceitamos o desafio, e com bastante cuidado na mediação delicada entre fotógrafo e pessoas que circulam na cracolândia conseguimos boas imagens através do olhar da fotógrafa Keren Chernizon<sup>5</sup>. Keren nos acompanhou na rua por aproximadamente 6 meses e conquistou uma proximidade autêntica com as pessoas e o lugar.

O interesse pela utilização de imagens tem o objetivo de conectar universos tão distantes entre a vida acadêmica e o dia-dia das pessoas que vivem na cracolândia. A intenção foi trazer elementos visuais para colocar dados de um estudo científico acessíveis às pessoas, tornando o conhecimento científico mais acessível e aberto ao diálogo com a população. Optei também pelo uso de desenhos, que foram desenvolvidos a partir de relatórios descritivos e trocas entre o autor e os desenhistas convidados. A proposta não é que os desenhos se tornem meras ilustrações que adornem o texto, mas sim, como diz a antropóloga Lilia Moriz Schwarcz:

*Como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. Não como reflexo, mas como produção de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam. (Schwarcz, 2014 p. 393).*

A aproximação com os desenhistas aconteceu de forma bastante variada. Marcelo Maffei, por ser meu amigo desde a adolescência, foi o ponta pé inicial. Fizemos alguns exercícios em um ensaio que foi entregue para avaliação em uma disciplina no final de 2014. A partir desta primeira experimentação com somente um desenhista, avaliamos a potência e riqueza de diferentes olhares na produção das imagens. Para isso, convidei seis desenhistas, que cada um com seu traço e linguagem, colaborou na criação de imagens e possibilidades de representações. Alguns convidei pois conhecia o trabalho, outros

---

<sup>5</sup> <http://kerenchernizon.com>

chegaram por indicações de Maffei ou de encontros que surpreendentemente surgiram no momento certo. Todos compreenderam a proposta do trabalho e aceitaram prontamente encarar esta jornada comigo. Como valorização da linguagem visual, fiz um acordo padrão com todos eles para remuneração dos desenhos.

Este contato com os desenhistas me instigou a desenhar. Passei a praticar e desenhar objetos e situações do dia-dia. Os rabiscos no caderno e o aprofundamento no estudo da utilização de imagens para além de meras ilustrações foi dando forma a ideia de inserir desenhos meus no corpo do texto. Optei por desenhar objetos, e segundo John Berger na leitura de Karina Kuschnir, o desenho de uma árvore não nos mostra uma árvore, mas “uma árvore sendo olhada”. Sendo assim, celebrando meu amadorismo em uma atitude autobiográfica, me coloco também neste estudo por meio de imagens (Kuschnir, 2012).

A intenção com os desenhos é estimular o imaginário, e a imagem “se comportar como uma privilegiada instância formadora de representações” (Schwarcz, 2014 p. 393).

# 1 - O contexto: história, imaginário e políticas

---

## 1.1 O Proibicionismo

A política proibicionista é uma estratégia de controle do consumo e do comércio de substâncias psicoativas bastante recente, e tem como objetivo proibir a existência de algumas substâncias que alteram a consciência e o comportamento. Aproximadamente há um século não havia criminalização ou controle sobre o uso destas substâncias, seja de uso médico ou não. O jornalista Júlio Delmanto, em sua dissertação de mestrado em História Social, discute as origens e o histórico desta prática, bem como os efeitos desta política na vida das pessoas. Mais específico, meu enfoque sobre o proibicionismo será sobre suas consequências na saúde, sociais e políticas.

O cientista social Eduardo Viana Vargas explica que esta política coincide com a “partilha moral entre drogas de uso ilícito e drogas de uso livre, tolerado ou controlado” (Vargas, 2008 *in* Delmanto, 2013 p.64). Esta duplicidade moral em relação ao universo das drogas coloca em xeque sua legitimidade, já que sua determinação justificada pela garantia e proteção à saúde pública encobre interesses econômicos e políticos.

No Brasil, a política proibicionista se fortalece nos anos 1970, quando o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declara mundialmente uma ‘Guerra às Drogas’<sup>6</sup>. Atualmente, o marco legal é a Lei de Drogas 11.343/06 de 2006<sup>7</sup>, que em relação à lei anterior, aumentou a pena mínima por tráfico de drogas de 3 para 5 anos, um fator significativo no aumento do número de encarceramentos no país. Segundo estudo de Japiassu, entre 1992-2008, o Brasil é o único país da América Latina que triplicou o número de encarcerados. Somente a Venezuela diminuiu, os demais praticamente duplicaram (Japiassu *in* Boiteux & Pádua, 2012).

A advogada Luciana Boiteux, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aponta que:

*De forma progressiva, mas especialmente a partir de 2006, com a Lei de Drogas brasileira que, como já visto, aumentou a pena mínima de tal delito (art. 33), foi identificado um endurecimento marcante e intencional da resposta penal ao comércio de drogas, o que foi considerado um dos principais fatores para o aumento da população carcerária no país nos últimos anos (Boiteux, Pádua, 2012 p. 10).*

Boiteux (2006) enfatiza que esta política reforça o abismo entre a figura do usuário e do traficante, fazendo com que pequenos traficantes sejam selecionados pelo sistema para encarceramento:

---

<sup>6</sup> Araújo, T. *O Fim da Terceira Guerra Mundial. Revista Super Interessante. Editora Abril, edição 322, Ano 10, agosto de 2013.*

<sup>7</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)

*Esse fator explica o aumento no contingente carcerário, pois as pessoas condenadas por tráfico passaram a ficar mais tempo presas, além da hipótese de que muitos usuários possam estar sendo condenados por tráfico pela nova lei, diante da falta de critérios claros de diferenciação entre tais condutas<sup>8</sup> (Boiteux, Pádua, 2012 p. 13).*

Segundo Gomes e Adorno (2011), grande parte da população presente na cracolândia já passou pelo sistema prisional. Uma população que faz uso de crack e que também realiza um pequeno tráfico em torno da dinâmica do uso. Neste cenário, é difícil distinguir a figura do usuário e do traficante, pois a população em situação de rua cada vez mais desqualificada pelo atual mercado de trabalho passa a viver e sobreviver de economias paralelas.

O aumento da população carcerária e sua relação com a Lei de Drogas de 2006 podem ser visualizados pelos dados do Ministério da Justiça<sup>9</sup> na tabela a seguir:

**Tabela I – População Carcerária Brasileira: total de presos e percentual de condenados por tráfico de drogas (2005 / 2012)**

Ano	Total de população encarcerada	Delito por tráfico de drogas	Percentual de condenados por tráfico de drogas
2005	361.402	32.880	9,10%
2012	548.003	138.198	25,21%

Sendo assim, entre 2005 e 2012, houve um aumento de 420,31% de encarceramentos relacionados ao delito de tráfico de drogas no Brasil, sendo que a população carcerária total cresceu aproximadamente 61% - um reflexo significativo da Lei de Drogas de 2006 e o encarceramento por tráfico de drogas.

Como forma de controle à produção, circulação e comércio de determinadas substâncias, o proibicionismo assume uma postura explicitamente repressiva e policial embasada nos princípios da Segurança Pública. Porém, ao me deparar com as pessoas que fazem uso destas substâncias e os possíveis problemas relacionados a este uso, entendo que o uso de drogas deve ser abordado sobre a ótica da saúde. Desta forma, a política proibicionista, quando se relaciona diretamente ao uso, visa à abstinência total, ou seja, interrupção abrupta do uso.

<sup>8</sup> Cf. Boiteux, L. et alli. *Tráfico de Drogas e Constituição. Série Pensando o Direito. Brasília (Secretaria de Assuntos Legislativos, Ministério da Justiça), 2009.*

<sup>9</sup> Fonte: Infopen/Ministério da Justiça apud Boiteux, L ; Pádua J. A *desproporcionalidade da Lei de Drogas: os custos humanos e econômicos da atual Política de drogas no Brasil. In: Correa, Catarina Pérez. (Org.) Justicia desmedida: proporcionalidad y delitos de drogas en America Latina. 1ed. Ciudad de Mexico: Fontamara, 2012, p. 71 – 101.*

A partir de pesquisas etnográficas com pessoas que fazem uso de crack na cracolândia em São Paulo<sup>10</sup>, percebeu-se que cada pessoa atribui diferentes sentidos em relação ao uso de crack, e que o cuidado pode ser construído em conjunto com o indivíduo respeitando o momento e tempo de cada um. Luciana Boiteux avalia que “o modelo proibicionista de drogas viola princípios garantistas e se baseia na imposição de um ideal de abstinência em relação ao consumo de um produto cuja demanda é alta, e que possui um exército de pessoas prontas para distribuir, sendo certo que a lei penal não conseguirá alterar esta realidade, como não conseguiu até hoje” (Boiteux, 2006 p 05).

O proibicionismo é uma política que reflete de maneira rasa sobre o uso de drogas em determinado espaço, e quando associado às políticas sociais e de saúde oferecidas, aponta “uma relação de falhas e excessos” filiadas a ideia única de abstinência (Adorno, 2013). Desconsiderando as particularidades de cada indivíduo, ao alimentar a lógica única da abstinência, o proibicionismo produz e reproduz frustrações garantidas na busca de um cuidado e melhor trato para os problemas relacionados ao uso de drogas. Boiteux afirma que “diante de tudo o que já foi estudado no campo da política criminal de drogas, não se tem dúvida de que o modelo proibicionista não se mostra apropriado para proteger a saúde pública, e ainda causa outros impactos negativos na sociedade” (Boiteux, 2006 p 06).

Desta forma, as propostas da política proibicionista não se sustentam, como destacou Delmanto:

*... não só pelo explícito de ser a lei a causadora do mercado ilegal, e, portanto, do crime, mas também de uma sociedade que estimula o consumo e o imperativo da felicidade individual, mas não aceita quando feito em nome da alteração de consciência a partir de certas substâncias – permitindo e regulamentando o mercado de outras” (Delmanto, 2013 p.85).*

Delmanto sintetiza o proibicionismo como uma “ordem cínica, que zomba de si e convive bem com o explicitamento de suas contradições e inadequações” (ibidem).

Desta forma, a abstinência total como única estratégia de tratamento apresenta-se como uma política insustentável na produção do cuidado às pessoas que usam drogas.

---

<sup>10</sup> ADORNO, R. C. F. et al. *Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano*. *Revista Saúde & Transformação Social, Florianópolis, v.4, n.2, p. 04-13, 2013.*





Figura 1. Campanha lançada em 2014 pelo CESeC com apoio da Open Society Foundations. Foi veiculada em ônibus no Rio de Janeiro; em São Paulo o governo Estadual vetou a veiculação da campanha.

## 1.2. A trajetória do ‘Campo Redondo’

Temos como espaço urbano de estudo a região da Luz. Atualmente a cracolândia situa-se no bairro Campos Elíseos, mas seguirei fazendo menção a posição geográfica da cracolândia como Luz. É uma região tradicional no centro da cidade de São Paulo. Abordarei o histórico do bairro em dois momentos para visualizarmos melhor esta trajetória de ‘degradação’. A divisão segue em períodos antes e depois da instalação da Rodoviária em frente à Praça Júlio Prestes em 1961. Este momento é apontado como o fator que instaura definitivamente o processo de descaracterização residencial do bairro, e como produto sua degradação e ‘decadência’.

Coloco o termo ‘decadência’ entre aspas, pois assim como Evânio Branquinho, considero importante relativizar este conceito. Quando nos referimos a um espaço urbano, a decadência pode ser caracterizada por uma perda na dinâmica da reprodução do capital. Porém, esta mudança pode ser condição e oportunidade para reprodução de uma dinâmica econômica de menor porte, assim como a instalação de uma população pobre próxima ao centro, com melhor acesso à infraestrutura e à rede de serviços (Branquinho, 2007).

Paradoxalmente, esta mudança abre a possibilidade para grandes investimentos futuros com a participação do Estado com caráter de requalificação, como vem ocorrendo nos Campos Elíseos desde 2005. É neste cenário que a especulação imobiliária e o valor da terra tornam-se peças fundamentais na reprodução do capital e sócio espacial do bairro. O movimento cíclico de desvalorização-valorização do bairro nos faz pensar a noção de decadência, como apontou David Harvey, como algo situacional (Harvey, *in* Branquinho, 2007 p.20).

O loteamento dos Campos Elíseos surgiu em terras de antigas chácaras de uma região conhecida como Campo Redondo, entre o Pari e o ‘Campo dos Curros’, atual Praça da República. Primeiramente foi ocupado por uma elite cafeeira em 1879, com a ascensão do Mercado do café e a implantação das estradas de ferro. Porém, desde sua criação o loteamento apresentava uma dinâmica que esboçava a ‘decadência’, descaracterização, ou simplesmente uma mudança na dinâmica de reprodução do capital no bairro. A planta urbana do primeiro loteamento apresentava tamanhos de terras variados, possibilitando a ocupação por públicos diferentes. Além da diferença social da população residente, desenvolveu-se também uma diversidade funcional, pois se instalavam ali comércio e indústrias de pequeno porte. Porém, os contrastes se acentuam e uma mudança drástica ocorre conjuntamente com a crise da economia cafeeira. Segundo Evânio Branquinho (op. cit), as mudanças ocorreram “no quadro de transformação de uma economia agrário-exportadora e desenvolvimento das ferrovias,



*Figura 2. Torre do relógio da Estação Sorocabana - Júlio Prestes. Até hoje, e principalmente na cracolândia é a referência de horário para a população local. Desenho por Beatriz Figueira.*

para uma economia urbano-industrial e a expansão do transporte rodoviário” (Branquinho, 2007, p.18). Além disso, a geografia local apontava obstáculos para o rápido desenvolvimento da cidade. Os rios Tietê e Tamanduateí criavam uma barreira que, na época das chuvas, os alagamentos dificultavam ainda mais a ocupação na região. Este fator, somado à superlotação dos loteamentos já disponíveis na Luz, forçaram a cidade a expandir para as regiões sul e oeste, fazendo com que o bairro perdesse importância.

Com o surgimento de outras opções residenciais como Higienópolis e a Avenida Paulista, o bairro da Luz perdeu parte de sua população residente, principalmente a elite. Dessa forma, o bairro passou por um processo de desvalorização e redução de investimentos públicos. E, conseqüentemente, como apontou Branquinho, “a instalação de uma população de menor poder aquisitivo...” (idem, p.19). A presença das linhas férreas e proximidade das estações ocasionou o surgimento de hotéis, pensões e vilas operárias ao longo dos distritos do Bom Retiro e Mooca. Apesar de sempre ter existido moradias populares nos Campos Elíseos, neste momento das décadas de 1920 e 1930 ocorre uma “popularização deste lugar” (idem p.82). A redução de importações neste período pós-guerra forçou o surgimento de uma burguesia industrial que se deslocou para outras áreas residenciais mais afastadas do centro. Desta forma, a popularização da região a fez extravasar do setor residencial para os setores comercial e de pequenas indústrias. Evânio Branquinho argumenta que o período pós-crise de 1929 foi o ponto crítico para a transformação da identidade residencial local. Segundo Branquinho:

*O avanço do processo de industrialização e urbanização, o início da metropolização e a periferização, aumento do uso do automóvel e da verticalização, que resultaram na implosão-explosão do núcleo urbano e fragmentação do espaço (Branquinho, 2007, p. 84).*

O advento do automóvel como alternativa ao transporte favoreceu a implantação do plano de avenidas de Prestes Maia entre as décadas de 1930 e 1960, uma estratégia para dar fluidez ao tráfego de automóveis. O plano adotou a ótica rodoviarista, privilegiando a construção de avenidas radiais e perimetrais, descartando a acessibilidade local para a região (Junior e Righi, 2001). Segundo Branquinho, “a função residencial também sofreu impacto dessa transformação. Privilegiou-se a estrutura viária metropolitana em prejuízo da circulação local” (Branquinho, 2007 p. 89). O prolongamento e alargamento de vias que partiam da região central, como as Avenidas Rio Branco, Barão de Limeira e Duque de Caxias nos Campos Elíseos, tornaram o bairro progressivamente uma extensão do centro. Durante a década de 1940 a cidade cresceu vigorosamente. Segundo Nabil Bonduki, “a cidade de São Paulo viu sua população crescer intensamente na década de 1940, passando de 1,3 milhões para 2,2 milhões (IBGE 1940- e 1950)” (Bonduki, 2004 p. 248). Para a implantação do Plano de Avenidas ocorreram muitas desapropriações e despejos na região central. Assim, simultaneamente ao surgimento das avenidas e arranha-céus, brotavam também cortiços e favelas. Ainda segundo Bonduki, entre 1945 e janeiro de 1947, ocorreram

8.226 despejos formais, totalizando 45 mil pessoas desalojadas. Na rua Barão de Piracicaba, nos Campos Elíseos, 86 pessoas foram colocadas para a rua sem ter para onde ir, na época ficaram conhecidas como a ‘legião dos sem-abrigo’. (Bonduki, 2004, p.249). Já nos anos 1940 vemos um esboço do que viria a se configurar o bairro 60 anos depois.

Uma intervenção do governo de Lucas Nogueira Garcez em 1953 ocasionou o fechamento de estabelecimentos de prostituição no Bom Retiro. As mulheres se deslocaram para bairros vizinhos como a Luz, Campos Elíseos e Santa Cecília. Esta atividade estimulou o surgimento de serviços que acompanham este mercado, como bares, hotéis, restaurantes, cinemas pornográficos e casas de strip-tease. A percepção de uma degradação moral soma-se como mais um elemento nesta trajetória de ‘decadência’ (Branquinho, 2007).

Em 1961, inaugura-se a rodoviária em frente à Praça Júlio Prestes. A circulação da grande quantidade de veículos em uma malha viária do século XIX não comportou a intensidade do fluxo e acarretou em aumento significativo da poluição visual, sonora e atmosférica (Branquinho, 2007). Branquinho ressalta que “as ruas e praças próximas à Rodoviária se transformaram em estacionamento de ônibus. Nesse quadro, diversos palacetes foram demolidos para a construção de estacionamentos” (Branquinho, 2007, p. 95). Percebe-se como o valor da terra mostra-se determinante nesta trajetória, mas desta vez não pelo valor da terra em si, mas do que se pode extrair dela, como serviços do ramo automobilístico, impulsionado pela lógica do transporte rodoviário. A grande circulação de pessoas, muitas delas migrantes, motivou o surgimento de hotéis baratos, comércio ambulante e acentuação do meretrício. Dez anos depois, em 1971, ocorre a inauguração da via expressa Presidente Artur Costa e Silva, o “Minhocão”. Esta via elevada cruza o bairro dos Campos Elíseos e apresenta-se como um dos fatores degradantes do ambiente construído da região central devido à desvalorização dos imóveis à sua margem e da instalação de pessoas em situação de rua que passam a ocupá-lo como abrigo (Branquinho, 2007).

A popularização das moradias, o surgimento de indústrias, o maior fluxo de pessoas, intervenções urbanísticas e o florescer de uma economia informal dissolveram a identidade ‘residencial aristocrática’ do bairro. A estas novas características agregaram-se a heterogeneidade de usos e ocupação do solo no centro, e como aponta Branquinho, “a ‘decadência dos Campos Elíseos está ligada à ‘decadência’ que passou a própria região central da cidade” (Branquinho, 2007, p. 99).

Em 1982, a rodoviária foi desativada. A transferência deste serviço para a Marginal Tietê diminuiu a circulação dos ônibus e passageiros, fazendo com que muitas empresas e serviços relacionados a este mercado também se deslocassem. Segundo o urbanista Jorge Wilhelm, “com a desativação, houve uma estrutura ociosa de hotéis e bares que se tornaram alvo fácil para a degradação da área” (Jornal da Tarde, 14.447).

O esvaziamento, e conseqüente desvalorização no preço dos imóveis, possibilitou a ocupação por empresas de transporte rodoviário menores, muitas delas clandestinas. A

oferta deste serviço por um menor preço atraiu uma população de menor renda e consolidou o modo de vida em cortiços, pensões e hotéis baratos.

Na década de 1990 o crack - mistura de pasta base de cocaína, água, bicarbonato de sódio e outras substâncias difíceis de definir - chegou ao centro. O uso e comércio desta substância foi se territorializando no bairro da Luz, Campos Elíseos e Santa Cecília, provavelmente associado à degradação do bairro após a saída da Rodoviária em 1982 e também devido ao fluxo crescente de pessoas de regiões periféricas para o centro. Com a saída da Rodoviária, ocorreu como consequência uma inacessibilidade indesejável para o bairro, que ficou escondido em um canto da cidade entre as grandes avenidas, Rio Branco e Duque de Caxias, e as linhas de trem das estações Luz e Júlio Prestes. A contínua pressão habitacional resultou no surgimento de cortiços, prostituição, mercado informal e ilegal, como o comércio de drogas. Como apontaram Junior e Righi (2001), “ao declínio da ferrovia no Brasil associou-se diretamente a decadência do bairro da Luz”. Porém, a proximidade com duas estações ferroviárias e a rodoviária (que permaneceu ali até 1982) proporcionou o trânsito constante de muitas pessoas, migrantes e imigrantes, que impulsionadas pela fervorosa economia marginal, informal, e por vezes ilegal, começaram a redesenhar a identidade do bairro.

A partir deste momento, a região passou a vivenciar uma crescente precarização, ocupada por uma diversidade de populações sustentadas por uma economia informal. Explicitamos anteriormente o projeto inicial de cidade do bairro da Luz, porém este logo foi progressivamente se desbotando.

Sendo assim, a trajetória deste espaço é marcada por diversos momentos onde ocorre uma descaracterização da identidade local. Branquinho mais uma vez é bastante elucidativo quando aponta que o bairro dos Campos Elíseos surge já como um fragmento da cidade:

*Apesar da irredutibilidade do espaço, ou seja, da prática social sempre envolver um determinado espaço, esta não foi capaz de criar relações sociais suficientes que levassem à construção de uma vida de bairro. A noção de bairro utilizada aqui em relação a Campos Elíseos será, no máximo, a de um resíduo, de uma representação: “bairro de uma elite”, “aristocrático” etc. Um local esvaziado de conteúdo, sem o qualitativo ou muito pouco deste, necessário à constituição do bairro (Branquinho, 2007 p.29).*

A descaracterização local, e a conseqüente representação de fragilidade identitária, podem ser fatores que contribuem para a degradação social e urbana e a produção desta espacialidade.

Após este breve resgate histórico do bairro da Luz, nas próximas páginas tenho o objetivo de situar a origem do crack como derivado da cocaína, e como a trajetória de

consumo desta substância colabora na compreensão da territorialização deste uso no bairro da Luz.

### 1.3. O crack: das folhas ao ‘bloco’

Escavações recentes realizadas no Equador mostram que existe uma relação entre a espécie humana e o arbusto de coca há pelos menos cinco mil anos (Escohotado, 2008 p. 115). Aparentemente a origem da palavra ‘coca’ deriva da língua ‘Aymara’, significa ‘planta’ ou ‘árvore’. Depois do tabaco, a folha de coca é a substância mais importante descoberta na América, se levarmos em conta a quantidade de pessoas que declaram fazer seu uso (Escohotado, 2008 p. 350). Há indícios do uso da folha de coca por outros povos anteriores aos Incas, mas neste Império a prática de mascar as folhas ganhou destaque e era privilégio para poucos da nobreza (Escohotado, 2008 p. 118).

Entre muitos povos indígenas existe a crença de que a planta de coca é um presente de *Pacha Mama* (mãe terra), “pois sem a planta seria impossível suportar as dificuldades do trabalho e a desnutrição” (Escohotado, 2008 p. 1262). Farmacologicamente, mascar a folha de coca tem como base um efeito estimulante, capaz de diminuir a fome e promover o vigor físico. Hoje em dia é utilizada tradicionalmente por povos indígenas e populações campestres que moram em altitudes elevadas principalmente no Peru, Bolívia, Colômbia e Equador.

Em 1859, o professor alemão A. Niemann isolou o princípio ativo da cocaína. Logo, o médico francês Ch. Fauvel foi um dos primeiros a utilizar a substância para diversas finalidades, principalmente analgésicas em problemas de garganta de cantores, pois ele a considerava um eficiente tensor das cordas vocais (Escohotado, 2008 p.449). Em seguida, passou a ser prescrita por muitos médicos como tratamento para usos problemáticos de ópio, morfina e álcool e a publicidade divulgava o uso de cocaína como ‘um alimento para os nervos’ e ‘uma forma inofensiva de curar a tristeza’ (Escohotado, 2004, p. 87).

Rapidamente o emprego da cocaína ultrapassou as fronteiras da esfera médica e farmacêutica e, em 1890, já haviam muitas bebidas que continham extratos condensados de cocaína, como o vinho Mariani e a Coca-Cola. No início do século XX houve divergências sobre as reais consequências do uso da substância e gradativamente as ações restritivas e punitivas baniram qualquer tipo de uso (Harrison Narcotics Act, 1914; Boggs Act, 1951; Narcotics Control Act, 1956). Imediatamente surgem os laboratórios clandestinos para manter a produção e circulação da substância pelo fluxo do mercado ilícito. Neste processo temos uma redução significativa da qualidade e aumento do preço da substância, mantendo o uso principalmente entre populações marginalizadas (Morgan, Zimmer, 1997, p. 132).

Devido ao alto preço da cocaína em pó, esta forma de uso prevaleceu entre as classes mais altas, e na década de 1970 surgiu uma alternativa para o uso de cocaína fumada, conhecida como *freebase* (Morgan, Zimmer in Reinerman e Levine, 1997).

A principal diferença entre o crack e o freebase é que o freebase era geralmente preparado pelas próprias pessoas que o consumiam a partir da compra de cocaína em pó, já o crack passou a ser cozinhado pelos traficantes e vendido já pronto para o consumo.

Farmacologicamente o uso de cocaína fumada apresenta um melhor custo-benefício, principalmente para a população de menor poder aquisitivo. Segundo Denis Petuco, “a pedra (crack) tornou o consumo de cocaína acessível às classes menos favorecidas, já que diminuiu os custos de fabricação e transporte” (Petuco, 2011 p. 24). Uma dose pequena de cocaína em pó que seria insuficiente para proporcionar efeito quando inalada se torna uma dose efetiva quando convertida em crack e fumada (Morgan, Zimmer, 1997, p. 134).

Este acesso do consumo de cocaína em forma de crack pelas populações pobres ganha sentido, pois o “efeito intenso e barato era melhor ajustado às finanças e interesses imediatos da população pobre do centro da cidade do que o efeito sutil e cheio de status da cocaína em pó. (Reinarman, Levine, 1997 p. 02).

Desde a Convenção Única de Entorpecentes em 1961, a base da política de drogas internacional é de caráter proibicionista com o objetivo de erradicar qualquer cadeia produtiva de substâncias ilícitas (Petuco, 2011, p. 23). Esta orientação proporcionou um conjunto de práticas que atuam na “emergência das drogas como ‘problema social’ a partir de uma visão catastrofista, descolada da realidade epidemiológica, que articula práticas de estigmatização e criminalização de populações já vulneráveis a uma retórica sanitária, em um cenário mundial em que políticas assistenciais cedem espaço à repressão...” (Petuco, 2011, p.24).

Petuco acrescenta que o crack surgiu como alternativa à política proibicionista do controle de produtos químicos necessários para o refino da cocaína e do freebase (éter ou acetona) pelo departamento de repressão às drogas do governo dos Estados Unidos (DEA) (Petuco, 2011 p. 24). Sendo assim, fica evidente que o surgimento do crack não aconteceu por acaso, mas dentro de um contexto complexo de forças políticas.

Nos anos 1990 percebeu-se uma significativa transição da via de administração de cocaína injetável para a fumada. Não se tem dados consistentes sobre este fenômeno, mas geralmente é associado à baixa oferta de cocaína em pó no mercado, à crescente perda de qualidade da cocaína em pó, à grande disponibilidade de crack e às angústias relacionadas aos riscos e mortes relacionadas à via de administração injetável (overdoses e transmissão do HIV e Hepatites virais).

O crack surgiu no fim de 1984 e 1985 entre descendentes de africanos e latinos em bairros pobres da região central de Nova York, Los Angeles e Miami (Reinarman, Levine, 1997, p. 02), sendo uma versão da cocaína possível de ser fumada. A via de administração da cocaína fumada tem características próprias que proporcionaram mudanças nas dinâmicas em torno do seu uso.

Na cidade de São Paulo, a primeira apreensão de crack ocorreu em 1990 no bairro de São Mateus e Cidade Tiradentes na Zona Leste, mas logo chegou ao centro na região da Luz. Atualmente, na cracolândia a pedra de crack é chamada de ‘bloco’. Basta uma aproximação do ‘fluxo’ (hoje o local de uso e comércio intenso de crack) que logo será



oferecido um ‘bloco’. Em uma das conversas em campo, um interlocutor local diz que “é o partido<sup>11</sup> que alimenta o crack aqui. Um quilo de crack está custando 14 mil reais. Com um quilo é possível fazer cerca de 10.000 pedras”. A venda de uma pedra inteira pelo valor padrão de 10 reais gera um retorno de 100 mil reais, com lucro de 86 mil reais. Imagino quantos quilos circulam por ali em um único dia.

Apesar da recente pesquisa “Perfil dos Usuários de Crack e/ou Similares no Brasil” realizada pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) ter apresentado dados contrários à percepção do senso comum, a ideia de ‘epidemia do crack’ permanece no imaginário social. O estudo estima que 370 mil pessoas usam crack e similares (pasta base e merla) no Brasil, sendo menos de 1% da população total do país. Este dado é significativamente baixo para aferir o conceito de epidemia, além de ser inferior ao uso de outras drogas como álcool, tabaco e solventes, ou das ilícitas maconha e cocaína (Fiocruz, 2013). Uma informação importante é o fato de que 80% destas pessoas utilizam a droga em espaços públicos, ou seja, à vista de todos e todas (Fiocruz, 2013).

O termo *cracolândia* se aproxima cada vez mais ao nome do bairro. Atores sociais como a mídia, poder público e sociedade, incluindo as pessoas que fazem uso de crack, assim nomeiam atualmente a região. Segundo Frugoli e Spaggiari (2010), “o termo *cracolândia* enfatizaria certa dimensão territorial, com uma tendência a ser fixado espacialmente do ponto de vista da representação, como ocorreu efetivamente no bairro da Luz, que praticamente passou a ser sinônimo de *cracolândia*...” (Frugoli e Spaggiari, 2010, p.16). Ruas como Protestantes, Triunfo, Gusmões, General Osório, Duque de Caxias, Triunfo, Andradas, Barão de Piracicaba, Helvétia, Glette, Nothmann e Dino Bueno caracterizam e relacionam-se em diferentes momentos da história com o termo *cracolândia*, que acompanha o bairro desde a chegada do crack no centro da cidade.

Esta denominação social da região da Luz trouxe um forte estigma relacionado ao bairro e às pessoas que o habitam. O entendimento de que a região apresenta nítida degradação urbana e social devido à proliferação do uso de drogas e um descaso do poder público pode ser questionado. O poder público está presente. Em sua tese de doutorado a antropóloga Taniele Rui apontou que “Ele (o poder público) está. Não há como refutar isso. Considero mais relevante saber como ele está lá?” (Rui, 2012, p.199). Paradoxalmente a gestão pública apresenta diferentes formas de lidar com este espaço e seus habitantes. Por um lado, temos um espaço sujeito à precarização, abandono e falta de estrutura básica associada a posturas altamente repressivas por parte da segurança pública. Por outro, ações de atenção e cuidado oferecidas pela assistência social e saúde do Estado além de outras Instituições do terceiro setor e outras de caráter religioso que também atuam no local. Adorno e Raupp (2011) apontam um cenário de “*campo de forças*”, onde diversos personagens e interesses se interlaçam em jogos de poder políticos, institucionais, corporativos e pessoais.

---

<sup>11</sup> ‘Partido’ refere-se ao PCC - Primeiro comando da Capital – organização criminosa fundada em 1993 no no Centro de Reabilitação Penitenciária, em Taubaté, SP.

#### 1.4. Discurso, imaginário e produção do espaço

*“Se um homem define uma situação como real, ela se torna real em suas consequências”*

William I. Thomas

O modelo proibicionista tem se mostrado ineficaz no controle do uso, além de produzir situações repressivas que reforçam o estigma às pessoas que fazem uso de drogas e seu contexto de uso. Consequências estas que tangenciam as pessoas para as margens da sociedade, afastando-as dos processos de atenção e cuidado. Esta parte da dissertação visa relacionar os efeitos da política proibicionista na segregação de pessoas e especialização de um território por meio da percepção e discurso da sociedade. Para isto, vou problematizar outros fatores do contexto urbano denominado cracolândia e considerar que além do uso da substância em si, existem outros fatores históricos, sociais, ambientais e subjetivos fundamentais na produção deste ambiente construído, espaço urbano e lugar social. Elementos que podem interferir na precariedade local, na identidade pessoal e na qualidade de vida das pessoas que o frequentam. Quais os interesses, problemas e conflitos íntimos à produção deste espaço?

Segundo Frugoli e Spaggiari (2010), “o termo cracolândia enfatizaria certa dimensão territorial, com uma tendência a ser fixado espacialmente do ponto de vista da representação, como ocorreu efetivamente no bairro da Luz, que praticamente passou a ser sinônimo de cracolândia...” (Frugoli e Spaggiari, 2010, p.16). Diferentes entendimentos e sentidos podem ser atrelados ao termo, afirmando que de fato a cracolândia existe. Sua espacialidade é reconhecida socialmente e diferentes representações são percebidas e reproduzidas no imaginário social sobre este espaço. Sendo assim, a cracolândia é um lugar real e também um lugar imaginado. Por meio do discurso dos meios de comunicação e da percepção da sociedade sobre o lugar, tenho a hipótese de que a reprodução destas representações, muitas vezes imaginadas, são elementos importantes no processo de espacialização do uso da droga neste território e sua especialização na produção do imaginário social.

Meu interesse em abordar os processos comunicativos sobre a cracolândia tem o objetivo de relacionar o discurso da mídia como ingrediente da representação social sobre este lugar e produção deste espaço. Para falarmos da comunicação relacionada à cracolândia, primeiramente vou fazer uma reflexão sobre o conceito de comunicação e como este se relaciona com a área da saúde da promoção de qualidade de vida. O pedagogo Fernando Lefèvre em seus estudos sobre a relação entre comunicação, saúde e doença aponta a possibilidade de trabalharmos a saúde sob diversos prismas: histórico, filosófico, biológico, informativo, entre outros. Segundo Lefèvre, a comunicação em

saúde é um “conjunto de informações ou fatos sobre saúde e doença que são “publicizados” (Rubin, 1996) pela mídia numa dada formação social, num dado momento histórico” (Lefèvre, 1999). Desta forma, quando o discurso é relacionado ao que acontece na vida em sociedade, ao factual, podemos entender a saúde como um fato coletivo (Lefèvre, 1999).

No processo comunicativo, Lefèvre destaca a dificuldade de se conciliar as relações extremamente complexas entre quatro esferas distintas, são elas, o campo sanitário/saúde, o mercado, o estado e a população (Lefèvre, 2007, p.115). É importante considerar que estas relações podem se estabelecer de acordo com interesses próprios dos atores da relação. Desta forma, a população torna-se um ator de extrema importância neste processo, pois é ela que pode se beneficiar ou se prejudicar com os aspectos trazidos pela comunicação social e pela mídia. Para Lefèvre, “a saúde e a doença são atributos, propriedades (morais), sentimentos, sensações das pessoas comuns que a vivenciam e a ela atribuem significado, no espaço e no tempo da sua cotidianidade” (Lefèvre, in COSTA, RANGEL-S, 2007 p. 121).

Considerando a comunicação em saúde como fato coletivo, como frisou Lefèvre, fica evidente sua localização no âmbito público, e segundo Gupta e Fergusson “a esfera pública é, portanto, dificilmente pública no que se refere ao controle sobre as representações que nela circulam” (Gupta & Fergusson, 1992 in Arantes, 2000 p.46).

Neste cenário onde diferentes atores constituem o processo comunicativo passível de variadas representações, cabe a nós a reflexão sobre ética e moralidade na produção e transmissão da mensagem. Sodré coloca a mídia como uma ferramenta que perdeu seu caráter original informativo em prol da coletividade, assumindo uma prática totalmente voltada para o mercado. Um “dispositivo de dominação sensorial e simbólica”, com função de “marcar e fixar os sujeitos de consumo, cada vez mais dispersos e fragmentários em suas identidades” (Sodré, 2004 p.123). Segundo Muniz Sodré, o olhar e o método de construção do discurso midiático são capazes de ‘impor realidades’, isto é, fazer com que o que está sendo dito extrapole o real. O enraizamento das representações desejadas na opinião pública ilustra este poder de ‘impor realidades’. Diz Sodré:

*A atividade de produzir enunciados informativos na esfera pública (o jornalismo) modifica os fatos que são objeto da informação. O discurso da informação é, em consequência, operativo e performativo, ocasionando uma “circularidade de segundo grau”: a enunciação faz o que o enunciado diz. Neste caso, costuma verificar-se a profecia auto-realizadora, ou seja, uma suposição ou predição que, só pela única razão de ter sido feita, converte em realidade o fato suposto, esperado ou profetizado e, desta maneira, confirma a sua própria “objetividade”. Em nosso jornalismo cotidiano, escrito e televisivo, esse mecanismo atua na própria definição do que seja uma questão pública ou na implementação de uma opinião dominante (Sodré, 2004 p.122).*

Porém, Sodré ressalta que tal movimento “não implica afirmar a “vitimização” do público por motivo de desinformação, uma vez que o público-leitor ou espectador termina sendo conivente com o “pacto de comunicação” implícito na forma da vida criada pela mídia” (Sodré, 2004 p123), o modo de vida da sociedade de consumo.

Portanto, um olhar atento para quem emite a informação, para quem a recebe, assim como para a forma que se utiliza a linguagem neste processo comunicativo, pode nos ajudar a compreender as relações e os interesses entre a representação social da cracolândia e a produção deste espaço.

A linguagem é ferramenta fundamental do processo comunicativo, e é capaz de produzir representações sociais sobre determinadas situações e contextos no imaginário social. O conteúdo e a forma de comunicação de determinada mensagem não necessariamente representam a realidade que se refere. Maria Gouveia Rovai faz referência aos estudos de Gaston Bachelard sobre a imaginação e contribui dizendo que “a imaginação não é, Segundo Bachelard, a maneira que se formam imagens da realidade, mas a própria capacidade de constituir imagens que ultrapassam a realidade, o fato racional, verificável. A imagem “canta a realidade” (Rovai in Vichiatti, 2012. P. 175). Segundo a filósofa Mirtes Miriam Amorim, a capacidade de imaginação é a essência do ser humano, e não a racionalidade. Somos humanos porque somos capazes de inventar e reinventar o mundo através da imaginação e das representações (Amorim in Vichiatti, 2012). Mirtes Amorim aponta como estas representações “se “escoram” no real, no seu estrato natural, com suas características e incitações, mas dele não são nem dequalque, nem espelho, mas se fazem como organização do mesmo, e trazem a marca de quem o fez – a cultura. Assim, as significações imaginárias formam e transformam as instituições sociais. A linguagem humana é o seu veículo por excelência” (Amorim in Vichiatti, 2012 p. 96).

Como aponta Lefèvre:

*Definitivamente, a língua e a linguagem não são matérias plásticas, docilmente a serviço de nossas vontades; ao contrário, em função da sua natureza eminentemente social e da sua participação vital nas representações socialmente estruturadas e estruturantes (Spink, 1993), as línguas e as linguagens são participantes ativas, produtivas e solidárias no que diz respeito aos sentidos que elas permitem ou não gerar (Lefèvre, 1999, p. 56)*

Desta forma, explicitarei a forma que a linguagem midiática em relação ao tema das drogas e especificamente sobre o uso de crack no bairro dos Campos Elíseos, cria as representações sociais deste espaço. Por meio deste discurso, no imaginário social o termo cracolândia passa a ser signo de perigo, doença, perda, violência e etc. Amorim destaca a construção coletiva destas representações, e como esta construção é reflexo da sociedade em sua época:

*A significação é criação do coletivo, que opera na sociedade de forma anônima e constante, construindo um universo de valores e crenças,*

*responsáveis pela sustentação da sociedade como tal. Somos fragmentos ambulantes desses valores, que mudam naturalmente com a sociedade e com a história (Amorim in Vichiatti, 2012 p. 95).*

Sendo assim, podemos entender a construção das subjetividades como produto da sociedade. A pós-industrialização, o desenvolvimento científico e tecnológico e o exagero da importância econômica no funcionamento das sociedades são características de nossa época. A psicóloga Sueli Damergian coloca que estes fatores proporcionam um atraso afetivo, ético e espiritual. Um modo de viver individualista que ocasionou em um esvaziamento da subjetividade, da capacidade de autorreflexão e troca para a busca do conhecimento coletivo. Um “mundo oco, vazio de objetos, diálogos, relações, afetos e significados. Nele, o sujeito dialoga com seu espelho mágico, sua “auto-imagem grandiosa” (Damergian in Vichiatti, 2012 p.117). Uma sociedade em que “o outro existe apenas como objeto de desejo, manipulação, poder, satisfação, violência, sem direitos, sem reconhecimento, sem desejo, um não sujeito.” (Damergian in Vichiatti, 2012 p. 118). Uma sociedade de pessoas presas à obscuridade do mundo interior.

A reprodução pelos meios de comunicação desta subjetividade ‘esvaziada’ retrata fielmente nosso momento atual, onde “a sociedade-espetáculo contemporânea, marcadamente midiática, convida incessantemente ao acting-out, à exterioridade, ao esvaziamento contínuo da subjetividade.” “E assim os homens passam a vida toda ignorando a si mesmos” (Damergian in Vichiatti, 2012, p. 123).

A antropóloga Taniele Rui, em seu artigo intitulado “*Depois da ‘Operação Sufoco*”<sup>12</sup>: *sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na cracolândia paulistana*”, analisa o depoimento da jornalista Laura Capriglione, do jornal *Folha de São Paulo*, em um evento sobre drogas, mídia e HIV promovido pelo Centro de Convivência É de Lei. Neste depoimento Laura diz que como a sede do jornal *Folha de São Paulo* é próxima à cracolândia, os jornalistas saíram do escritório e puderam acompanhar a ação da rua, próximo às pessoas que fazem uso de crack, e foram testemunhas visuais da violência policial e violação de direitos humanos. Laura disse que esta prática incomum no atual jornalismo brasileiro, a aproximação de uma realidade que ignoravam solenemente, possibilitou entrar em contato com a realidade das pessoas envolvidas neste contexto. Laura destacou que a percepção dos dramas pessoais, a quebra de estereótipos, e a necessidade e importância de se olhar a questão por diferentes ângulos fez a diferença para o amadurecimento do discurso midiático nas semanas seguintes ao ocorrido, que passou a denunciar a violência policial em prol da garantia dos direitos humanos.

Nesse sentido, Taniele Rui aponta como esta significativa mudança no olhar vislumbra uma mediação mais coerente entre as pessoas que usam crack, a segurança pública e a sociedade:

*Uma eventual via para quebrar a retroalimentação entre violência, publicização e espetáculo. Salta aos olhos, nesse sentido, a potência*

---

<sup>12</sup> *Ação de caráter policial extremamente repressiva realizada pelo Estado e pela Prefeitura da cidade de São Paulo na cracolândia no início de 2012. Ver detalhes a seguir.*

*política desse tipo de narrativa (Polletta, 2006) e, a partir dela, a probabilidade de emergência de novas configurações de produção dos discursos mediadores das relações entre usuários de crack e imprensa, entre imprensa e polícia, entre usuários de crack e “mundo público” (Rui, 2013 p.303)*

Um fato isolado que evidencia abordagens rasas e a prática inconsequentes do discurso de determinados meios de comunicação que reproduzem e representações sociais também rasas sobre o local, e principalmente sobre os sujeitos que fazem uso de crack. A jornalista Laura, no artigo de Taniele, diz estar “muito ciente” de que a imprensa pode tanto dar visibilidade ao fenômeno, quanto também reforçar preconceitos (Rui, 2013).

Utilizarei para análise do discurso midiático sobre a cracolândia reportagens jornalísticas que aparecem em capas do Jornal Estado de São Paulo e uma recente campanha em vídeo lançada pela Associação Parceria Contra as Drogas contra o uso do crack. Esta campanha em vídeo não se direciona especificamente à cracolândia, mas seu conteúdo é sobre o usuário de crack e à imagem atribuída à cracolândia em São Paulo. Quanto ao jornal, optei por manter o olhar de somente 1 veículo, e o jornal Estado de São Paulo se encontrava mais acessível no momento da pesquisa. Optei por matérias com chamadas na capa porque estas estão mais visíveis à população geral, podendo contribuir para a construção do imaginário social mesmo sem a leitura completa de todo conteúdo. Além disso, as reportagens de capa representam os acontecimentos mais significativos de determinado momento. Encontrei reportagens na capa do jornal a partir da segunda metade da década de 1990, suponho que foi a época que a questão do crack começou a ter mais visibilidade socialmente. Como destaque menciono primeira matéria com a palavra cracolândia que data de 7 de agosto de 1995, dentro do caderno Cidades.

Esta primeira reportagem de 1995 tem como título, “Polícia reforça combate à traficantes”<sup>13</sup>, já delimitando a cracolândia como espaço da criminalidade. A partir de agora comentarei reportagens que apresentaram chamadas na capa do veículo de comunicação. A primeira matéria com chamada na capa data de 19 de julho de 1998, e vem com a chamada: “Cracolândia agora só existe durante a noite”<sup>14</sup>, referindo-se à ação da Polícia Militar e segurança de lojistas na “chamada cracolândia”, que fez desaparecer a presença das pessoas que faziam uso durante o dia. Percebe-se a atribuição e reforço da denominação cracolândia quando faz referência ao local. Em 2 de dezembro de 1998, lê-se na capa: “OAB-SP denuncia ampliação da área da cracolândia”<sup>15</sup>, territorializando este espaço urbano como lugar de consumo de crack. Dá-se inclusive contornos e limites deste espaço formado pelo quadrilátero das Ruas do Triunfo, General Osório, Protestantes e dos Andradas. Ainda em 1998, em reportagem de 13 de dezembro o jornal diz “crack avança

---

<sup>13</sup><http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950807-37182-nac-0015-cid-c3-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>14</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19980719-38259-nac-0001-pri-a1-2cl/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>15</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19981202-38396-spo-0001-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

entre crianças em São Paulo”<sup>16</sup>. No conteúdo percebe-se uma demonização da substância, atribuindo a causa de problemas sociais urbanos unicamente ao crack. Esta demonização da substância torna a cracolândia como berço deste ‘mal’. Quatro dias depois, em 17 de dezembro temos “Estado e Prefeitura fazem operação na cracolândia”<sup>17</sup>, publicizando a necessidade de uma intervenção do poder público como tentativa demarcar poder sobre a região. Em 19 de abril de 1999, “Polícia faz plano para extinguir cracolândia”<sup>18</sup>. É atribuída exclusivamente a Segurança Pública responsabilidade para a solução de um problema social e de saúde, reforçando este território como um local perigoso, que necessita e depende da presença da polícia.

Já em 2005, em 13 de março, a chamada é “uma noite na cracolândia pós operação de ‘limpeza’”<sup>19</sup>, utiliza-se a palavra ‘limpeza’, deixando implícita a sujeira ‘humana e material’ que existiria na região, quando três dias antes a chamada foi “Blitz fecha hotéis na cracolândia – operação contra a criminalidade prende 12 pessoas”. A partir desta reportagem de 2005, percebe-se que entre 2005 e 2007 as chamadas mudam o discurso, deixando de demarcar negativamente o espaço e passando a explicitar as perspectivas de mudanças e melhorias no local. Veiculou-se durante estes 2 anos chamadas como “projeto: sai a cracolândia, entra a universidade”<sup>20</sup>, “Cracolândia: a caminho de virar NovaLuz”<sup>21</sup>, “Cracolândia: perto do fim da degradação”<sup>22</sup>, “prefeitura vai demolir 50 imóveis da cracolândia”<sup>23</sup> e “Cracolândia começa a mudar”<sup>24</sup>. Todas relacionadas ao Projeto de ‘requalificação’ urbana chamado “NovaLuz” lançado em 2005. Em 2009 retoma-se o discurso anterior, “Cracolândia: Operação frustrada”<sup>25</sup>. Esta matéria na capa vem com foto de 9 pessoas encostadas na parede sendo abordadas pela polícia, e na legenda da foto diz: “Policiais abordaram moradores da Rua Helvetia, durante operação da PM e de agentes de saúde na cracolândia, região de SP onde viciados em drogas se concentram há 20 anos. A ideia era revitalizar a área, mas 6 horas depois que a ação começou, os viciados voltaram”. Novamente demarca a região como local do crime, além de atribuir os estereótipo e estigma de ‘viciados’ às pessoas que frequentam e moram no bairro. Em 11 de dezembro de 2011 temos a culpabilização da substância em chamada “O filho que o crack levou”<sup>26</sup>. No ano de 2012 houveram muitas matérias sobre a cracolândia, pois em janeiro ocorreu a ‘Operação Sufoco’ apontada por Rui (2013). Muitas das

---

<sup>16</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19981213-38407-nac-0001-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>17</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19981217-38411-spo-0001-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>18</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19990419-38534-spo-0001-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>19</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050313-40689-spo-1-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>20</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050227-40675-spo-1-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>21</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20060205-41018-spo-1-pri-a1-not/busca/CRACOL%C3%82NDIA>

<sup>22</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20060507-41109-spo-1-pri-a1-not/busca/CRACOL%C3%82NDIA>

<sup>23</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20070903-41593-spo-1-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>24</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20071027-41647-nac-1-pri-a1-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>

<sup>25</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090723-42282-spo-1-pri-a1-not/busca/CRACOL%C3%82NDIA>

<sup>26</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111211-43153-nac-1-pri-a1-not/busca/CRACOL%C3%82NDIA>

matérias referem-se a este evento que pode ser lido em seu texto. Em 2013, em 21 de janeiro o tema foi “Internação a força começa na cracolândia”<sup>27</sup>. Esta chamada coloca a internação compulsória como solução para o problema, anulando as pessoas que fazem uso de crack como sujeitos. Um discurso que reforça a imagem desqualificada que o senso comum já atribui às pessoas que fazem uso de crack.

Passamos agora para uma campanha em vídeo lançada em novembro de 2013 pela Associação Parceria Contra as Drogas. A campanha consiste em uma série de vídeos que retratam e ilustram o uso de crack e principalmente categorizam o usuário de crack. (<http://www.zombieaorigem.com.br>) O conteúdo da mensagem é extremamente carregado de estereótipos como o de ‘zumbis’. Claramente a estratégia de prevenção ao uso de crack escolhida é por meio do amedrontamento. A produção do medo. Nestes vídeos fica evidente um processo comunicativo que apesar de buscar abordar uma questão de saúde, deslegitima e invalida as pessoas que fazem uso destas substâncias e que podem ter problemas relacionados a este uso. Uma mensagem que reforça a relação do uso de crack, e consequentemente signo da cracolândia como origem deste perigo, doença, perda, violência, morte e etc.

Esta forma de trabalhar a comunicação em saúde através do medo produz um afastamento de via dupla. Ao mesmo tempo que pode interferir na decisão de um jovem em experimentar ou não o crack, produz e reproduz a precariedade do modo de vida das pessoas que fazem o uso de crack regularmente nas ruas, e que cada vez mais são tangidas socialmente. Aquilo que se fala da substância interfere na própria performance das pessoas que fazem seu uso. Um discurso midiático que anula a condição de sujeito destas pessoas deslegitimando alternativas e possibilidades de cuidado. Um discurso capaz de desqualificar espaços e acentuar degradação urbana e social. Um discurso que produz um espaço segregado, ocupado por pessoas segregadas.

Para compreender a produção do espaço urbano, é necessário observar a reunião simultânea de diversos elementos, como: as pessoas, as coisas, os signos, e os lugares. A partir da leitura de Proença, Lefebvre, em seu livro ‘*Produção do Espaço*’, define que “a forma do espaço social é o encontro, a reunião a simultaneidade” (Lefebvre, 2000 in Proença, 2011 p.48) Proença esmiúça a afirmação ampliando a produção do espaço também como consequência dos conflitos existentes neste território. “O que se reúne no espaço social e, por inerência, no espaço urbano é tudo o que existe no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, pela sociedade – pela cooperação e pelos conflitos” (Proença, 2011 p.48). Desta forma, como temos a cracolândia como ‘lugar’ de estudo, é essencial considerarmos a teia de intervenções e significações nas continuidades e descontinuidades históricas deste território.

Stuart Elden, professor de teoria política e geografia da Universidade de Warwick no Reino Unido, em seus estudos sobre ‘território’ também se apoia nos conceitos de Lefebvre. Sob o entendimento de Proença, Elden aponta a produção do

---

<sup>27</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130121-43560-nac-1-pri-a1-not/busca/cracol%C3%A2ndia>



espaço social como algo material e também mental, “O espaço é produzido de duas maneiras, como uma formação social (modo de produção) e como uma construção mental (representação)” (Elden, 2004 *apud* Proença, 2011 p. 53). Esta duplicidade inerente a produção do espaço também é muito bem colocada pelo olhar de Maria Proença, ao dizer que:

*No centro da reflexão sobre o espaço, impõe-se a seguinte proposição: “o espaço (social) é um produto (social).” (Lefebvre, 2000). Podemos afirmar que é a sociedade que produz o espaço social, através da apropriação da natureza, da divisão do trabalho, da diferenciação social. O próprio espaço físico é também produto do imaginário individual e coletivo. A relação com o espaço, é assim, mediada por representações. O movimento é dialético: constrói-se como se representa e representa-se como se constrói. (Proença, 2011 p. 53)*

Ao fazermos esta leitura do urbano, o professor Carlos Fortuna problematiza as cidades possíveis dentro da cidade, isto é, a pluralidade de espaços e contextos dentro do urbano. Fortuna define o plural de cidades como “as políticas sócio-urbanas e a sua ausência, o atropelo aos direitos e as paisagens de privilégio, as formas de segregação e de ostentação, a cultura, a saúde, o emprego, o dinheiro, o futuro e, ao mesmo tempo, a falta de todos eles.” (Fortuna, 2009 *apud* Proença, 2011 p. 55).

Maria Proença traz uma rica visualização deste contínuo processo mútuo entre o mundo material e o imaginado:

*Materialidade, representação e imaginação não são mundos separados, eles estão sujeitos a mesma dialética; a produção dos objetos, a produção do espaço e a produção ideológica, num processo com mútuas imbricações e em mútua transformação. Sujeitos, Instituições, práticas e produtos circulam no âmbito de um “mercado material” e um “mercado simbólico”, de modo relacionado. A prática especial envolve a criação de obras e a produção de coisas. (Proença, 2011 p.56)*

Este olhar dialético que Proença faz de Lefebvre na análise crítica da produção do espaço nos auxilia a compreender as relações entre homem, ambiente, coisas, corpo e consciência.

Sendo assim, as representações simbólicas imaginadas, fiéis ou não à realidade que muitas vezes são publicizadas pelo discurso midiático, não expressam apenas relações de poder, mas também têm repercussão na reprodução das práticas cotidianas e na produção do espaço.

Estudiosos da Escola Sociológica de Chicago apontam que determinada área urbana possui função dominante em alguma atividade ou na distribuição da população que a ocupa. Michel Agier apresenta três noções de reflexão sobre a cidade, são elas as

de região, situação e de rede<sup>28</sup>. Não vou abordar as ideias de situação e rede, mas sim explorar a noção de região, diretamente relacionada ao contexto da cracolândia. Segundo Agier, “As áreas formam-se assim, de acordo com a origem ou a “etnia”, por aglomeração progressiva em função das afinidades ou, pelo contrário, por reação aos preconceitos” (Agier, 2011 p.66). Agier retoma reflexões do sociólogo Robert Ezra Park, da Escola da Chicago, que define estes espaços como “meios morais” ou “regiões morais”. Park considera que a sociedade do início do século XX possuía caráter individualista, um mundo onde “uma pessoa é simplesmente um indivíduo que tem, em alguma parte, em alguma sociedade, um status social, mas o status vem a ser, finalmente, uma questão de distância – distância social” (Park, 1925 apud Agier, 2011 p. 66).

Este status atribuído à região da Luz produz uma identidade local atrelada às representações morais deste lugar. Uma identidade própria dos atores urbanos que ali vivem. Neste contexto, podemos relacionar a atribuição do termo cracolândia que faz referência à ‘terra do crack’, à reflexão de Agier que localiza a produção destas identidades urbanas como identidades “externas”, “no sentido de que elas emanam primeiro de um olhar dos atores exteriores ao espaço considerado, mesmo que elas sejam em seguida retomadas a partir de dentro...” (Agier, 2011 p.67) Desta forma, o processo de estigmatização é incorporado pela população estigmatizada, como em um ciclo reproduzido socialmente.

Voltemos ao conceito de ‘distância social’ de Park trazido por Agier. A ideia de ‘distância social’ extrapola a noção meramente espacial e faz referência ao alargamento desta distância por meio de fatores culturais e sociais, como a diferença de classes, dinâmicas de mercado, práticas cotidianas e etc. Estes fatores acentuam categorias de exclusão, que na cracolândia se apresentam pelo consumo de crack sustentado por um mercado informal e ilícito. O ‘ilegal’ é componente importante na construção da moralidade no imaginário social, desta forma, a cracolândia apresenta-se como uma região moral que se distingue também por esta via de outros espaços urbanos vizinhos. Como apontou Agier:

*A transformação dos espaços urbanos em fronteiras identitárias... é sempre fundada sobre olhares cruzados que põem em jogo diferenças de gostos, de estilos de vida e de comportamentos. O conjunto desses critérios resulta de uma configuração global de valores morais à escala da cidade. (Agier, 2011 p.71)*

Luis Fernandes, professor de Psicologia e Ciência da Educação na Universidade do Porto (Portugal), aplica a estes espaços territorializados pelo consumo e venda de substância psicoativas o conceito de *territórios psicotrópicos*. Para ele, atividades ilegais, como uso de drogas, se apropriam de determinados espaços urbanos, provocando uma “territorialização funcional do espaço” (Fernandes,2004 p.149).

---

<sup>28</sup> Agier, M: *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. 2009 – Ed. Terceiro nome, São Paulo - SP*

Apesar de diferentes dinâmicas de venda, consumo e tentativas de controle por parte do poder público, a crackolândia apresenta uso de crack público 24 horas por dia, tornando-se um território especializado, assumindo então o caráter de *território psicotrópico*. Uma relação de interdependência entre consumidores e traficantes proporciona solidez a este mercado, pois os próprios consumidores de drogas, que muitas vezes apresentam desgostos em relação ao uso e desejosos em parar de fumar, protegem e colaboram com os processos do tráfico. Uma dinâmica complexa que afasta os atores que não estão envolvidos nesta economia (Fernandes, 2004 p.151). Na crackolândia paulistana, muitas vezes um único indivíduo assume os dois papéis. Além de ser usuário, vende pequenas quantidades de crack como fonte de renda mínima para sobrevivência e manutenção do consumo.

A movimentação financeira local, além do mercado da droga, apresenta um gama de atividades que sustentam o modo de vida de uma população marginal que ali habita e em seus arredores. Além da reciclagem e diversos outros serviços gerais, a circulação de produtos por preços baixíssimos torna-se oportunidade irrecusável para pessoas que dispõem de pouquíssimos recursos (Fernandes, 2004).

*Territórios psicotrópicos* são espaços caracterizados pelo mercado ilícito e pela circulação de psicoativos. Um lugar onde os “desordenados ordenam”, configurando-se como um território flutuante, composto por dinâmicas sociais e de mercado que acompanham espacialmente o deslocamento de seus atores. Fernandes afirma que as diversas tentativas de controle destes espaços comprovam “a evidência de que os territórios psicotrópicos se fragmentam, pulverizando-se pela cidade” (Fernandes, 2004 p.160 – tradução minha).

Para compreender a construção do imaginário sobre a crackolândia, considere importante analisar o processo de produção deste espaço urbano e atravessar questões históricas, políticas, psicológicas e sociais. Este processo possibilitou um olhar amplo sobre o contexto, trazendo à tona algumas relações essenciais para a produção e reprodução do imaginário sobre este lugar.

A dinâmica local sustentada pelo mercado ilegal e a análise do discurso midiático evidenciam a desqualificação desta área, relacionando-a ao crime, à marginalidade e a insegurança. O discurso do medo e um certo “rumor insegurizante” (Fernandes, 2004) exigem repostas imediatas do poder público, que consecutivamente apresenta propostas de intervenção e requalificação urbana. A trajetória local, a atual política de drogas, a instalação do mercado ilícito e a especialização deste território sugerem que a produção deste espaço urbano historicamente se apresenta como uma questão que não é somente urbana ou ambiental, mas também de caráter econômico.

O psicólogo Rodrigo Alencar expõe sua compreensão sobre a política proibicionista dando destaque “à manutenção de uma política do medo e à necessidade de sustentação de uma ameaça imaginária como estratégia de tamponamento do mal-estar inerente à vida social” (Alencar, 2012 p. 93). Mal-estar este característico da sociedade de consumo capitalista, que naturalmente sustenta desigualdades extremas. Um sistema que cria tipos neste território espacialmente segregado que suporta

desvalorização econômica, social e moral, caracterizado pela espoliação humana, urbana e imobiliária. Um local que não é capaz de oferecer condições mínimas para a ocupação humana, porém paga-se caro por esta precariedade, já que esta se encontra na zona central da cidade. O centro, por sua vez, é local de crescente valorização do valor da terra, impulsionando constantes intervenções urbanísticas e o avanço da especulação imobiliária.

O professor de Urbanismo Fernando Gaja I Diaz, da Universidade Politécnica de Valência, na Espanha, ressalta os processos de elitização de regiões históricas e centrais das cidades. Tal processo, denominado *gentrification*, é caracterizado pela expulsão de uma população pobre para posterior reocupação por uma população de maior poder aquisitivo. Diaz critica estes processos de requalificação urbana por meio de intervenção do Estado com objetivos meramente econômicos e de mercado. Diaz descreve que *gentrification*:

*São diversas facetas de uma mesma dinâmica que expulsa habitantes do centro para a periferia, ao mesmo tempo que ‘requalifica e remodela, transformando em definitivo os antigos bairros centrais, por processos de esvaziamento e deterioração como guetos em fase prévia à renovação. São etapas diferentes de um processo de revitalização dos centros históricos, de apropriação de rendimentos derivados da centralidade, de seus valores simbólicos e coletivos (Diaz, 2008 p.111).*

Diaz acrescenta que a ‘decadência’ pode ser um processo prévio proposital que justifique uma posterior ‘requalificação’. Uma degradação social e econômica que só vem acompanhada de uma deterioração física e arquitetônica.

A análise do discurso midiático nos mostra que este traz as informações como sendo verdades, mas de fato são interpretações de determinados atores com interesses diversos. Como vimos, este discurso é capaz de produzir e reproduzir representações sociais ancoradas no entendimento moral em relação à questão das drogas. Lefèvre diz que “do ponto de vista do senso comum sanitário, que carrega e atualiza um imaginário arcaico sobre o assunto, a doença ou destruição física e social causada pela droga é, de fato, uma consequência ou punição pela busca “antinatural” do prazer carnal. É isso que afasta do convívio social, o “prazer demasiadamente carnal”” (Lefèvre, 1999 p.65).

Apesar de sustentarem a construção do imaginário sobre este lugar, a história, a política e o discurso midiático não produziram um espaço destituído de sujeitos e de identidade, mas sim um território sólido, ainda que móvel, e especializado. Porém, é praticamente um enclave –um território de baixa amplitude, com alta densidade, alta homogeneidade de riscos relacionais, ausência de conexões com outros nós que coabitam o mesmo território e ausência de conexões exteriores ao território (Machin, 2010 in Góngora in Epele 2010 p. 105).

Um espaço de nítida exclusão social exatamente no centro da cidade. Um ambiente que potencializa vulnerabilidades e que podemos associar também o conceito de amplificação social do risco. Segundo texto de Gabriela Di Giulio, amplificação social do

risco é o “fenômeno pelo qual os processos de informação, as estruturas institucionais, o comportamento do grupo social e as respostas individuais dão forma à experiência social do risco, contribuindo para suas consequências”.<sup>29</sup> Neste sentido, podemos destacar a estigmatização da área como produto desta amplificação social do risco. Em relatório de campo da pesquisa intitulada “*Usuários de crack e espaços de uso: agenciamentos e relações de trocas em territórios urbanos*”, coordenada pelo professor Rubens Ferreira Camargo Adorno na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a pesquisadora Selma Lima ilustra a estigmatização local quando utiliza o transporte público para se deslocar para o trabalho de campo:

*Pergunto ao cobrador se tem um ponto próximo à Sala São Paulo. Ele diz que não. Pergunto novamente se não tem um ponto próximo à Estação Júlio Prestes. Ele me diz: não tem não, só tem o ponto da cracolândia (rua Helvetia, esquina com a Alameda Cleveland). Parece que ele não acha que ali seja um lugar onde eu, ou qualquer outra pessoa queira ir, portanto, não é um lugar. (Adorno, 2013)*

O movimento de constituição do espaço ‘*cracolândia*’ na região central pode ser consequência desta ausência histórica de políticas de qualidade de vida e saúde para a população ocupante do bairro e seus arredores, incluindo as pessoas que fazem uso de drogas. O antropólogo Heitor Frugoli aponta novos padrões de relacionamento entre a riqueza e a pobreza que podem ser considerados embriões de formatos de segregação socioespacial. Estes fenômenos vêm se intensificando e transbordando cada vez mais as margens da cidade, para além das periferias, e constituindo as “hiperperiferias”. Este tangenciamento da pobreza estabelece-se em áreas periféricas, regiões “... marcadas a princípio por maior grau de precariedade”, “... devido a uma combinação entre o desemprego estrutural, a crise de organização dos movimentos sociais e o abandono do Estado.” (Frugoli, 2005, p.144).

A socióloga Vera da Silva Telles e Daniel Hirata (2007) apontam que, desde os anos 1980, estes novos formatos nas relações cotidianas e de trabalho são consequências de posturas governamentais conservadoras, que embaçam a defesa de direitos e garantias sociais da população. Um mercado de ações globalizadas não preocupadas com a realidade e impactos no âmbito local. David Harvey ressalta a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontrolado, e como essas “novas condições do mercado de trabalho de maneira geral reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados” (Harvey 1989: 145). O desemprego, os “expedientes de sobrevivência” temporários e o trabalho informal instalam-se como engrenagem substancial.

---

<sup>29</sup> *Kasperson RE, Ren O, Slovic P, Brown HS, Emel J, Goble R, Kasperson JX, Ratick S. The social amplification of risk: a conceptual framework In: Kasperson JX, Kasperson RE. The social contours of risk: publics, risk communication and the social amplification of risk. London: earthscan: 2005. P.99-114 apud Di Giulio, Figueiredo, Ferreira, 2012.*

Harvey (1989) aponta o rápido crescimento de economias “informais” ou “subterrâneas” em todo o mundo e como estas dinâmicas “indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas” (Harvey 1989: 145). Experiências de vida marcadas por estratégias que certamente são motivadas tanto pela relação informal do trabalho, quanto pela alta lucratividade dos mercados “nos limites incertos entre o legal, o ilegal, clandestino ou mesmo ilícito e delituoso” (Ruggiero 2000 *apud* Telles 2007: 174).

Vera Telles (2011) aponta as cidades contemporâneas como centros econômicos de primeira grandeza, conectadas a um sistema globalizado de economia. Marcado por um “crescente de ilegalismos”, o mundo urbano contemporâneo é estruturado por um “embaralhamento do legal e do ilegal”, onde as fronteiras entre o mercado formal e informal são redefinidas pelas práticas cotidianas. Segundo Vera Telles:

*Todas estas linhas se entrecruzam nas práticas sociais, no plano das famílias, da economia doméstica e das redes sociais, e aí o jogo social se faz em conexão com outros tantos circuitos que embaralham ainda mais as fronteiras do legal e do ilegal, do formal e do informal, do lícito e do ilícito. É nesse plano que o varejo da droga encontra seus pontos de ancoragem, enreda-se nas tramas urbanas em que o fluxo de dinheiro, mercadorias, produtos legais e ilícitos se superpõem e se entrelaçam nas práticas sociais e nos circuitos da sociabilidade popular (Telles in Cabanesi, 2011 p.163).*

Luciana Boiteux ressalta que o delito que mais encarcera mulheres no Brasil é o tráfico de drogas. Mulheres que exercem função no tráfico como transportadores por motivos domésticos e afetivos, e que não estão ligadas aos cargos de comando da cadeia do tráfico (Boiteux, 2012 p.14). Percebemos assim um envolvimento com práticas ilegais que perpassam a vida cotidiana na cidade. Esta percepção das atividades ilícitas como parte do redesenho das dinâmicas urbanas locais é de extrema importância para compreendermos os embates sociais entre pobreza, sociedade e mercado. O modo de vida pautado pela economia informal é produto do sistema econômico atual que exige cada vez mais qualificação profissional, possibilitando maior mobilidade social para parte da população. Contudo, naturalmente exclui e desloca incessantemente para as margens a outra parte com menor qualificação, que conseqüentemente vê suas possibilidades e oportunidades reduzidas.

Em artigo sobre a periferia, direito e diferença, o professor de sociologia Gabriel Feltran aponta como os espaços periféricos apresentam marcas da “emergência do crime” como uma instância normativa e legítima destes territórios. Estes cenários apresentam modos de vida que inscrevem nos corpos e territórios “valores externamente concebidos”, ou seja, configuram-se como estereótipos que estigmatizam este contexto perante as outras áreas da cidade (Feltran, 2010). Segundo Feltran, estes “sinais diacríticos usuais facilitam a tarefa, corporificando uma estética em que a cor da pele, os modos de se vestir

e de falar, os circuitos urbanos e etc. tornam visíveis os critérios a empregar cotidianamente como distinção social” (Feltran, 2010 p. 571).

O espaço da cracolândia apresenta muitas dessas características de precariedade e abandono de bairros periféricos, porém encontra-se no centro da cidade de São Paulo. Podemos refletir este espaço como uma ‘hiperperiferia central’, que se mantém desconectada do crescente desenvolvimento urbano e social do centro. A contenção cada vez mais controlada desta população teve como consequência a fixação e especialização do território. Esta territorialização do uso de crack neste espaço pode também estar atrelada à forma com que a cidade dialoga com a pobreza e com os demais aspectos associados a este contexto.

Além de diversas atividades informais e ilegais que dão contorno as dinâmicas do dia-a-dia e do mercado local, o próprio uso de drogas vem sendo abordado em debates políticos, legais e midiáticos. Um discurso que traz a noção do uso de drogas como doença, como algo necessariamente ruim, e que promove a criminalização do uso de substâncias através de leis e práticas políticas (Raikehl, Garriott 2013: 17).

Como vimos, o discurso se desloca ao longo dos anos. Nos anos 90 apresenta caráter segregador da pobreza, nos anos 2000 pauta a necessidade de revitalização urbana, e a partir de 2010 a culpabilização da substâncias e das pessoas, colocando-as como doentes e incitando possíveis internações compulsórias. Como resultado, temos uma construção social que enxerga as pessoas que usam drogas ilícitas como inimigos, proporcionando a aprovação de diversas intervenções repressivas pelo poder público.

## **1.6. As práticas políticas**

O centro de São Paulo passou por diversos planos de qualificação, porém, muitos deles foram limitados e desastrosos por não conseguirem promover reabilitação urbana da região (Martins, 2011). Como vimos, o bairro da Luz, apesar de inicialmente ser uma região nobre da cidade, passou também por diversas intervenções da gestão pública, muitas vezes com o objetivo de contrapor o caráter popular, informal e muitas vezes ilícito que ali se instalava. O aumento da população de baixa renda, o número de cortiços, a prostituição, o trabalho informal, o comércio ilegal e o uso de crack trouxeram outra ocupação para este espaço urbano. Atividades praticadas na rua, em espaços públicos e com alta visibilidade para a população e seus veículos de comunicação assumiram uma configuração que paralelamente exhibe inúmeras respostas imediatas de intervenção pelo poder público.

Faço a seguir um resgate das intervenções do poder público na cracolândia e apesar de algumas referências mais antigas, vou me ater à última década, mais precisamente nos últimos 11 anos, entre 2004 e 2015. Foi neste período que estive dentro, como elemento ativo na construção deste cenário. Desde 2004, minha posição é de um redutor de danos

que atua em um Organização da Sociedade Civil que executa projetos também financiados pelo poder público. Nesse percurso, em diversos momentos senti que minhas ações e meu posicionamento, tanto individuais como institucionais (pelo É de Lei), estavam drasticamente opostos e conflitantes com a aplicação das políticas públicas. Tendo isso em mente, muitas vezes me parecia paradoxal e desconexo o desenrolar das políticas. Em determinadas situações me percebia próximo das pessoas na busca pela promoção de cuidado, em outros me via na mesma posição das pessoas que fazem uso de crack como vítima de ações repressivas desnecessariamente violentas, também ofertadas pelo poder público. E permanecia a pergunta: Para qual direção estavam indo os investimentos públicos?

O Centro de Convivência É de Lei iniciou o trabalho de campo na perspectiva da redução de danos relacionados ao uso de crack na região da Luz em 2002, e logo 2 anos depois, em agosto de 2004, iniciei os trabalhos de campo (acesso às pessoas que fazem uso no contexto de uso/rua) na Cracolândia. Nesta época a ‘cracolândia’ encontrava-se na rua do Triunfo, Vitória e General Couto Magalhães. A concentração de pessoas era menor, dezenas, e o uso, o comércio e a vida ao redor do crack aconteciam nas calçadas, em frente muros e portas fechadas de comércios, nos arredores da ‘Casa Amarela, grupo religioso da missão Cena<sup>30</sup>. Territorialmente se misturava com as meninas do mercado da prostituição que também acessávamos com distribuição de preservativos nas portas dos hotéis.

Até então a cracolândia não era tema de debate público e pouco se falava sobre isso. O fenômeno que acompanhávamos no dia-dia de trabalho parecia praticamente invisível para a sociedade, e uma das estratégias do É de Lei para chamar o debate público para esta questão foi a utilização do ‘Nóia-móvel’. Uma Kombi que possibilitava criar um espaço de convivência in loco, na rua, equipada com um inflável de 4 metros de altura que formava um cachimbo e uma seringa. Além de proporcionar certa visibilidade, o inflável simbolizava transições no contexto de uso de drogas e a necessidade de as políticas acompanharem este processo. Começou a ser raro encontrar pessoas que faziam uso de drogas injetáveis, e o crack, começava a emplacar sua odisséia no imaginário e nas ruas da sociedade brasileira.

Apesar da invisibilidade pública, era um momento fértil de financiamentos do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde para ações de prevenção ao HIV, e nesta época a Redução de Danos no Brasil estava ainda sobre o ‘guarda-chuva’ dos Programas de Prevenção ao HIV/Aids. Sendo assim, tínhamos uma equipe relativamente grande e íamos para a rua em 4 ou 5 pessoas. Não existiam outros trabalhos desenvolvidos na perspectiva do cuidado por ali, apenas algumas iniciativas de cunho religioso como a missão Cena<sup>31</sup>. No campo da oferta de políticas, além da polícia, estávamos sozinhos.

---

<sup>30</sup> *Missão Cena – [www.missaocena.com.br/](http://www.missaocena.com.br/)*

<sup>31</sup> *Missão Cena – <http://missaocena.com.br>*



Neste momento o *É de lei* executava o projeto-piloto com distribuição de insumos de prevenção para usuário de crack em parceria com o Ministério da Saúde<sup>32</sup>. Eram comuns situações em que fosse necessário que a psicóloga Andrea Domanico, uma das fundadoras do Centro de Convivência *É de Lei*, mediasse conflitos com os policiais quando estes destruíssem os insumos de prevenção ofertados pelo Ministério da Saúde<sup>33</sup>. Tudo era bastante novo para mim, mas sempre foi perceptível um nítido descompasso das políticas Federais, Estaduais e Municipais no mesmo território. Um “murro em ponta de faca” dos investimentos públicos.

## **A Limpeza**

Logo em março de 2005, quando chegávamos para um dos trabalhos de campo uma cena inusitada. Consumidores de crack e profissionais do sexo corriam em uma única direção. Pareciam fugir de algo, e do ponto de onde partiam vinha a comitiva do prefeito José Serra, que iniciava a primeira grande tentativa de acabar com a *cracolândia*, a ‘Operação Limpa’. Apesar de lançada como uma ação Inter secretarial, na prática apresentou caráter claramente repressivo em direção às pessoas que estavam em situação de rua e que fumavam crack. Sem propostas concretas de atendimento e acompanhamento na oferta de cuidados, dispunha-se apenas algumas tendas de programas da assistência social oferecendo vagas em centros de Acolhida. Paralelamente à ostensiva presença policial e à visita do prefeito, ocorreram também intervenções de fiscalização que ocasionaram a lacração de diversos estabelecimentos comerciais que não estavam regularizados, em grande parte bares e hotéis. Esta primeira grande movimentação para ‘acabar com a *cracolândia*’ tangenciou a dinâmica em torno do crack para outros espaços nos arredores deste mesmo território. A concentração de pessoas cruzou a Avenida Duque de Caxias e ocupou a Praça Júlio Prestes, em frente ao shopping dos Coreanos (antiga rodoviária), estação de trem Sorocabana e a Sala São Paulo<sup>34</sup>. A capacidade de mobilidade e a rápida ocupação da praça evidenciavam que a ‘*cracolândia*’ permanecia.

Novas transformações na paisagem começaram com as demolições de inúmeros imóveis entre as ruas dos Protestantes e General Couto Magalhães. Os terrenos continuam vazios até hoje exibindo descaso de gestão, pois terrenos grandes e agraciados com toda infraestrutura da região central são desperdiçados com tantos anos de ociosidade. Com o avanço das demolições ao longo dos meses após o início da operação, o deslocamento das pessoas que usam crack para o outro lado da Avenida Duque de Caxias proporcionou uma divisão mais marcada entre a zona do meretrício e o uso de drogas. A quantidade de pessoas aumenta gradativamente, e as novas formas de sociabilidade esboçam ao longo

---

<sup>32</sup> *Ver detalhes no capítulo 3.*

<sup>33</sup> *Ver vídeo 10 anos É de Lei. [www.edelei.org](http://www.edelei.org)*

<sup>34</sup> *Inaugurada em 1999 quando o Itaú comprou a área com a proposta de criar o complexo cultural Júlio Prestes.*

dos anos a ideia de ‘fluxo’, porém sem ainda receber este nome. Esta dinâmica tinha a praça como ponto central, mas circulava no ritmo das intervenções de rotina da polícia militar. As políticas de saúde e assistência se continham em tendas e espaços de convivência com encaminhamento para centros de acolhida. Outras instituições religiosas apareciam, uma delas com a proposta que evangelizava enquanto cuidava de ferimentos, o evangelho por meio de curativos. Ações rotineiras da segurança pública davam início à ‘política do nomadismo’. Quando abordadas, as pessoas que faziam uso de crack passaram a se deslocar pelos arredores e retornar muito em breve para o ponto de partida. Um ciclo à deriva solto pelo espaço. Tive a oportunidade de perguntar a um inspetor da GCM qual era o objetivo desta ação. A resposta: “Não resolve muita coisa..., mas nossa orientação da chefia é coibir o uso de drogas ilícitas no espaço público. O crack é uma droga ilegal, então temos que evitar que as pessoas fiquem usando nas ruas, nas calçadas”. Compreendi. Eram claramente orientações hierárquicas. Mesmo com os agentes da ponta percebendo que era desprovida de sentido, as ações da segurança pública mantinham sua alienação. Mais um episódio da falta de diálogo entre as políticas. Esta operação teve grande impacto midiático e a partir de 2005 começamos a ter maior visibilidade sobre a cracolândia nos meios de comunicação, e conseqüentemente a presença da segurança pública se intensifica, principalmente em dias de eventos na sala São Paulo. A operação Limpa foi uma ação que se mostrou bastante repressiva e excludente às pessoas que usam drogas, e que no próprio nome rotulou negativamente o local como um ambiente sujo.

Com a renúncia de José Serra para concorrer ao cargo de governador do Estado, a política do nomadismo se manteve estável durante toda a gestão de Gilberto Kassab, o vice-prefeito que assumiu o cargo. Permanecia no imaginário do poder público a intensão de erradicar a cracolândia. Porém, desde aquela época era comum ouvir relatos na rua de que oficiais da segurança pública estão envolvidos nas negociações do tráfico e compunha estruturalmente esta dinâmica. Já em 13 de dezembro de 2001 uma matéria no jornal Folha de São Paulo relatava situação semelhante<sup>35</sup>.

A prática de intervenções rotineiras da polícia foi constante nos anos seguintes com a reeleição de Gilberto Kassab. Em algumas ocasiões me vi com a mão na parede tendo que me explicar sobre a proposta do trabalho durante as frequentes abordagens policiais. Neste momento, com a escassez de alternativas eficientes apresentadas pelo poder público, os comerciantes locais decidiram agir com as próprias mãos na tentativa de evitar a aglomeração de pessoas que usam no entorno de seus estabelecimentos. Usaram duas estratégias. Uma delas, a instalação de canos furados nas paredes externas e marquises dos estabelecimentos. Bastava o comerciante abrir o registro que iniciava uma ducha de água molhando todos que se encontravam na calçada. Uma estratégia que soa absurda no momento atual de crise hídrica, mas em 2009 este uso alternativo da água foi

---

<sup>35</sup><https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CBOQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffsp%2Fcotidian%2Fff1312200119.htm&ei=fwWMVbeBBoyANuilg4AH&usg=AFQjCNFIOM93VnrYzrWq3xfS39s74qd2pA>

significativamente eficiente como estratégia de controle. A outra, mais simples, consistia no derramamento de óleo nas calçadas e nos degraus das lojas fechadas para evitar que as pessoas permanecessem nesses locais. Do óleo consegui escapar. Da água fui também vítima, surpreendido algumas vezes.

Esta dinâmica é capaz de afastar os indivíduos dos processos de saúde e cuidado que vinham sendo construídos, além de reforçar a estigmatização e criar distâncias ainda mais largas entre os diversos atores da comunidade.

## **Os legalismos**

Em 2009 e 2010 se iniciaram as ações do Programa Centro Legal com novas etapas do processo de demolições, inclusive do prédio da antiga rodoviária. Me doía ver os incontáveis vidros coloridos do enorme vitral em forma de mosaico se estilhaçando aos poucos, além de assistir desmontar a possibilidade do uso dos banheiros do shopping popular dos coreanos, o Fashion Center Luz. Simultânea às mudanças geográficas, surgiram alternativas nas políticas. O propósito do Programa Centro Legal era o rápido e eficiente encaminhamento das pessoas ao sistema de saúde. Para isso, inauguraram três serviços como “portas de entrada”: o AMA-Boracéia, AMA-Centro e CRATOD. Os dois primeiros de administração municipal. O terceiro, o CRATOD, é um equipamento do governo do Estado especializado em atenção às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas. O CRATOD é derivado de parceria com o Governo Estadual para acesso a vagas para internações em Comunidades Terapêuticas. Até o momento, existia apenas 1 serviço Municipal com 80 vagas que pudesse receber internações, o SAID (Serviço de Atenção Integral ao Dependente).

Neste período ocorreu uma primeira capacitação de agentes do PSF para atuarem na região. Foram capacitados 80 agentes de saúde que iniciaram as atividades do chamado ‘PSF sem domicílio’. Tive a oportunidade de compor a capacitação e ministrar em conjunto com Bruno Ramos Gomes uma única aula de 3 horas sobre abordagem de rua. Nesta experiência percebemos que a capacitação era frágil, curta e não contemplava a complexidade do contexto que as equipes estavam iniciando o trabalho. Como reflexo, muitos trabalhadores não sustentaram o trabalho e as equipes que estavam na rua para criar vínculo aos poucos se desmantelaram. Apesar dos obstáculos na formação e da falta de uma rede que atuasse 24 horas por dia e flexibilizasse o atendimento, o trabalho do PSF foi ganhando credibilidade entre a população em situação de rua e que faz uso de crack.

Foi perceptível um aumento na oferta de serviços neste momento. A assistência social mantinha suas ações de acolhimento, o projeto Centro Legal colocou enfermeiros

na rua e brotaram também ações de outras Instituições religiosas. Em março de 2010, foi inaugurada a primeira unidade da Missão Batista Cristolândia<sup>36</sup>.

Com o aumento de atores envolvidos na questão, foi inevitável a percepção de que precisávamos dialogar. Nos sentíamos sozinhos tentando realizar um trabalho de RD em um contexto bastante adverso, e iniciamos trocas com serviços e outros movimentos sociais que atuavam na questão das Drogas, como o coletivo DAR<sup>37</sup>. Em 2010 o Centro de Convivência É de Lei criou o fórum intersectorial sobre drogas e direitos humanos (FIDDH), este espaço possibilitou diálogos fundamentais com CAPS AD<sup>38</sup>, CRAS<sup>39</sup>, CREAS<sup>40</sup>, Defensoria pública, GCM e agentes de saúde, psicólogos e assistentes sociais que trabalhavam na ponta.

Em 2010 e 2011, as pessoas que usam crack passaram a se estruturar no território. Além da construção de barracos improvisados nas calçadas, passaram a ocupar alguns imóveis nas ruas Dino Bueno e Helvetia. Esta época apresentava uma grande concentração de pessoas na rua, talvez a maior, mais de mil pessoas. Entre cortiços e hotéis baratos, prédios históricos que haviam sido ‘lacrados’ pela prefeitura 2 anos antes foram inteiramente ocupados através de buracos abertos nos muros. O fundo dos imóveis se encontravam fazendo um formato de “L” que podia ser acessado por uma rua e sair pela outra. Era o “buraco”. Este espaço teve grande repercussão na mídia e consequentemente no imaginário das pessoas. Pessoas entravam e saíam, e em torno de um certo mistério, poucos sabiam o que de fato acontecia dentro do ‘buraco’. A repressão policial claramente era rotineira. Segundo diário de campo:

Percebemos uma movimentação na rua e saímos para dar uma olhada. Vejo 10 agentes da GCM + 4 viaturas que chegaram e pararam ali no largo coração de Jesus. Os oficiais saem do carro e começam a andar em direção ao grande grupo que faz uso de crack. Todos andam em direção a Helvetia. Outros policiais também surgem em mesma quantidade pela rua Dino Bueno e pela rua Helvetia, sentido Rio Branco. As pessoas imediatamente migram rumo a Av. Rio Branco. Na esquina com Dino Bueno, uma senhora passa junto com todos reclamando e diz: “*ai Jesus, apaga a luz*”. Logo percebemos que está acontecendo uma “**Força- Tarefa**” da GCM. A polícia vem com um tom agressivo, realmente “tocando” as pessoas com o cassetete na mão. Junto aparecem caminhões de água para lavagem e caminhões para recolher barracas/instalações que funcionavam como abrigo. A força tarefa segue com pressa e falta de respeito, tomando pertences de muitas pessoas. Na esquina da Dino Bueno com Helvetia um

---

<sup>36</sup> <http://www.cristolandia.org/>

<sup>37</sup> <http://coletivodar.org/>

<sup>38</sup> *Centro de atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (serviço especializado)*

<sup>39</sup> *Centro de Referência em Assistência Social*

<sup>40</sup> *Centro de Referência Especializado em Assistência Social*

senhor tenta resistir e segura seus pertences, um saco muito grande aparentemente cheio de roupas e outras coisas. 4 policiais o seguram e jogam suas coisas na carreta. Ele fica indignado e sai gritando e xingando. Paulo passa por nós e diz que quando o prefeito precisa deles ele usa, mas quando quer, também faz essas coisas. Paulo sai gritando frases irônicas com tom sarcástico para a polícia e oficiais da limpeza. Seguimos pela Helvetia e na esquina com a barão de Piracicaba, mais carros de polícia chegam. Fazem uma grande abordagem no bar da esquina, onde 4 homens estão tomando cerveja em uma mesa na calçada. Todos colocam a mão na parede e são revistados. Tudo em tom bastante agressivo por parte dos policiais. De longe ouço o policial dizer que é “porte de entorpecentes”. Levam um dos rapazes para dentro do bar. Outros policiais também entram. A força-tarefa segue pela Helvetia e a grande maioria das pessoas segue migrando aos poucos. Alguns tentam resistir e outros pedem calma e buscam algum diálogo com a polícia. Um homem ao nosso lado me chama a atenção ao dizer: *“Não tem ninguém armado aqui. Para que tudo isso, tanta repressão? Não tem ninguém armado! Vocês estão vendo alguém armado?”* (Diário de campo, 20/09/2011).

O ambiente foi ficando tenso e no fim 2011 a polícia passou a fazer investidas dentro do buraco. Também segundo diário de campo:

De repente sentimos uma movimentação na rua, fora do bar. Vemos 3 policiais, saindo correndo da esquina, onde estava a viatura e a equipe de TV, e seguindo em direção ao “buraco” na Dino Bueno. São 3, uma mulher na frente com uma metralhadora, e 2 homens atrás com pistolas. Eles entram rapidamente pelo “buraco”, e em poucos minutos saem aproximadamente 25 pessoas lá de dentro junto com eles (22/11/2011).

Entrei poucas vezes no buraco antes de ele ser desocupado. Entrei só quando me convidaram. Lá dentro era um corredor com diversos cômodos que foram ocupados pelas pessoas. No fundo uma área aberta, como um espaço de convivência e uma escada, que dava acesso à laje. Tudo estava em ruínas e com o passar do tempo a energia elétrica estava em todo lugar, um “gato” puxado dos postes da rua proporcionava luz, rádio e televisão eletrônicos em geral. Sempre muito lixo e restos de fogueira, e as pessoas no interior me informaram era sempre assim, pois a prefeitura não limpa ali dentro. Segundo interlocutor, “ninguém passa para recolher o lixo aqui. A solução é ir queimando ele aos poucos, mas não podem queimar muito pois o fogo fica muito alto, aí aparece o bombeiro, a polícia”. Nas paredes algumas pichações como “paz para quem quer Paz” e “enquanto há fé há esperança” faiscavam um otimismo entre as ruínas. Ouvei diversas falas em relação ao buraco: “aqui você está protegido porque ninguém vê nada, mas também é perigoso, porque pode acontecer qualquer coisa e ninguém vê nada”.

Nas ruas eram muitas barracas improvisadas com lonas amarradas no alambrado do terreno vazio. Equipes de saúde do PSF e do CAPS-AD da Sé estavam articulando oficinas em conjunto às quartas-feiras, e finalmente uma rede de cuidados estava se fortalecendo. Porém, em paralelo, existia um sentimento coletivo, de trabalhadores e das pessoas que fazem uso de crack, de que algo aconteceria no início de 2012. Na noite de 25 de dezembro de 2011 eu estava em campo com a fotógrafa Keren Chernizon. Chovia forte e passamos algumas horas dentro da barraca improvisada de Beto, um rapaz que conheço há muitos anos e hoje não está mais na cracolândia. Com tapete e sofá debaixo da lona fomos bem acolhidos. Ganhamos presentes, eu um chapéu de cangaceiro, e conversamos sobre assuntos diversos. Eu realmente me senti acolhido, não parecia que estávamos na rua, na chuva, na cracolândia.

## O Sufoco

Em janeiro de 2012, já após sua reeleição, Gilberto Kassab (PSDB) emplaca a ‘Operação Sufoco’, conhecida popularmente e nos meios de comunicação como Operação “Dor e Sofrimento”. Os nomes dizem bastante coisa. O objetivo era claro: expulsar sistematicamente as pessoas através da repressão policial e como ação tímida de saúde e assistência a continuidade na oferta de vagas para internação em Comunidades Terapêuticas, estratégia adotada pelo programa ‘Crack é possível Vencer’ financiada pelo Governo Federal. Alguns meses após o início da ação, recebi o convite do Ministério Público (MP) para depor em uma oitiva no inquérito que abriram contra ação do Governo do Estado sob a denúncia de violação dos direitos humanos<sup>41</sup>. Me convidaram por ser um trabalhador que atuava na rua e acompanhava as pessoas já a algum tempo. Dei meu depoimento. Considerei uma possibilidade de formalmente fazer alguma resistência, ou pelo menos constranger o Governo do Estado. Devido a minha proximidade com os interlocutores na rua, informei-os sobre a possibilidade de eles também prestarem depoimento e relatarem suas impressões da atuação policial. Houve interesse, mas devido a irregularidades perante a justiça não poderiam apresentar-se no MP. Me senti fraco, pois pendências com a justiça abortava o direito de simplesmente serem ouvidos. Utilizo dados desta Ação Civil Pública <sup>42</sup> conduzida pelo Ministério Público contra o Governo do Estado:

---

<sup>41</sup> *Ação civil pública conduzida pelo Ministério Público – elaborada pelas: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – INCLUSÃO SOCIAL, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – SAÚDE, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO.*

<sup>42</sup> [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao\\_noticias/2012/junho\\_2012/accp%20cracol%C3%A2ncia%20-%20C3%BAltima%20vers%C3%A3o%20-%2030%20maio.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2012/junho_2012/accp%20cracol%C3%A2ncia%20-%20C3%BAltima%20vers%C3%A3o%20-%2030%20maio.pdf)

*Durante o ano de 2011, inclusive no mês de dezembro, houve várias reuniões envolvendo representantes dos vários órgãos públicos implicados na Operação Centro Legal, antes no Comando Central da Polícia Militar e depois na sede da Secretaria Estadual de Justiça. Nos encontros, os participantes apresentavam suas iniciativas e providências, apontando as dificuldades; fazia-se também um balanço ou avaliação dos passos dados naquele projeto conjunto. Dentre os presentes, sempre houve representantes do Governo Estadual, especialmente oficiais da Polícia Militar.... As atas das reuniões setoriais do Projeto Nova Luz, realizadas na Secretaria de Justiça no segundo semestre de 2011 e juntadas às fls. 303/349 do apenso nº 04, demonstram as providências que estavam sendo adotadas por vários órgãos públicos implicados no projeto, cada qual no âmbito de suas atribuições. Não obstante a realização de tais reuniões, cuja pauta era apenas a Cracolândia, em nenhuma delas se discutiu a operação policial. Tal operação policial do Governo Estadual “atropelou” aquelas iniciativas e, sem qualquer planejamento global que levasse em conta aquelas providências, abortou as iniciativas dos órgãos e, ao mesmo tempo, não construiu qualquer solução consistente para o problema da Cracolândia (p.40).*

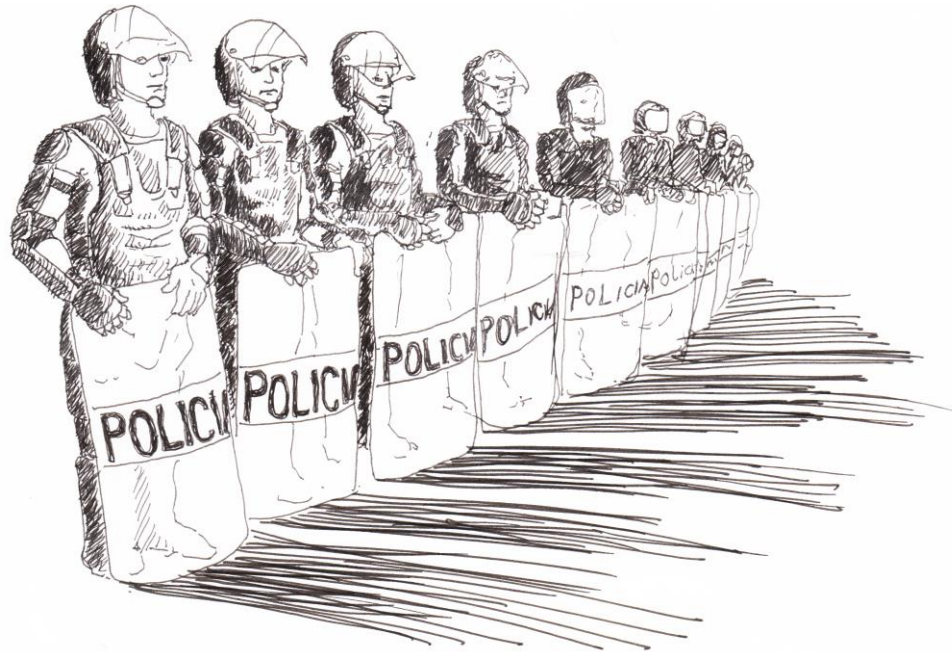
Segue texto da Ação Civil Pública:

*O certo é que a apuração aqui realizada demonstra que os órgãos assistenciais e de saúde não foram consultados em momento algum sobre a pertinência ou conveniência de se promover uma forte ação repressiva contra os dependentes químicos da região. Na verdade, não foram sequer avisados! (p.41)*

O texto objetiva tornar evidente a desarticulação das secretarias e esferas públicas na operação. Nos primeiros dias após a ação, os meios de comunicação divulgaram as ruas vazias e o número crescente de pessoas encaminhadas para internação, e grande parte da população aprovava a ‘Operação Sufoco’. Porém, desta vez a intervenção estatal realmente avançou a escala de violência e poucos dias depois, os mesmos meios de comunicação divulgaram as estratégias extremamente violentas da polícia com tiros de balas de borracha, bombas de gás, spray de pimenta e agressões físicas. A cavalaria ronda o território constantemente, e a própria equipe do É de Lei foi coagida pela cavalaria quando os policiais perceberam que algumas pessoas tentavam resistir por causa de nossa presença. Segundo meu relato transcrito pelo Ministério Público:

*No dia 11 de janeiro de 2012, integrantes da equipe da ONG presenciaram os policiais jogando os cavalos sobre os usuários; seguiu-se uma agressiva abordagem policial, com revistas e xingamentos. Os usuários referiram que os integrantes da ONG viveram, por conta dessa experiência, segundo*

*o seu entendimento, 30 minutos daquilo que eles vivenciavam 24 horas. Eles reclamavam muito que não conseguiam dormir nem comer. Eles diziam que não conseguiam permanecer parados em nenhum local, eram obrigados a andar continuamente, sem destino (p. 47).*



*Figura 3. Batalhão do Choque - PM – operação ostensiva em 2012. Desenho por Marcelo Maffei*

Rapidamente começaram as críticas em relação a estratégia adotada pelo poder público e entra em cena a Defensoria pública, que iniciou atendimento com distribuição de folders sobre direito humanos na região e coleta de relatos de violações. Foram 79 registros em apenas 11 dias. Em ação isolada, a Defensoria Pública consegue um Habeas corpus preventivo para uma pessoa que faz uso de crack que impedia que esta fosse revistada sem justo motivo. Alternativas ainda modestas de contrapor a violência policial finalmente começam a se apresentar. A repercussão da ação atingiu dimensões nacionais e as diferenças se demarcavam na opinião pública que parecia dividida. Neste cenário cresceu o ativismo e o diálogo sobre a temática das drogas e outros movimentos sociais começaram a se manifestar.

Com a rápida repercussão negativa nas mídias a violência explícita se escondeu, mas não deixou de acontecer, passei a ouvir relatos como, “agora eles só agriem a noite, de madrugada. Aí que eles pegam pesado mesmo! Atiram pedras e bolinhas de gude com estilingue. Assim não faz barulho, ninguém percebe”. Enfim, um dos objetivos da ação foi alcançado, a grande concentração de grupo de pessoas tinha se diluído pelos arredores.



Cheguei a encontrar e acessar um grupo maior de pessoas na rua Guaianazes, com no máximo 50 pessoas. Perdemos contatos, alguns reencontrei, outras nunca mais vi. O trecho a seguir ilustra grande parte da percepção pública que aprovava a Operação ‘Sufoco’. Neste momento na Guaianazes, entre a rua Aurora e Vitória:

Eram aproximadamente 50 pessoas, estávamos próximo a uma porta de entrada de um edifício residencial. Ouço um barulho alto e vejo que havia explodido na rua um saco com água que foi atirado do prédio. Todos imediatamente olham para cima. Uma manifestação de incômodo com a presença da dinâmica do crack ali na rua. Beto diz que toda hora é assim, ficam jogando coisa. Saímos na rua para olhar para cima e vejo um senhor na janela do quarto andar. Não consigo saber se foi ele. Buiú pede para ficarmos embaixo da marquise, pois devem jogar mais alguma coisa. Realmente cai desta vez uma garrafa de plástico. Encontramos Selma e Heidi<sup>43</sup>, elas também estavam em trabalho de campo. Ficamos agora todos juntos, estamos aproximadamente em 10 pessoas conversando, entre nós três pessoas que fazem uso de crack nas ruas, Beto, Buiú e mais um rapaz. Buiú conta que além da constante presença da polícia, tem os seguranças particulares dos prédios, que também passam por ali com bastões de ferro e fazem o pessoal sair. Uma mulher que parece ser uma moradora começa a conversar com Selma. Não consigo ouvir, mas ela parece reclamar de o pessoal ficar ali na frente. Na esquina com a rua Vitória aparece uma mulher com uma criança. Buiú avista de longe e grita “*olha o anjo.*” Todos prestam a atenção. Ele novamente grita para todos da rua liberarem a porta de entrada do edifício residencial. Muitas pessoas se movimentam e deixam a porta livre. A mulher com a criança realmente entra neste prédio. Buiú tem essa posição como pai velho do grupo, sinto que muitos ali o respeitam. Beto nos chama e andamos mais meia quadra e Beto nos mostra um prédio. Próximo à porta uma placa de ferro com uma foto de Adoniran Barbosa e o texto de uma história. O texto conta sobre a música “*saudosa maloca*” de Adoniran. Foi escrita em homenagem àquele edifício, na época em que foi ocupado por pessoas de baixa renda, prostitutas, ‘vagabundos’ e pessoas em situação de rua. Como no momento atual, a ação da prefeitura foi despejar o pessoal do prédio. Beto comenta como tem muita história ali pelo centro e ninguém vê, ninguém valoriza. Sinto uma relação com o momento atual que eles estão passando por ali. Obrigados a abandonar o espaço que ocupavam, o cruzamento da Helvetia com Dino Bueno, o buraco. A já “*saudosa maloca*”. (25/01/2012).

---

<sup>43</sup> *Selma é Socióloga e foi minha dupla de campo na cracolândia durante pesquisa etnográfica que realizamos em 2011 pela Faculdade de Saúde Pública citada anteriormente. Heidi trabalha na Pastoral Carcerária e é antiga conhecida de Selma.*

O estigma sempre foi um elemento presente, durante a operação ‘Sufoco’ não foi diferente. Um dos motivos divulgados que justificaram a ‘Operação Sufoco’ foi que a rua Helvetia estava totalmente tomada pelas pessoas, inacessível. A ação se justificava para resgatar a acessibilidade à rua. No dia 15 de fevereiro, segue relato de diário de campo:

A Helvetia ainda está interditada entre a Cleveland e Dino Bueno. Uma base móvel da polícia militar está montada no meio da quadra. Me aproximo e pergunto porque a rua está interditada. Ele diz que é porque a noite e fim da tarde começam a chegar os caminhões máquinas para a obra. Comento com o policial que um dos motivos divulgados na mídia para tirar as pessoas dali era que a situação estava tão crítica que os carros não passavam mais na rua. E mesmo agora a passagem ainda é inviável. O policial diz “pessoas não, eram os nórias! Agora não tem mais nória aqui”. Digo que são pessoas como nós, como eu e como ele, e ele logo pede para eu me identificar: “de onde você trabalha mesmo?” Entrego o folder do É de lei e digo que trabalhamos ali há muitos anos oferecendo cuidado e atenção à estas pessoas, e que agora o nosso trabalho está bastante dificultado. Não houve diálogo, toda vez que eu dizia “pessoas” ele logo dizia em seguida “nória você quer dizer”. Sarcástico, ele carimbava o estigma de ‘nória’ a todo momento. (15/02/2012).

O espaço do FIDDH foi fundamental para uma melhor compreensão do que estava acontecendo. Além de nós conhecermos as pessoas na rua, o fórum colocava em contato muitos outros trabalhadores de outros serviços que também atuavam por ali. Não participei ativamente das reuniões do FIDDH, mas recebi informações constantes pelo Bruno Ramos Gomes que representava o É de Lei no Fórum e divide o andar das discussões em nossas reuniões de equipe. Além do óbvio distanciamento de vínculos das equipes de saúde que atuavam no território, outros dados importantes apareceram e davam corpo à superficialidade dos dados divulgados pela mídia e pela polícia militar: as ruas vazias e o alto número de encaminhamentos e internações. Sim, as pessoas estavam procurando os serviços, mas o caráter imediatista da ação evidenciou dois lados da moeda. Por um lado, as pessoas relatavam buscar serviços e aceitar a internação como uma estratégia de fuga da repressão policial. Por outro, os profissionais dos serviços relataram que a rede de atenção não estava preparada para este repentino aumento nas demandas por atendimento. Este fluxo descompassado e inconsequente gerou muito estresse e profissionais tiveram que ser afastados por motivos de saúde. Segundo a antropóloga Deborah Fromm<sup>44</sup>, o número de internações realmente aumentou bastante em 2012, porém, podemos considerar esse um parâmetro de sucesso da intervenção?

O espaço do FIDDH proporcionou reflexões importantes para repensarmos possíveis indicadores e parâmetros de sucesso das propostas de cuidado levando em consideração a experiência de quem nos aproximamos. Felizmente estas informações

---

<sup>44</sup> *Em palestra ‘Inquietudes Urbanas’, realizada no Museu Maria Antonia (USP) em 13 de abril de 2015.*

produzidas pelo FIDDH foram divulgadas, porém houve a necessidade uma assinatura coletiva, com o objetivo de proteger profissionais que tinham receios de demissões políticas.

No objetivo de expulsar as pessoas do território a ‘Operação Sufoco’ foi um fracasso. Em pouco tempo o uso e comércio de crack retornou para as imediações das Ruas Helvetia e Dino Bueno. A ação Pública movida pelo MP argumenta como uma ação “totalmente ineficiente” (p. 97). O argumento de que era uma investida policial no combate ao tráfico também apresentava resultados pífios. Dados apresentados pelo DENARC<sup>45</sup> na Ação Civil Pública apresentam apreensões de “crack + cocaína, tem-se: 23.033,27 g (em 2011) x 19.284,6 g (em 2012), isto é, uma apreensão 16,27% menor em 2012, quando houve a operação policial, que em 2011, sem operação policial” (p. 55), ou seja, “o Governo Estadual desfechou a operação destinada a quebrar a logística do tráfico sem saber quem eram e onde estavam os traficantes” (ibidem pp. 57).

Em 2012 inaugura-se o Complexo Prates, um serviço sócio assistencial 24 horas com capacidade de 1.200 atendimentos por dia. A visibilidade nacional certamente aumentou o debate sobre o crack e sobre as drogas, porém este debate se restringiu até então ao âmbito político e não apresentava alternativas inovadoras e consistentes que de fato produzissem mudanças.

## O jogo

Em janeiro de 2013, Fernando Haddad assume a prefeitura de São Paulo. Logo no início de seu mandato o prefeito cria o grupo GEM (Grupo Executivo Municipal) para trocar experiências e propor um Plano Municipal para a questão do crack. O grupo foi formado por 13 secretarias municipais, representantes da sociedade civil e centros de estudo e pesquisas (Comis, 2015). Bruno Ramos Gomes, integrante da equipe do É de Lei, passou a frequentar as reuniões do GEM através de vaga cedida ao FIDDH como representante da sociedade civil. Com o caminhar dos encontros periódicos do GEM, íamos percebendo que os representantes e assessores de cada secretaria, apesar de bem-intencionados, tinham pouco conhecimento sobre a questão das drogas e também pouco poder político. Uma sensação de que ‘a coisa não andava’.

Nas reuniões do GEM surgiu a ideia de abrir um CAPS-AD no território e a posição da rede construída no FIDDH foi que não seria a estratégia adequada, pois as pessoas que estão ali necessitam de coisas básicas, anteriores à oferta de tratamento. O CAT (Centro de apoio ao trabalhador) e o serviço de apoio às famílias foram os serviços públicos abertos logo após a demolição do ‘buraco’ em 2012. Estes equipamentos se mostravam como investimentos simbólicos, desconectados da realidade local que estavam sempre vazios. Os acontecimentos evidenciavam o óbvio, e cada vez mais ficava claro que não eram estas as demandas das pessoas. Elas necessitavam de outras coisas e era preciso escutá-las.

---

<sup>45</sup> *Departamento Estadual de Investigação de Narcóticos – DENARC.*

Por sugestão de uma técnica da secretaria de Direitos Humanos surgiu a oportunidade de uma técnica e o consultor da área de Saúde Mental do município acompanharem o trabalho de campo do É de Lei com objetivo de entender melhor este espaço e as demandas da população, visando intervenções mais efetivas da gestão pública. Eu e Robertinha<sup>46</sup> os acompanhamos. Segue trecho de relato<sup>47</sup> de campo desta ocasião:

A Polícia Militar continua fazendo intervenções violentas no local com certa frequência. Na semana passada a PM fez uma “batida”, prendendo por volta de dez pessoas, além de recolher os pertences com um trator. Durante o período que estávamos lá a Polícia estava sempre presente. A cada vinte minutos eles estacionam a viatura na calçada onde aquela população estava instalada, obrigando-a a mudar de quarteirão. Depois de certo tempo, a viatura contorna o quarteirão e estaciona novamente na nova calçada para “fazê-los se movimentar”. “Sabem quando eles deixam os bois pastando até a grama ficar pronta? É isso que fazem com a gente”. Um rapaz mostrou a marca do asfalto em seu peito, pois minutos antes a polícia havia o abordado e pisado em cima dele contra a rua.

Em todas as conversas foi perguntado o que eles esperavam que fosse feito na região da Cracolândia. As respostas foram as seguintes:

- Um lugar para lavar a mão
- Um lugar para beber água, já que os bares não fornecem água da torneira para eles.
- Local para cozinhar / cozinha comunitária
- Um lugar coberto para passar o dia (já que eles muitas vezes a Polícia os obriga a ficarem no quarteirão onde não tem sombra)
- Uma enfermaria, já que eles têm muitas intercorrências de primeiros socorros, como cortes, feridas, etc.
- Um lugar para jogar bola (existe uma quadra da prefeitura ali do lado, mas eles são proibidos de entrar pela polícia que permanece o tempo inteiro no local).
- Um lugar onde para jogar capoeira, fazer música, etc.
- Uma sala de uso.
- Um lugar imediato para tratamento. Segundo relato de um deles, alguns usuários foram voluntariamente pedir tratamento no CRATOD, mas no momento em que foram encaminhados para agendamento e viram que precisariam esperar alguns dias, desistiram e voltaram para a Cracolândia.
- Um posto de venda de reciclagem. Segundo informação, a maior parte deles trabalha um período do dia com reciclagem. (Existe um local de depósito de material reciclado, mas que não é para a venda).

---

<sup>46</sup> *Roberta Marcondes Costa é antropóloga e redutora de danos do centro de Convivência É de Lei. Atua comigo no trabalho de campo na cracolândia desde 2012.*

<sup>47</sup> *Elaborado por mim e pela técnica da prefeitura.*

- Algum serviço, como um espaço de convivência, que fosse ali mesmo no território, pois é difícil se deslocarem para outros espaços da cidade. (13/05/2013).

Um avanço, enfim tivemos a possibilidade de colocar em contato a gestão pública e os atores sociais do território. Esta troca foi fundamental pois como apontado acima, apareceram questões estruturais básicas como as principais necessidades da população local.

A convite da área de Saúde Mental do município e indicação do GEM, redutores de danos do É de Lei passaram a ir a encontros com a equipe e gestão técnica da secretaria para colaborar no processo de implantação do novo serviço, um espaço de convivência. Senti que esta aproximação poderia ser produtiva, mas em julho de 2013, em uma quinta-feira (quando outros redutores de danos do É de Lei inclusive acompanharam uma das pessoas que usa crack neste encontro), fomos informados que o espaço seria inaugurado na próxima segunda-feira por decisão do secretário. Frustrado com o atropelo deste processo que também necessitava cuidado, percebi o diálogo se tornando em monólogo e a construção conjunta com a sociedade civil desaparecer por imposição política hierárquica. Não capacitaram equipe e não estavam com a infraestrutura pronta. Qual o real interesse deste processo? Que forças estavam em jogo? Porque abririam o espaço em 3 dias? Na segunda pela manhã fui acompanhar a inauguração do Centro de Acolhimento Intersecretarial ‘De braços abertos’<sup>48</sup>. Seis meses mais tarde, essa iniciativa dá origem ao Programa municipal ‘De Braços Abertos’.

Logo compreendi o que acontecia. Chegando na rua Helvetia vejo um ônibus, vans estacionadas e uma tenda branca. Todos equipamentos do programa Recomeço, do Governo Estadual. A questão era realmente política. Município versus Estado, partidos políticos diferentes, PT X PSDB. Atônito, subitamente me veio à mente: “o cuidado e as pessoas estão em segundo plano. O que acontece aqui é disputa política”. De olho na conjuntura histórica e atual, a briga política tinha sentido. Desde 2005, a gestão de ambas esferas públicas, estadual e municipal, eram do PSDB. A atual oposição era uma novidade.

No engodo desta tragédia política, na prática as pessoas realmente ficaram em segundo plano. A tenda, que no início de 2014 tornou-se o programa ‘Braços Abertos’, iniciou suas atividades de forma precária em julho de 2013. Sem equipe, sem formação técnica, sem ainda um projeto, ou seja, sem proposta. Em conversas com os poucos profissionais que tentavam entender o que acontecia no dia da inauguração, eles diziam “ainda não recebemos informações, no momento é só abrir o espaço e receber as pessoas mesmo”.

Realmente a questão do crack vinha ganhando espaço no debate público nos últimos anos, mas neste momento fica evidente que o debate se restringe a interesses eleitoreiros. Era preciso mostrar que se estava fazendo algo, dar visibilidade, mesmo sem

---

<sup>48</sup> *O nome ‘Braços Abertos’ foi escolhido pelos primeiros participantes que frequentaram o centro de acolhimento Intersecretarial.*

planejamento, investimentos e organização. A meu ver, esta fragilidade executiva é cabível às duas esferas, município e estado.

As reuniões do GEM seguiam mês a mês, e o FIDDDH continuou fazendo propostas que pudessem ser incorporadas no Plano municipal de combate ao crack. Pensava-se a possibilidade de abrir um espaço de acolhimento e cuidados básicos. Nada se falava sobre hotéis. Na rua as pessoas iam se estruturando cada vez mais em barracos nas calçadas. Barracos que deixavam de ser improvisados somente com lona, mas agora também em madeira e ferro, com porta, janelas e inclusive energia elétrica. Em 20 de dezembro de 2013, segundo diário de campo:

Fico surpreso como os barracos estão se espalhando pela região. Começaram na Dino Bueno, próximo ao terreno cercado da antiga rodoviária. Hoje foi possível ver barracos na Dino Bueno e na Helvetia em um espaço de 2 quadras. São muitos barracos. Contei por cima e cheguei a uma estimativa de aproximadamente 115 barracos. Muitos deles com boa estrutura e telhado, e alguns com Luz interna, que o pessoal puxa o gato dos postes de rua. Quando encontramos Se Zé ele se mostra indignado: “Agora o pessoal esculachou geral né! A calçada é para passar crianças, as pessoas e etc... Assim vão acabar ocupando a cidade inteira.” Digo a ele que eu achei estranho o poder público permitir este tipo de coisa, e que até a Copa, provavelmente no início do ano que vem a prefeitura irá tirar e desmontar tudo. Seu Zé diz: “Tem que tirar tudo antes de o ano acabar!” (Diário de campo – 20/12/2013).

Menos de um mês depois, em 12 de janeiro de 2014, em uma reunião do GEM ocorre simplesmente o informe que em 2 dias, 14 de janeiro, iniciaria o programa ‘De Braços Abertos’ promovendo moradia, trabalho, renda e alimentação. No dia 14 a prefeitura divulga a desmontagem de 150 barracos.

## **O agora**

Com o início do ‘Braços Abertos’, a dinâmica mudou. O programa consiste em vincular as pessoas que estavam nos barracos e oferecer para os beneficiários acesso aos quartos de hotéis e uma bolsa de R\$ 115,00 por semana pelo trabalho de varrição pública e manutenção de praças. Uma alternativa inovadora pautada pela premissa básica da redução de danos (sem exigir abstinência) e com a intenção de dialogar intersetorialmente, inicialmente entre saúde, Assistência Social e Trabalho, e posteriormente outras secretarias como a de Cultura e Direitos Humanos também integram o Programa. Um avanço significativo na oferta de cuidado e acesso a direitos.

No início do programa, em janeiro de 2014, o ‘fluxo’ estava Na Helvetia com Dino Bueno. Com o início das aulas nas 2 escolas existentes nos arredores o já tradicional tangenciamento policial fez com que as pessoas migrassem para duas esquinas dali, no

encontro entre a Avenida Rio Branco com Alameda Helvetia. Porém, neste local estavam em frente ao Centro de Acolhida especial para idosos e nova força policial o rebateu mais uma vez para a Rua Barão de Piracicaba, próximo à Cristolândia. Por fim, a partir de março, fixou-se no bulevar da Cleveland com Helvetia, ao lado da estação de trem, em frente ao ônibus da Guarda Civil Metropolitana. Ponto estratégico do ponto de vista do controle, mas também irônico pois exatamente ali, em frente a polícia, fumar crack é permitido. A polícia faz algumas incursões pelo espaço e desde o início do programa a orientação é “Não pode fazer barraco!” É claro, não poderia voltar a acontecer o que até então era o que justificou o início do Programa, a extinção dos barracos, da ‘favelinha’.

No âmbito do cuidado e do acesso aos direitos, o Programa oferece ganhos. No final de 2014 o dado é de 453 beneficiários cadastrados (dados site prefeitura 16 de janeiro de 2015) distribuídos em 8 hotéis conveniados com a prefeitura. Destes, 21 estão em processo de autonomia e trabalhando fora do programa. O maior deles abrigando 101 pessoas. Segundo o relato de muitas delas o programa foi importante para auxiliar no processo de reorganização pessoal. Um local para deixar os pertences e uma renda que possibilita o consumo de roupas, comida e produtos de limpeza, além do crack, realmente qualificam o discurso das pessoas vinculadas ao programa. Segundo Angélica Comis, assessora especial de Políticas sobre Drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, “o custo per capita é de R\$ 1.086,00 mensais, valor determinado pelo Programa Operação Trabalho (POT) – um salário mínimo e meio. No caso do Programa, este valor é referente ao trabalho, moradia e alimentação. Mais barato e mais eficaz que as tradicionais clínicas e comunidades terapêuticas” (Comis in Bokany, 2015 p. 184)

Entretanto, estas iniciativas parecem em contraste com os desejos municipais de ‘acabar com o fluxo’. Segundo avaliação do prefeito em encontro com acadêmicos e movimentos sociais o programa tem boa aceitação com aproximadamente 400 pessoas vinculadas, logo quem está querendo ajuda já está no programa, e quem não se vinculou seria traficante. Desta forma a gestão pública passa a considerar necessário “acabar com o fluxo, uma feira-livre de crack”. Esta avaliação rasa do contexto e da diferenciação entre consumidores e traficantes tem como consequência ações da segurança pública que resulta em alto número de prisões. Foram aproximadamente 80 presos nos 3 primeiros meses do programa. O que fazer quando sabemos que no ‘fluxo’ muitas pessoas estão sendo presas sem serem de fato traficantes?

As políticas disputam entre si e, apesar da presença de algumas iniciativas humanizadas, são visíveis condições de insalubridade, precariedade, abandono, violência e repressão principalmente às pessoas em situação de rua e que usam drogas.

Além da opressão diária, as intervenções citadas acima (Operação Limpa (2005), Operação Centro Legal (2009) e a Operação Sufoco (2012) colocam em cena inúmeros fatores tecnológicos, políticos e econômicos que criam condições para que diversos comportamentos, inclusive o uso de drogas, tornem-se ciclos compulsivos em determinados espaços (Raikehl, Garriott 2013; Epele 2010).

Desta forma, considero importante ampliarmos o olhar para aspectos do ambiente construído, das políticas envolvidas e das vivências das pessoas que o habitam na

produção das relações de qualidade de vida. Como já mostrou Lefèvre, “a saúde e a doença são atributos, propriedades (morais), sentimentos, sensações das pessoas comuns que a vivenciam e a ela atribuem significado, no espaço e no tempo da sua cotidianidade” (Lefevre, apud COSTA, RANGEL-S, 2007 p. 121).

Tais aspectos políticos e ambientais, já estabelecidos por décadas no bairro da Luz, podem aumentar a probabilidade da população à agravos de saúde. Segundo a antropóloga argentina Maria Epele:

*Esta cronicidade atua por meio das experiências traumáticas típicas como humilhação rotineira, a interiorização de estigmas, a falta de perspectiva de vida, a perda do respeito e da integridade corporal, subjetiva e comunitária. Nestes espaços sociais, tanto as condições de pobreza e marginalização, como os circuitos de violência, produzem corpos frágeis, e a multiplicação de adoecimentos, enfermidades, ameaças e perigos para a saúde e a sobrevivência (Epele, 2010, p.228).*

Epele resgata a teoria que coloca o abuso de drogas como uma automedicação frente às perdas e rupturas da vida, no entanto desloca a questão como uma forma de “aliviar os danos ocultos da opressão” (Epele 2012: 229). Esta percepção das atividades informais e ilícitas como parte do desenho das dinâmicas urbanas locais é de extrema importância para ampliarmos o olhar para o sujeito e suas particularidades, evitando a relação estrita entre pessoas, uso de substâncias e desqualificação. No momento o uso de crack encontra-se no canto do bairro, confinado e observado 24 horas por inúmeras câmeras fixadas em um ônibus da Guarda Civil Metropolitana. Uma representação explícita do poder.

Sendo assim, no esforço de identificar as múltiplas características deste espaço urbano, as palavras de Sharon Zukin ganham força e sentido:

*Hoje, consideramos o espaço como um meio dinâmico que, ao mesmo tempo em que exerce influência sobre a história, é moldado pela ação humana. Como ponto de convergência da biografia individual e da mudança estrutural, o espaço é, potencialmente, um agente estruturador da sociedade (Zukin 1991 in Arantes 2000: 84).*

A última grande estratégia de requalificação urbana foi o projeto NovaLuz. Uma grande reforma na cidade, que resulta em um desencontro identitário do projeto urbanístico de um bairro em relação a sua história e a cidade. Nos últimos anos, a desapropriação de moradias, demolições de imóveis, ações repressivas por parte da segurança pública já alteraram a paisagem, precarizando ainda mais o ambiente e potencializando a exposição e sobreposição de riscos para as pessoas que fazem uso de crack. O projeto está parado desde o início de 2013, e a prefeitura atual promove alternativas, como o programa de atenção às pessoas que usam drogas chamado `Braços



Abertos<sup>49</sup>. Segundo Nilbberth, o ex-prefeito Gilberto Kassab diz que a requalificação urbana (Projeto NovaLuz) não inclui planos específicos para lidar com a população usuária de drogas (Nilbberth Silva, 2011). Esta correlação entre determinantes de natureza física, biológica e social, pode propiciar condições necessárias para o aparecimento de doenças e baixo nível de qualidade de vida (Forattini, 2004).

A urbanista Raquel Rolnik diz que “qualquer projeto urbanístico que pretenda realizar uma renovação na área tem por obrigação incorporar, em suas diretrizes e em seu programa de ações, a população residente e trabalhadora do local.” São essas pessoas, inclusive os usuários de crack, que se relacionam com este espaço, e que devem ser atendidos neste processo de requalificação e melhoria da condição de vida. Todos têm direito a um ambiente saudável para viver, e esta aproximação com este problema urbano, como o uso do crack no bairro da Luz, pode fornecer informações e reflexões para repensarmos o manejo da gestão pública e as práticas atuais de atenção e cuidado para as pessoas que usam drogas. Segundo Rubens Adorno (et al):

*O campo da saúde pública no contexto contemporâneo deve ser entendido à luz de uma construção histórica, nos quais os “problemas” passam a ser localizados e construídos publicamente a partir da ação de atores sociais diversos e de sua relação com o contexto de produção dos temas da saúde. Ou seja, que a saúde pública é, por excelência, um campo político (Adorno, 2013 p.05).*

A arquiteta Maria Lucia Martins acrescenta que “o desenho e a forma urbana são capazes de promover ganhos socioambientais, tanto quanto de reforçar condições de precariedade e espoliação determinadas pela estrutura socioeconômica” (Martins, 2011, p.63), destacando a importância de um planejamento do espaço urbano ocupado por determinadas populações.

No capítulo a seguir início o mergulho na vida cotidiana na cracolândia a partir de alguns relatos e descrições de situações vivenciadas em campo.

---

<sup>49</sup> *Fernando Haddad – 2013 – 2016. Programa ‘Braços Abertos’.*

## 2 – AS TEXTURAS DA CRACOLÂNDIA

---

### 2.1. Onde a vida é vivida

*A obscuridade da gramática e da lei! Os dicionários só são considerados fontes fáceis de completo saber pelos que nunca os folhearam. Abri o primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte encyclopedias, manuseei infolios especiais de curiosidade. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas, por onde se anda nas povoações...*

*Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um ator de vida das cidades, a rua tem alma! Em Benarés ou em Amsterdam, em Londres ou em Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte.*

*(João do Rio, “A rua”, publicado em 1905 na Gazeta do Rio de Janeiro. - A alma encantadora das ruas, 1997 p. 47).*

Para além de referências tipicamente textuais, a etnografia e minha atuação profissional pelo Centro de Convivência É de Lei foi capaz de me colocar próximo das pessoas e compartilhar situações no cotidiano da vida na cracolândia. Nesse enredo a rua tem papel importante. Além da aglomeração de pessoas e do uso público de crack, muitas outras negociações constroem a vida neste lugar. Um viver especificamente urbano, no centro, íntimo às inúmeras transformações que ocorreram historicamente no território e que caracterizam o processo de formação da identidade deste lugar e de quem o ocupa. No decorrer da pesquisa me surpreendi quando percebi-me acompanhando pelos últimos 11 anos as transformações espaciais e algumas trajetórias e modos de viver das pessoas que vivem por ali.

Este mergulho corrobora com as atuais reflexões que aproximam saúde e ambiente, e conduziu-me a relacionar estas vivências e percepções com minhas recentes leituras do antropólogo inglês Tim Ingold. Ingold aponta a múltipla conexão contínua entre tudo que habita determinado espaço, sejam nós, os humanos, mas também tudo que é material e imaterial que compõem o processo e os movimentos que chamamos de vida (Ingold, 2011). É isso que percebo na cracolândia, a organização da vida e do espaço em total reciprocidade.

Sendo assim, me parece frágil uma reflexão sobre o modo de vida na cracolândia sem considerar o lugar que ela acontece. Para isso, trago observações, descrições e propostas sobre a compreensão da diversidade de possibilidades de manifestação da vida

neste espaço essencialmente urbano. Na rua. Em um dos trabalhos de campo me deparei com a sutileza do contexto:

Hoje lá estava eu, de volta na cracolândia. No mundo da cracolândia. Fiquei pensando o que acontecia em outros pontos da cidade enquanto eu estava ali. Foram algumas horas, andando e conversando em um curto espaço na rua. Tudo parece acontecer na rua. As pessoas andam de um lado para outro. Cada um resolvendo as suas questões, “fazendo o seu corre”. Quatro pessoas fazem um samba na esquina oposta, Robertinha joga Capoeira com outro rapaz, e eu observo o cozinheiro que está para muito papo. Ele parece concentrado na cozinha, caçando ingredientes, mantendo o fogo aceso e dando goles de barrigudinha (cachaça). Joga na única panela o resto de vários pacotes de macarrão, 2 cebolas pequenas inteiras e um resto de pimenta e tempero em pó. Tudo parece estar acabando. O fogo é alto, queima-se tudo: madeira, panos, plástico, o que vier, e logo aparece um cheiro leve de comida.

No passar dos olhos, na rua vejo música, fogueira, capoeira e comida. Ouço também rosadas. Bastante vida para uma noite fria do meio de abril na cracolândia. A lâmpada queimada do poste de luz deixa o lugar escuro somente à luz o fogo. Do outro lado da rua, como um detalhe, percebo que algumas pessoas estão sentadas e encostadas no muro pelo acender dos isqueiros (18 de abril – 2013 - 21:00).

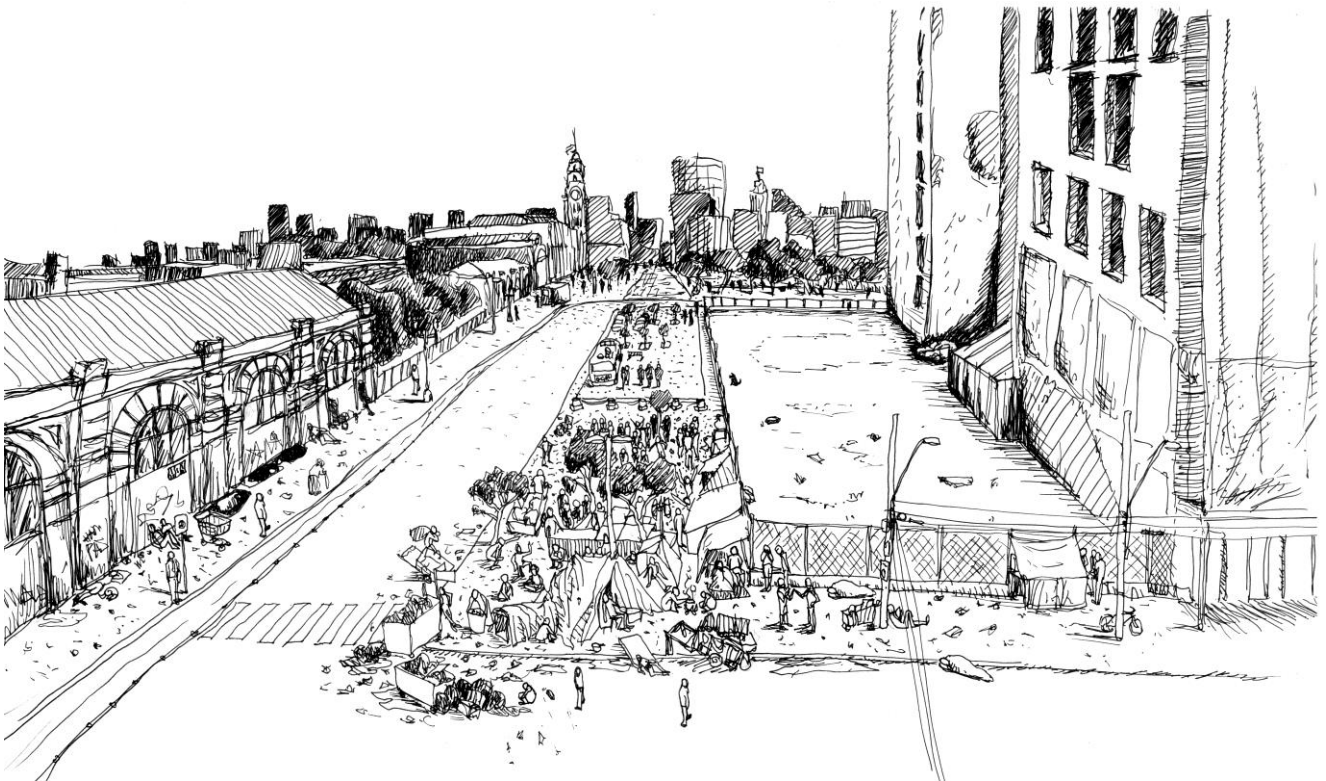
O bairro da Luz é muito mais do que a ideia de ‘cracolândia’ que permeia o imaginário público. Sim, o crack está ali, mas este espaço certamente não é composto exclusivamente pelo uso desta substância. Trata-se de um lugar vivo, onde valores, emoções e negociações de todo tipo transbordam pela vida cotidiana, que acontece invisível para grande parte dos habitantes da cidade de São Paulo. Um bairro que carrega rupturas socioespaciais que caracterizam o modo de vida no local. Não por acaso, é uma região que agrega pessoas de diversas origens que também apresentam rupturas em suas trajetórias de vida.

Percebe-se que além do uso de crack, outras atividades acontecem na rua, no dia-a-dia das pessoas em situação de rua. Essas atividades sustentam modos de vida e articulam eficientes inserções no território, contrapondo a noção reducionista e desgastada do senso comum sobre a figura do dependente químico. Uma estereotipação que desqualifica diferentes e legítimos modos de sobrevivência. Segundo o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani:

*Há uma gama de práticas que não é visível na chave da leitura da política (ou melhor, de uma certa visão de política) é justamente essa dimensão que a etnografia pretende resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente”, que decide o que é certo ou*

*errado, e para além da perspectiva e interesses do poder, que decide o que é “conveniente e lucrativo” (Magnani 2012: 258).*

Para isso, o uso da etnografia e o olhar antropológico foram de grande importância para “mostrar o impacto mais amplo entre esta altamente carregada relação entre o apego ao uso de drogas e seu contexto” (Raikhel, Garriott 2013: 30). Explicitar outras dimensões da vida de uma pessoa que usa crack pode ampliar o olhar sobre os problemas relacionados ao uso de drogas na cidade, abrindo novas alternativas de atenção e de cuidado. Para aprofundar o estudo deste contexto, também se torna essencial relacionar a paisagem urbana e seus atores sociais, já que para Magnani, “a paisagem urbana é o resultado dessas práticas e das intervenções ou modificações impostas pelos mais diferentes atores em sua complexa rede de trocas” (Magnani 2012: 252). Cabe a etnografia captar este duplo movimento “*com e na* intersecção de ambos” (Magnani 2012: 253).



*Figura 4. O fluxo na cracolândia, na esquina das ruas Cleveland e Helvetia. Desenho por Marcelo Maffei.*

Início considerando a disposição geográfica da vida que está ali. Do começo de 2014 até abril de 2015<sup>50</sup> o uso e a venda de crack (fluxo) estavam concentrados na esquina das ruas Cleveland e Helvetia. O comércio local próximo ao ‘fluxo’ se caracteriza por pequenas lojas e mercados, restaurantes, bares, estacionamentos, e muitas pensões e hotéis baratos. Um marco na paisagem é a torre da igreja do Sagrado Coração de Jesus inaugurada em 1885, que dá nome ao largo e se destaca por sua altura.

Como equipamentos públicos, a região tem o Bom Prato (refeição por R\$ 1,00 na rua Dino Bueno), o SAE Campos Elíseos (Serviço de atenção especializada em DST/Aids) na Al. Cleveland, a Tenda do programa ‘Braços Abertos’ (serviço para pessoas em situação de rua da prefeitura de São Paulo) na Helvetia, o corpo de Bombeiros na Barão de Piracicaba e a base da Polícia Militar no Largo Coração de Jesus.

Como acesso, existem as avenidas Duque de Caxias e Rio Branco, além do Terminal de ônibus Princesa Isabel e as estações de trem e metrô Júlio Prestes e Luz respectivamente. As igrejas estão presentes. A ‘Cristolândia’, uma igreja da missão Batista oferece desde 2009 alimentação, corte de cabelo, palavras de esperança e fé e internação em comunidades terapêuticas às pessoas que fazem uso de crack. A Missão Cena, citada anteriormente, também mantém suas atividades. A polícia realmente faz parte da paisagem. É praticamente uma base móvel em cada esquina, além de viaturas e ônibus da Guarda Civil Metropolitana.

Nas ruas os comércios e hotéis baratos agregam e fazem circular pessoas de diferentes origens. O casarão na esquina da Helvetia com a Dino Bueno acolhe ciganos em uma rotatividade que justificaria uma pesquisa específica sobre este tema. As ciganas com bonitos vestidos coloridos e frequentemente descalças também estão sempre na rua, mas pouco se relacionam com a contínua dinâmica do crack por ali. Nas ruas e nas pensões crianças brincam e completam o ar de comunidade.

Costurado nesta vida comunitária está o ‘fluxo’, o aglomerado de pessoas que se reúnem para negociar e usar o crack. ‘Fluxo’ é identificado como uma categoria nativa que se aproxima da noção de *pedaço* proposta por Magnani. Para Magnani os *pedaços* são:

*Unidades cujas fronteiras e graus de pertencimento são vivamente experimentados pelos integrantes do grupo. Tomando como por exemplo a categoria de pedaço, é evidente, por parte de seus integrantes, uma percepção imediata, sem nuances ou ambiguidades, a respeito de quem pertence ou não a ele: trata-se de uma experiência concreta e compartilhada (Magnani, 2012 p. 269).*

---

<sup>50</sup> *Atualmente o uso e comércio de crack concentra-se na rua Dino Bueno, entre o Largo Coração de Jesus e a rua Helvetia.*

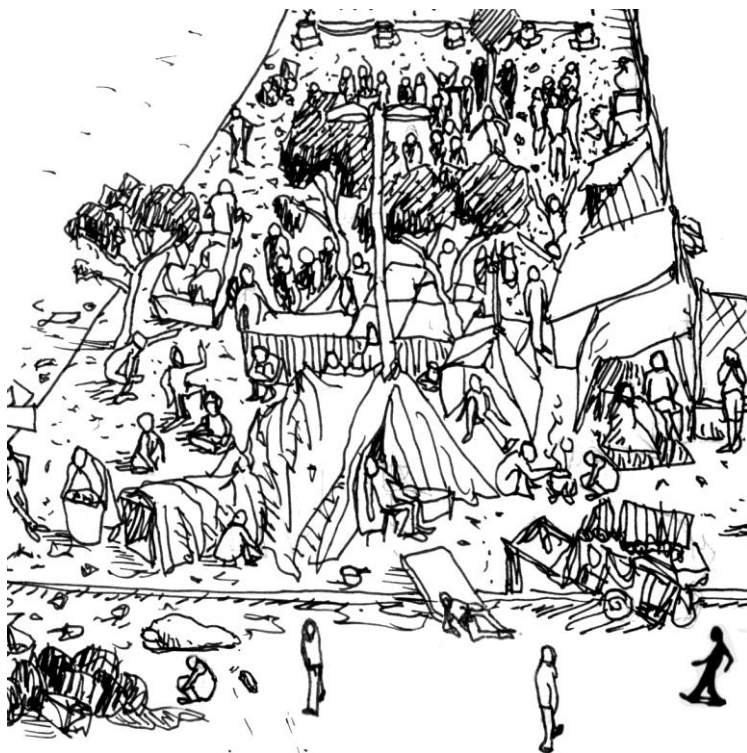


Figura 5. Fluxo` na esquina da rua Helvetia e Cleveland. Desenho Marcelo Maffei.

Assim como no *pedaço*, no ‘fluxo’ os indivíduos compartilham os mesmos códigos e possuem o sentimento de vizinhança e pertencimento. Porém, no ‘fluxo’, ocorre um sistema de trocas bastante dinâmico e veloz de uma infinidade de mercadorias. Aproximadamente trezentas pessoas constituem um mercado onde a moeda é o crack, e o ‘fluxo’ é a casa de câmbio. Desenho Marcelo Maffei.

O efeito de troca imediata do bazar da cracolândia. No fluxo<sup>51</sup> tudo circula. Tudo vira “pedra” e a “pedra” vira tudo.



Figura 6. Desenho por Marcelo Maffei.

Simultaneamente ao surgimento do termo ‘fluxo’ na cracolândia, começaram a aparecer no território diversas caixas de som pequenas que funcionam a baterias e pilhas. Em muitas delas ouve-se funk de todos os lados. Vozes reproduzem as músicas ao vivo entre as pessoas. Sugiro que o termo ‘fluxo’ na cracolândia dialoga com o fluxo dos bailes

funks nas regiões periféricas. Traços de manifestações populares das margens trazidas para o centro e resignificadas no contexto de uso de crack.

De um lado do ‘fluxo’ está a lateral da estação de trem, do outro, um terreno vazio como vestígio de recentes demolições<sup>52</sup>. No acesso para as demais ruas do bairro estão dois serviços de atenção às pessoas que fazem uso de drogas: um municipal e outro do Governo do Estado. São dispostos exatamente um em frente ao outro em cada lado da rua. Surpreendentemente um deles evidencia uma precariedade estrutural, e o outro exhibe uma estrutura de qualidade que não dialoga com o modo de vida das pessoas que usam drogas da região.

Fica evidente o retrato da disputa política em torno do tema das drogas que coloca o que deveria ser o foco da questão, o cuidado com as pessoas que usam drogas, em segundo plano. Em certo trabalho de campo em meados de 2014, enquanto eu conversava sobre o recém-inaugurado serviço do Governo do Estado na Rua Helvetia, uma usuária disse para mim e seu companheiro, “esse é o serviço do Estado, do Governador. O mesmo que você (o namorado) ficou esperando lá e não gostou! O Governador não gosta da gente!”.

Apesar de inúmeros deslocamentos geográficos pela região, o ‘fluxo’ circula e permanece constante dentro da existência comunitária. Como observação de outra etnografia onde atuamos juntos, Taniele aponta que “o grande fluxo de pessoas que saem e chegam o tempo todo é concomitante à insistência em permanecer no local e, conseqüentemente, à criação de uma sociabilidade específica” (Rui et al, 2014 p. 91). Esta dinâmica em torno do uso pulveriza-se e ocupa espaços nos arredores durante operações repressivas do poder público. Após uma das ações repressivas na tentativa de dispersão do grupo em início de 2012, encontrei a seguinte grafia em um muro da Avenida Amaral Gurgel: “Não adianta maquiagem, a cracolândia anda”!

De fato, ela anda. Uma leitura simples e direta de uma dinâmica que se sustenta para além da geografia. Nos últimos 11 anos, o fluxo movimentou-se por pelo menos onze posições no território: Rua Guaianases, rua do Triunfo, praça Júlio Prestes, Rua Mauá, esquina Helvetia com a rua Cleveland, rua Dino Bueno, Terreno demolido, esquina da rua Helvetia com avenida Rio Branco, Rua dos Gusmões, Rua dos Gusmões com rua Guaianazes e rua Barão de Piracicaba. Uma média de uma localidade por ano. Considerando os deslocamentos anteriores a 2004 provavelmente passamos dos quinze. Além desses deslocamentos territoriais em determinados períodos, é rotina a circulação compulsória pelo espaço das pessoas que fazem uso de crack. Seja por pressão policial que coercitivamente produz uma movimentação inócua, ou por ações de limpeza urbana, que nos últimos 2 anos praticamente todos os dias lavam as ruas e recolhem o lixo com caminhões pipas e do rápa respectivamente. Não se fica muito tempo no mesmo lugar, e tal circulação, independente do motivo, me remete ao nomadismo do modo de viver dos caçadores-coletores da antiguidade.

---

<sup>52</sup> *Ver figura 1.*

Assim como os caçadores nômades, na cracolândia carrega-se somente o que é possível de transportar. A viabilidade da mobilidade é bastante valorizada. Sacos, carroças e carrinhos de supermercado delimitam a quantidade de posses materiais possíveis. Em estudos sobre a cultura nômade, o antropólogo norte americano Marshall Sahlins aponta que “a escassez não é propriedade intrínseca dos meios técnicos. É relação entre meios e fins” (Sahlins 1978 p. 04). É desta forma, em diálogo constante com as características locais que a vida acontece na cracolândia, pois “o esquema cultural sempre improvisa em uma relação dialética com a natureza”, e o ambiente. (Sahlins, 1978 p. 23). A variedade de bens pessoais é enorme, porém, considerando raras exceções, alguns objetos estão sob posse de quase todos que frequentam o fluxo. Além de outros, a lâmina e a caixinha de tic-tac chamam a atenção por receberem novas funções. A lâmina é bastante funcional para dividir pedras de crack, e a caixinha de tic-tac para armazenar cinzas de cigarro<sup>53</sup>.

Neste sentido, ambiente na cracolândia é um território bastante específico. A paisagem, a infraestrutura, as relações interpessoais, as relações de troca, o mercado e as formas de controle são algumas das questões que apresentam peculiaridades próprias deste contexto. A noção de ‘textura’ da cracolândia tem como base o pensamento do geógrafo Torsten Hagerstrand, que na leitura de Tim Ingold valoriza a ideia de entrelaçamento de trajetórias pessoais e ambientais (Ingold, 2011 p. 84).

---

<sup>53</sup> *Ver capítulo 3.*





Figura 7. Considerando raras exceções, alguns objetos estão sob posse de quase todos que frequentam o fluxo. Desenho por Thiago Calil.

## 2.1. Por dentro da `Cracolândia`

*“Aqui é o lugar dos excluídos, dos renegados. Aqui é o lugar de se viver o que dá para viver, o possível”. (Interlocutor nativo)*

Apesar de existirem diversas pensões por ali, conseguir um quarto não foi fácil. Foram idas e vindas todos os dias durante uma semana até de fato conseguir um local para dormir. Meu quarto localizava-se na Rua Barão de Piracicaba, 39<sup>54</sup>, próximo à Avenida Duque de Caxias. Um prédio verde de dois andares com 37 quartos. A única identificação da pensão é o pequeno tapete no portão de entrada onde está escrito “Café Alhambra”.

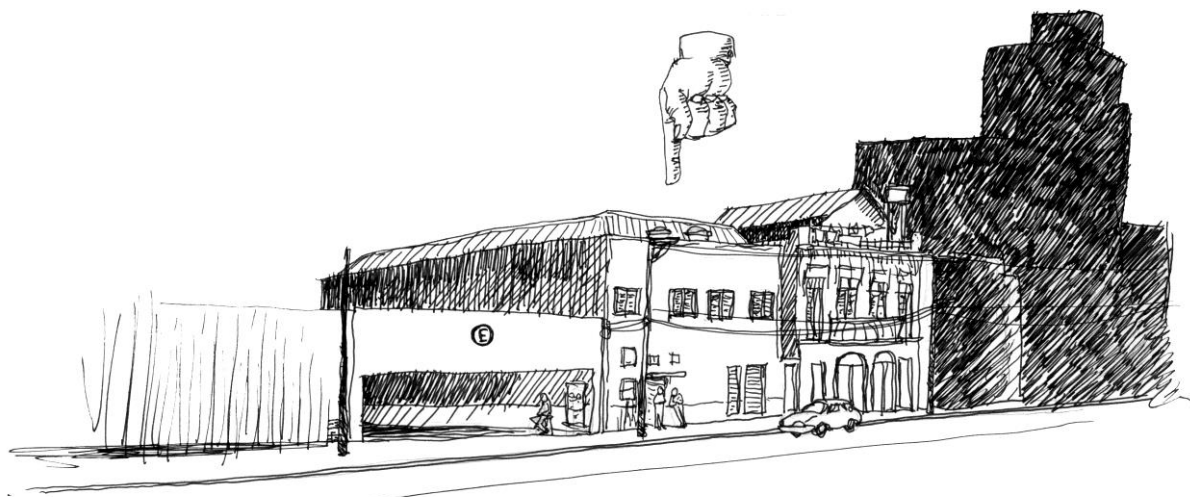


Figura 8. Pensão Café ‘Alhambra’. Rua barão de Piracicaba. Desenho por Marcelo Maffei.

O meu quarto foi o 14, no térreo. Pequeno, sem cama nem colchão, paredes verdes com bastante umidade. Uma construção antiga, com pé-direito alto e uma janela de ferro enferrujado sem vidros. No centro tem um vão de respiro das janelas dos quartos. O banheiro é do lado de fora em um pátio. São três banheiros por andar. O ralo entupido somado a grande demanda e rotatividade de pessoas me fez evitar o banho em alguns momentos. Neste pátio encontra-se a área de serviço com seis tanques de lavar roupas e um confuso emaranhado de varais para secá-las.

Também me deparei com diversas baratas e ratos neste espaço, pois grandes sacos cheios de lixo ficavam expostos boa parte do dia. Tive que comprar um colchão velho

---

<sup>54</sup> O número de endereços e nomes das pessoas são fictícios pela preservação do anonimato..



em uma loja de móveis usados na esquina com a Rua Glete. Preço: 40 reais somado aos R\$ 115,00 pelo aluguel do quarto por uma semana.

Em outro momento do trabalho de campo hospedei-me algumas vezes no Hotel Minho, na esquina da avenida Duque de Caxias com a rua Santa Efigênia. Segundo o administrador atual do estabelecimento o prédio funciona como hotel desde os anos 1940, e mostra-me um documento com tabela de preços e regulamento do hotel em 20 de junho de 1964. O preço do quarto com 1(uma) cama de solteiro era CR\$ 1.800,00, e curiosamente entre as regras do hotel naquele tempo segue o artigo 3: “Roga-se aos senhores hóspedes a observância da mais rigorosa higiene, solicitando-lhes não escarrar no chão ou nas paredes”. Lembro que nos anos 1960 a região da Luz passa a ser reconhecida como a “Boca do Lixo” por atrair e agregar a prostituição, cinema marginal e pessoas com baixa renda. Tal regulamento me faz imaginar que uso se fazia deste mesmo hotel nessa época.

Atualmente o quarto de solteiro no ‘Hotel Minho’ custa R\$ 35,00. Fiquei ali algumas vezes, sempre no segundo andar, no quarto 209. Quarto bom, antigo, chão de taco, pé direito alto e camas gastas. Oferecem roupa de cama e toalhas limpas. O banheiro é coletivo no corredor, e a limpeza e higiene são características positivas que se contrapõem a pensão de R\$ 15 cada diária a alguns metros dali.

Nas pensões vejo muitas crianças correndo e brincando o tempo todo, um ambiente familiar. Cida é a administradora do “Café Alhambra” e também cuida de outra pensão na mesma rua. Ela veio do Ceará há 20 anos, e fala bastante sobre o fato de que o bairro recebe pessoas de diferentes lugares:

Aqui está sempre cheio, a não ser em algumas épocas, como no começo do ano. Aqui fica muita gente do Nordeste que trabalha na construção civil, sabe? No começo do ano voltam para suas casas e só chegam aqui de novo a partir de março. (Relato de campo – Cida, 11/06/2014).

Durante o período de campo conheci pessoas, que usam ou não crack, de outros distritos de São Paulo, cidades do interior do Estado, e outras localidades como Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Sul e Paraná, além dos ciganos que transitam entre São Paulo (SP) e Taubaté (SP) com frequência. Estrangeiros estão presentes e em alguns momentos conversei com Peruanos, Colombianos, e mais recentemente africanos. Conheço pessoas por ali e muitas me cumprimentam sempre que me avistam na rua. Sinto-me mais seguro que em outros bairros do centro da cidade, e de certa forma percebo que não sou tão estrangeiro ao território. Afinal, eu também venho de outra origem e fui também acolhido pela minha posição de trabalhador/pesquisador.

Assim como eu, é comum as pessoas terem vindo de outro lugar, portanto trago a seguir relatos de trajetórias de vida que em determinado momento atravessam pela

cracolândia. Percursos que podem nos auxiliar a compreender os sentidos de chegada, permanência e saída neste espaço.

### *Amélia*

Seu momento atual ilustra vulnerabilidade física e psicológica. Amélia tem aproximadamente 50 anos. A conheci em 2010. Ela estava bem vestida, limpa e com uma mala de viagem nas mãos. Amélia tinha ouvido dizer que “Bianca estava na cracolândia em São Paulo”. Ela me descreve a fisionomia de Bianca e me mostra uma fotografia antiga. Reconheço seus traços. Andamos juntos pela região, mas não a vimos. Amélia diz que ficará uns dias por ali para procurar a filha.



*Figura 9. Chegada Amélia. Desenho por Barbara Salomé.*

Os dias foram passando, e algumas semanas depois vejo as duas, mãe e filha, fumando crack juntas. Ficamos meses neste movimento, apenas nos cumprimentávamos de longe. Quando enfim retomei uma conversa com Amélia me dizia em diversos

momentos que ainda não era o momento de retornar para Minas. “Eu não tenho nada, olha como eu estou! Como vou voltar assim?”.



Figura 10. Vergonha de Amélia. Desenho por Barbara Salomé.

Sempre me intrigou o movimento de Amélia. Teria ela vindo buscar a filha de volta e acabou se fixando ali, ou vindo se juntar a filha por algum motivo que a fez também abandonar a terra natal. O fato é que ela veio e ficou.

Em setembro de 2012 eu e Robertinha encontramos Amélia. Amélia acabara de sair de uma clínica que ficou 1 mês internada na Zona Sul. A proposta era ficar 2 meses, mas como conquistou a confiança da equipe conseguiu conversar com Psiquiatra sobre o sonho que teve na noite anterior. Havia sonhado com Bianca, que havia ficado na cracolândia, lhe pedindo ajuda e dizendo “sozinha eu não vou conseguir”. Quando chegou na região da Luz ficou sabendo que Bianca havia sido presa. Estava aflita, pois como Bianca estava sem documento, provavelmente teria informado informações, como nome e data de nascimento, fictícias ao sistema penitenciário, e Amélia não conseguiria localizá-la para visita. Amélia se sentia culpada, pois deixou a filha sozinha para tentar se cuidar. Sabia dos riscos que Bianca corria, mas relatava ter buscado o tratamento pois sentia muito cansaço. Estava desiludida. Dizia que Bianca já estava mais organizada, não estava mais na rua e estava “até conseguindo pagar uma pensão”. Em algumas semanas Amélia conseguiu localizar Bianca. Informações cruzadas entre rua, crime organizado e presídios colocaram as duas em contato.

Bianca segue presa, e ao longo dos anos Amélia foi piorando seu estado físico e mental. Apesar de diversas vezes tentar diminuir o uso e se reorganizar, permanece oscilando bastante. Aos poucos começou a apresentar muita tristeza, depressão e sinais de surtos psicóticos, cheguei a vê-la falando sozinha e gritando na rua em alguns momentos. Sua aparência é bem diferente da primeira vez que a vi. Está mais magra e sem cuidados pessoais de higiene. O descuido é marcado pela recente perda de um dente frontal.



Figura 11. Os obstáculos de Amélia. Desenho por Barbara Salomé.

Seu olhar muitas vezes é bastante desesperançoso e frequentemente parece acompanhado da angústia.

Durante um trabalho de campo em junho de 2014, Amélia me chamou para conversar. Estava indignada e irritada pois havia se cadastrado no programa “De Braços Abertos”, mas haviam colocado seu nome errado. Ela dizia irritada que eu precisava ajuda-la, pois estavam dizendo que ela era outra pessoa. Ela repetia várias vezes, “Eu não sou a Vera, eu sou Amélia! Por favor você tem que me ajudar Thiago!” Juntos conversamos com a assistente social do programa e foi apenas um mal-entendido e Amélia estava registrada com seu nome. Seu movimento parece explicitar um resgate e afirmação de sua identidade. Curiosamente, poucos dias depois, em junho de 2014, a vi de longe participando de uma oficina de cartas proposta pelo teatro Faroeste<sup>55</sup>. Segundo relato de campo:

Neste momento Amélia escreveu bastante. Se emocionou e chegou a soltar algumas lágrimas. Parece ser um momento forte para Amélia. Logo depois a vejo no meio do fluxo. Ela está sorridente e conversando com outra mulher. Penso que foi interessante observar este processo da carta. Me pergunto se mandam a carta para alguém ou é apenas um exercício de lembrança do que é importante para as pessoas. Uma válvula de escape. O resgate de uma origem. (Diário de campo – 07/06/2014).

Sinto que ela mesma foi o principal destinatário da carta que escreveu. Parecia que aos poucos Amélia entrava em contato consigo mesma. Quando nos encontramos mais

<sup>55</sup> *Cia Pessoal do Faroeste - Promovem o acesso às expressões culturais e artísticas que valorizem e fortaleçam o ser cidadão em sua formação, e na construção de uma sociedade mais crítica e atuante. Atua na região do centro de São Paulo. Fonte: <http://www.pessoaldofaroeste.com.br/>*

uma vez no meio da rua Helvetia ela estava bastante lúcida e com uma tranquilidade rara no olhar. Alheia aos muitos acontecimentos ao nosso redor ela se emociona e me confidencia seus sentimentos:

*Estou fraca, já não acho mais que é possível conseguir... são tantos os obstáculos. Antes, em Minas, eu também tinha os meus problemas, mas também tinha gente para me acompanhar, me ajudar a passar por isso. Agora não tenho nada, tô sozinha! Aqui ninguém tá nem aí para os seus problemas. Todo mundo tem problemas. Neste momento Amélia larga a sacola com algumas roupas de uma mão e o cachimbo e uma tesoura que segura na outra e abre os braços. Se mostra para mim e diz: “Vejo que estou detonada. Mas o que me preocupa é a saúde mental. O físico não fica bem se a cabeça não estiver bem. Aqui é tudo tão difícil. Tenho que colocar pra fora as vezes. Eu vou conversar com a assistente social que eu preciso ficar em um quarto sozinha. Acho que assim pode me ajudar. Ficar no quarto com outras pessoas não dá pra mim!” (Diário de campo – 26/07/2014).*



Figura 12. Confidência de Amélia. Desenho por Barbara Salomé.

Em uma das últimas vezes que a vi Amélia, ela afirmou estar buscando mais uma internação. “Se você não me encontrar por aqui pergunte para os agentes de saúde, pois provavelmente estarei internada. Aqui não dá mais para ficar”.

### **Morgana**

Morgana tem uma beleza única. Mestiça nascida em Rondônia e crescida no Paraná é registrada como Elizabeth, mas adota Morgana como nome da rua. Começou a usar drogas cedo, e sempre foi considerada a ‘musa’ entre os grupos de amigos. Segundo ela, foi em 2009 que “tudo desandou ao mesmo tempo”. A morte da mãe, o pai com Alzheimer e o sequestro de sua filha chacoalharam seus 32 anos.

Três anos antes havia se mudado para São Paulo, e para o próprio sustento se envolveu com o mercado da prostituição, inclusive na Rua Augusta. Nesta época passou a morar com o namorado e engravidou. Após um grande desentendimento entre os dois decidiu sair de casa e chegou a ficar em um abrigo com a criança na Zona Sul da cidade, até que uma mulher se aproximou e ofereceu uma carona para o Paraná. Era o que Morgana queria, retornar para próxima da família no Paraná. Aceitou a carona, e foi assim que o sequestro aconteceu. Segundo o jornal G1 de 9 de dezembro de 2009<sup>56</sup>:

*O ponto de partida da viagem foi o Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, na zona sul de São Paulo, onde Angelina e Valdir foram buscar mãe e filha. Os quatro saíram, na segunda-feira, em direção a Curitiba, por volta das 21 horas. Na hora do almoço do dia seguinte, eles pararam em um posto de gasolina na Rodovia Régis Bittencourt, na altura do município de Campina Grande do Sul. Elisabete disse que Valdir e Angelina falaram que comprariam comida e pediram que ela visse preços de fraldas e leite em uma farmácia no local. Quando a mãe da criança estava dentro da farmácia, eles arrancaram com o carro, levando a menina.*

Morgana diz que nesta situação ainda foi acusada de ter tentado vender a filha por 2 mil reais. Ela nega veemente esta versão, "nunca pensei em vender a minha filha. A minha família tem condições. Eu fui enganada", mas mesmo assim o bebê foi encaminhado para um abrigo pelo Conselho Tutelar. Ela não vê a filha, Sofia, desde então. Neste momento intensificou seu envolvimento com o uso de drogas, inclusive de crack. A conheci pouco tempo depois, em 2011 na Cracolândia.

Durante trabalho de campo conversamos da dificuldade deste momento e como a situação do sequestro da filha, somado aos outros acontecimentos devem ter sido momentos bem difíceis. Nesta conversa os olhos de Morgana lacrimejam, e ela diz: “Sim, demais.... não estou aqui por causa do crack, foi tudo isso que me jogou pra cá. Não acho que é uma fuga, mas o crack é como algo que alivia um pouco a dor”.

---

<sup>56</sup> Ver material na íntegra: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1408478-5598,00-BEBE+SEQUESTRADO+NO+PARANA+E+ENCONTRADO+NA+GRANDE+SP.html>



Em outro momento que estive próximo de Morgana foi acompanhando e auxiliando no cuidado com uma ferida que tinha na perna. Ela havia sido agredida ali mesmo na cracolândia pelo parceiro da época. A ferida estava grave e a impossibilitava de caminhar. Algumas vezes eu e outras pessoas a carregamos, mas Morgana ficava praticamente no mesmo lugar, sentada em um cobertor. Durante este período conversamos bastante sentados na rua e em determinado momento ela resgata um pouco sua história como dançarina nas boates da Rua Augusta. Ela recorda com orgulho, e me conta de um documentário que gravaram em 2006 onde ela aparece realizando a prática do pole-dance. Como escrevi em diário de campo:

Morgana descreve o movimento que fez, se pendurando no cano de cabeça para baixo e descendo até o chão escorregando. Estamos sentados na rua, na esquina da Helvetia com a Cleveland, logo ao lado do 'fluxo'. Ela se emociona lembrando do passado e observa o poste da placa de sinalização com o nome da rua e surpreendentemente me desafia: "você acha que consigo fazer aquela cena aqui agora, no poste para você ver"? O poste está torto, com muito lixo em volta e pessoas fumando crack. Comento sobre sua perna que ainda está machucada e pode ser ruim forçá-la. Ela sorri e não me ouve. Ainda enquanto falo Morgana levanta-se e pula no poste, fica de cabeça para baixo e faz o movimento de escorregar até o chão. Um movimento bonito e parece exigir mesmo uma boa técnica. "Ainda sei fazer, lembro como fazer! Até que não estou tão velha assim"! Ela volta feliz, emocionada e mancando senta ao meu lado dando risada (12 de março 2015).



*Figura 13. Morgana na contínua reconstrução de sua identidade. Desenho por Beatriz Figueira.*

## *Jayme*

Durante trabalho de campo em 20 de dezembro de 2013, uma conversa me chamou bastante a atenção:

Sentados em um móvel de madeira deitado na rua, Jayme me conta um pouco de sua história. Aparece ter aproximadamente 30 anos e diz que não se abre muito para as pessoas, e que irá nos contar uma coisa que é raro ele dividir por ali. Diz que é formado em design gráfico pelas Belas Artes, e que depois estudou também Design em Lisboa, Portugal. Após uma decepção amorosa entrou em depressão e no momento está na cracolândia faz 8 meses. Jayme acrescenta: *“Aqui na cracolândia não importa da onde você veio, a sua história. Aqui é como um gráfico, onde está desenhada uma linha na horizontal. Ninguém é melhor que ninguém. É todo mundo igual por aqui.”* Comento como realmente é um local que inclui muita gente, pessoas diferentes com históricos de vida e origens bem diferentes, todos acham um espaço na cracolândia. Jayme continua: *“Aqui eu uso o ‘uniforme de nóia’, uso estas roupas, não me preocupo com a limpeza das minhas mãos, das minhas unhas. Aqui a vida funciona assim mesmo. Eu vou fazendo o corre e lidando com o que eu preciso. Comprando duas pedras e se precisar de alguma coisa eu vendo uma parte. Mas a única coisa que eu não faço... peço desculpa aí para a Lady (Roberta), mas é roubar e dar a bunda. Independente do que você faça, ou de onde você venha, a sociedade vê todo mundo aqui como uma coisa só.”* Me pergunta como e eu digo: *“como nóia”*. Jayme diz: *“exatamente”*.

Em diversas vezes que encontro Amélia e Morgana elas me agradecem muito por nossas conversas. “Você me ajudou muito aquele dia Thiago”. Muitas das pessoas que ocupam o bairro da Luz, sendo usuárias de crack ou não, são generalizadas como um grande grupo de ‘nóias’, e conseqüentemente têm suas origens, trajetórias, valores e particularidades totalmente esvaziadas. As inúmeras rupturas emocionais e sociais, somadas ao momento atual marcado pelo forte estigma, evidenciam a falta de perspectiva e a necessidade de escuta, compreensão e respeito.

Jayme não encontrei mais. O que também é muito comum por ali. Nesses anos de trabalho, recordo de muitas pessoas que me aproximei e compartilhamos momentos, alegrias e angústias. No momento não estão mais na cracolândia. Algumas sei que se organizaram e tomaram um outro rumo. Outras simplesmente desapareceram e reapareceram após algum tempo ‘guardadas’, ou seja, detidas. Outras sumiram e nunca mais as vi.

Desta forma, a cracolândia apresenta-se além de simples posição geográfica no centro da cidade onde ocorre o uso de crack. É um local com alma, sentimentos, história e o já tradicional uso de crack por mais de 2 décadas. Sendo assim, podemos associá-la ao conceito de vizinhança, ou *mancha*, proposto por Magnani:

*Existe uma outra forma de apropriação do espaço quando se trata de lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores. Sua base física é mais ampla, permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências. São as manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática dominante. (Magnani 1996: 40).*

A categoria de *mancha* ressalta que a ‘cracolândia é capaz de provocar emoções e reações tanto na paisagem urbana como no imaginário social (Magnani 2012). Cada um no seu momento risca a sua linha. Os percursos apontam inúmeros motivos de chegada, permanência e saída. Nesta trama de trajetórias individuais que se emaranham especificamente neste espaço coletivo, Gamba, um mestre de capoeira baiano, me surpreende em uma madrugada de junho de 2014, durante a copa do Mundo. Enquanto fritava um peixe em uma fogueira improvisada na calçada ele me dizia: “Vocês sabem o caminho de entrada e saída desse Labirinto, eu entrei e não consigo sair”.

É nesta trama entre o ambiente, no caso o espaço urbano, e a produção e manifestação da vida que se torna evidente a necessidade de se aproximar e reavaliar a percepção de quem de fato vive na cracolândia, na rua. Apesar da escassez material e condições de extrema precariedade, as pessoas também usufruem a vida, e é pautando-se em diferentes parâmetros que nos cabe repensar quanto as realizações e limites da população local.

No encontro com os possíveis modos de existência na cracolândia, percebo-me internado em meus pensamentos ao deparar com uma questão que ainda me inquieta. Há anos venho trabalhando com a questão da saúde e cuidado em relação ao uso de drogas em diferentes contextos, realidades, substâncias, classes sociais, ritmos<sup>57</sup>, percepções e consequentemente diferentes meios e alternativas de proteção. A escassez material, a circulação constante e a notória e extrema precariedade na ‘cracolândia’ me trouxeram à cabeça a ideia de risco.

Quando o fluxo se pulverizou pelas imediações de Santa Cecília e outras regiões do centro durante a operação Sufoco, conhecida por ‘dor e sofrimento’, no início de 2012, vimos a fragilidade relatada pelas pessoas que sofreram diretamente os efeitos da ação.

---

<sup>57</sup> *Projeto Respire - prática inovadora que pensa o cuidado e informação em relação ao uso de drogas em contextos de festas. Realizamos ações em diferentes contextos como raves de música eletrônica, bailes funk, cervejadas universitárias e etc.*

Conversei com pequenos grupos de pessoas na rua Guaianazes e ouvi relatos de que não podiam ficar paradas em apenas um local, não podiam descansar e eram obrigados a passar o dia se movimentando. Foi perceptível a dissolução da rede de sociabilidade entre as pessoas que fazem uso de crack, esvaziando o respaldo do coletivo na constante troca e venda de mercadorias que supriam demandas de alimentação, higiene, entretenimento, cuidado, proteção entre outras.

Portanto, além dos possíveis riscos à saúde relacionados ao uso de crack, a vida na rua, especificamente no enclave da cracolândia, apresenta um emaranhado de situações e sentidos capazes de distorcer os parâmetros do que é ou não é arriscado. Além da implantação da política do nomadismo forçado, que outros riscos estariam em curso no cotidiano destas pessoas?

#### **2.4. Tudo pode acontecer e nada é indiscutível**

Estávamos próximo ao fluxo na rua Barão de Piracicaba, esquina com a rua Gleite. É começo de ano e mais uma vez o grupo de pessoas que usam crack era coercitivamente deslocado de um canto para outro. Acharmos estranho o comportamento do grupo em relação a um menino que tentava se aproximar do fluxo, mas todos agressivamente pareciam o repelir. Jogavam sapatos, garrafas e outras coisas em sua direção. Nos aproximamos dele para conversar um pouco e entender o que acontecia. É visível que ele estava bastante sujo, e apesar de um pouco resistente aceita nos acompanhar até a tenda do Programa ‘braços abertos’ da prefeitura. Seu nome é Jony e acompanhando-o até a tenda percebo que ele está mancando com uma perna, além disso exala um cheiro forte. É realmente muito forte, beira o insuportável, e enquanto converso com ele tento sutilmente me deslocar para o lado oposto ao vento. Minha sutileza foi em vão. Ele percebe o movimento e me pergunta: *Meu cheiro está muito forte né?*

Eu, desconcertado e sincero respondo: *Sim, está muito forte. O que está havendo?*

Ele responde: *É uma ferida que eu tenho aqui na perna.* Neste momento levanta a calça e me mostra uma ferida grande, e surpreendentemente com bichos em sua carne! O cheiro forte era sua perna apodrecendo... Reforço a necessidade de irmos até a tenda para limparmos a ferida.

Na tenda, entregam para ele o ‘kit limpeza’ (sabão, toalha e escova de dente). Ele pede uma troca de roupa. A agente de saúde diz que deve ter alguma e pede para aguardarmos enquanto ela busca. Neste meio tempo, muitas pessoas se aproximam e começam a ofender Jony de diversas formas. O que marcou para mim foi ‘pé de lixo’. Outras pessoas

sarcasticamente me desafiavam: “Se você conseguir fazer esse aí tomar banho tiro meu chapéu. Você não vai conseguir”. Jony responde e xinga-os de volta. Me sinto em um fogo cruzado, informo os rapazes que estão me atrapalhando e peço que me deixem conversar sozinho com ele, enquanto ansiosamente esperava o retorno da agente de saúde. Ela demora. As ofensas continuam e Jony perde a paciência. Joga tudo no chão, diz que não quer mais banho e sai andando rapidamente. Vamos atrás dele, tentamos convencê-lo a retornar. Tentamos em vão, ele irritado diz: “*assim não dá, assim eu não aguento*”!

Volto para casa refletindo... porque não depositar tempo e energia para cuidar de um ferimento tão grave? O que faria chegar a este ponto, praticamente já em decomposição? Fico pensando que quando Jony me mostrou a ferida ele disse com um tom aparentemente conformado: “*é uma ferida que eu tenho aqui*”. Disse como se ela fizesse parte dele, parecia já acostumado com ela, não lhe parecia ser uma questão a resolver. O que seria prioridade então para Jony neste momento? Quais questões o preocupavam? O que de fato traria risco à sua existência que não sua própria perna em putrefação? (Diário de campo – janeiro de 2014).

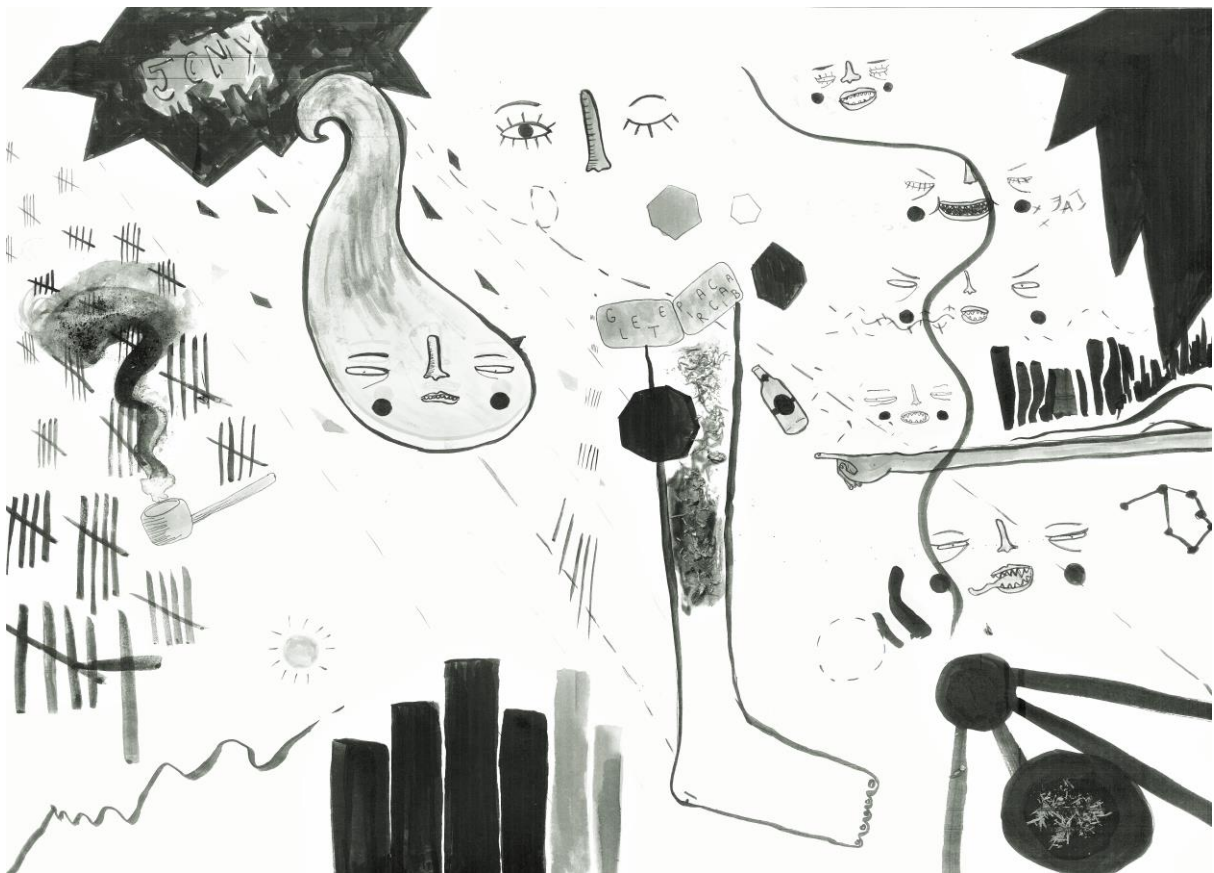


Figura14. As questões de Jony. Desenho por Séfora Rios

A ideia de risco evidencia incertezas frente ao que está por vir. Risco pode ser uma forma presente de falar sobre o futuro, sob o pressuposto de que se pode decidir qual o futuro desejável (Castiel et al, 2010 p. 28). De certa forma, a princípio é a tentativa de controlar o incontrolável. Uma estratégia que atua não como predição, mas sim como probabilidade, segundo Castiel, “risco é uma entidade probabilística... Sempre há a possibilidade de ocorrerem imponderabilidades incontroláveis” (ibidem p. 12).

A definição clássica de risco no campo da saúde surge no século XIX quando buscava-se compreender a relação entre exposição e adoecimento e evitar epidemias de doenças na época, como cólera, pneumonia e febre tifoide (Ribeiro et al, 2009). Posteriormente acompanhamos movimento similar em relação ao HIV e as Hepatites virais nos anos 1980. Surgiam nesta época estratégias preventivas para os chamados ‘grupos de risco’, entre eles as pessoas que fazem uso de drogas, no caso drogas injetáveis (UDI). O principal risco era a transmissão de doenças pelo contato sanguíneo a partir do comum compartilhamento das seringas durante o uso. Aliás, foi neste cenário que surgiram as primeiras ações para o fortalecimento e aceitação dos programas de Redução de Danos<sup>58</sup>, a distribuição e troca de seringas para pessoas que fazem uso de drogas injetáveis. Na cidade de Vancouver, no Canadá, o projeto local<sup>59</sup> de troca de seringas estima que evitaram 1365 infecções por HIV entre 2003 e 2011, e salvaram 1778 vidas que passaram por cuidado no momento de overdose. Nenhuma morte ocorreu desde então. É evidente os ganhos referentes ao olhar epidemiológico preventivista, principalmente referente às situações de causa e efeito, como a transmissão de doenças. Na cracolândia, quando questionei diretamente para algumas pessoas sobre os riscos de saúde/doenças que estavam expostos a resposta foi rápida: Pneumonia e Tuberculose.

Porém, é preciso salientar que este enfoque quantitativista não dá conta de todos os fenômenos socioculturais complexos e subjetivos que as pessoas vivenciam. Em outras palavras, quando nos deparamos com o contexto de uso de crack por exemplo, as relações de causa e efeito não são tão diretas, e as variantes contextuais ganham importância, como o consumo público de crack nas ruas da cidade. É nesta trama que aspectos subjetivos e pessoais sobre a percepção de risco entram em cena.

Paralelo ao olhar do risco epidemiológico que trabalha com dados agregados de um coletivo, considero que enriquece o debate apontamentos referente à construção social do risco. Nesta construção, que inclusive assume situações de ‘colocar-se voluntariamente em risco’, acompanho Gabriela Di Giulio ao enfatizar a “necessidade de considerar que o risco se vivencia no interior de cenários, onde falas, silêncios, expressões e segredos são objetos de um conhecimento coletivamente elaborado” (Di Giulio, Ferreira, 2013). Considerando fatores subjetivos, éticos, morais e culturais, pressupõe que o “risco e o

---

<sup>58</sup> *O início das ações de Redução de Danos se deu na prática com a distribuição de seringas entre pessoas que faziam uso de drogas injetáveis para evitar o compartilhamento. O objetivo foi diminuir o risco de contaminação de Hepatite pelo contato sanguíneo. Muitas outras ações se desenvolveram dentro do escopo da prevenção, ainda tendo o risco como algo a ser evitado ou atenuado. Ver detalhes capítulo 3.*

<sup>59</sup> *Projeto Insite - <http://www.phs.ca/index.php/project/insite-supervised-injection-facility/>*

colocar-se em risco são fenômenos multifacetados que são percebidos, experienciados, normativamente avaliados, e manejados com alta variabilidade” (Lyng, 2014, p. 03). Desta forma, o que é arriscado para mim pode não ser arriscado para você. E dentro da possibilidade do incontrolável, nada é indiscutível.

Erwing Goffman trouxe o conceito de ‘action’ em 1967 em suas primeiras reflexões sobre ‘risco voluntário’, mas foi somente nos anos 1990 que o interesse dessa prática ganha força com o conceito de ‘edgework’ proposto por Stephen Lyng (Lyng, 1990). Segundo Lyng, desde os anos 60 temos um aumento na prevalência de práticas com estas características extremas como esportes radicais e por que não o uso abusivo de substâncias psicoativas. Os estudos foram na direção de ultrapassar as tendências anteriores de conceitualizar o risco em termos universais, buscando um olhar mais amplo sobre as complexidades e especificidades do contexto de risco. Lyng acrescenta que “pesquisadores teóricos podem e devem estar tão atentos quanto pesquisadores empíricos pela diversidade de temas e influência do contexto social nas percepções e comportamento de risco” (Lyng, 2014 p. 16).

O próprio termo ‘edgework’ utilizado para o conceito de ‘risco voluntário’ proposto por Lyng está intimamente relacionado com a noção de fronteira, limite, com o manejo das incertezas em situações limites. O colocar-se em risco é uma oportunidade de desenvolver técnicas que permitam negociar as fronteiras inerentes às atividades de risco, sob a recompensa de se sentir mais em controle de sua própria vida e seu contexto. Torna-se então a oportunidade de controlar o que para muitas pessoas é ‘incontrolável’, e criar sentido para uma existência até então sem sentido (McGovern, 2011 p.488). Meu objetivo não é prender-me ao conceito proposto por Lyng e aplicá-lo indiscriminadamente na interface risco - uso de crack - crackolândia, mas sim estar munido deste referencial teórico para possíveis interpretações sobre a percepção de risco e as motivações pessoais para espontaneamente vivenciá-los.

Assim como observei, outros estudos etnográficos (Rui et al, 2015; Adorno et al, 2013) apontam inúmeras rupturas e decepções vivenciadas por pessoas que a partir deste marco iniciam ou intensificam o uso de crack, e em algum momento chegam na crackolândia. Nesse sentido, o contato com estes estudos e a dinâmica da vida na crackolândia me inquietam. O que de fato seria correr risco neste contexto?

Me lembro de uma das saídas a campo pelo É de Lei. Foi junho de 2013, estávamos na rua eu e Robertinha, e logo uma moça passa por nós, me olha nos olhos e aflita pede ajuda. O rapaz ao lado dela estava ferido por uma facada e o socorremos como foi possível imediatamente. Segundo relato de campo:

O trajeto em que eu o carregava junto com o outro rapaz, percebi sua cabeça mole junto ao meu corpo. Pensei: desmaiou? Será que morreu? A camiseta dele se levantou com o vento e nossos movimentos rápidos até o SAE. Vi o corte. Um corte de aparentemente uns 5 ou 6 cm, estava aberto. Vi o tecido de seu abdômen. O sangue saia aos poucos, o que me fez pensar que não seria um corte muito fundo. Pelo menos era o que eu queria pensar, o que eu gostaria muito que fosse. Chegamos carregando-o e na

porta do SAE um médico de jaleco branco logo nos direcionou para uma sala. Colocamos ele em cima da maca. Ele parece que percebeu que havíamos chegado em algum lugar. Imagino que sentiu encostando as costas em algo. Ele abre os olhos. Digo para ficar tranquilo, respirar, e que havíamos chegado no posto médico. Ele olha no fundo dos meus olhos e diz com fraqueza: “Obrigado... Obrigado! ”. Pergunto seu nome. Ele respira e responde: Michel.

Enfim, a adrenalina baixou. Tínhamos feito o que pudemos. O melhor que podia ser feito neste momento. Ele estava sob cuidados médicos, mas sabíamos que o SAE é especializado em tratamento de DST/Aids, mas os dispositivos mais próximos, ali seria o local com maior conhecimento e recursos médicos para lidar com esta situação. Estancar o sangue, talvez um soro, fazer um curativo ou chamar uma ambulância. Ali nos sentimos mais seguros, e torcendo para que não fosse algo grave (diário de campo, 14 de junho, 2013).

Nesta situação fica evidente um dos possíveis riscos do território. Uma agressão, no caso uma facada. Em uma primeira análise, com a chegada ao atendimento médico agora Michel estaria seguro. Porém, a continuidade deste episódio coloca em xeque uma avaliação rasa do contexto e do momento da vida que Michel atravessa.

Após rápido atendimento médico de urgência converso com a médica, ela explica a necessidade de uma avaliação por um médico cirúrgico para examinar internamente<sup>60</sup>. Ela solicitou o SAMU para levá-lo até uma unidade básica e fazer esta avaliação. Enquanto esperamos a ambulância conversamos com a moça, Sarah. Ela nos contou que a facada era para ser nela, e que Michel entrou na frente para protegê-la. Sarah havia saído do Hospital faziam poucos dias, ficou internada por 15 dias devido a uns tiros que havia levado na perna. Vi as marcas cicatrizando, e Sarah ainda relatava sentir dor. Pergunto onde que houve o tiroteio, ela responde: ‘ali na cracolândia mesmo’. Fico na dúvida se foram tiros de pólvora ou balas de borracha. Enfim, tanto faz, foram tiros. O relato do diário de campo prossegue:

O SAMU chegou e levaram Michel para a UBS<sup>61</sup> Santa Cecília, na rua Vitorino Carmilo. Só podia um acompanhante na ambulância. Sarah foi com Michel. A situação vai recebendo nomes, trazendo histórias. Fui caminhando sozinho até a UBS para encontra-los. Nesse trajeto refleti muito sobre a fragilidade da vida. O quão somos capazes, e como isto pode simplesmente acabar de repente. É como se fôssemos fortes e frágeis ao mesmo tempo. Apesar de saber seu nome, ainda não sei quem é Michel. Carreguei ele em meu colo e senti sua cabeça solta, desmaiada, apoiada em

---

<sup>60</sup> *Como o SAE Campos Elíseos é um Serviço de Assistência Especializada em DST/AIDS, não estão adequadamente preparados para o serviço de pronto-socorro.*

<sup>61</sup> *Unidade Básica de Saúde.*



mim. Que história estava eu carregando? É difícil colocar em palavras o que senti.

Na UBS esperamos o atendimento pois o médico veio de outra unidade. Michel ficou sentado, consciente, mas com dor na ferida. Sarah estava lá fora e fumava um cigarro. Ela me chama. Me conta que está cansada e que precisa muito descansar. Comenta que vai deixar Michel (são namorados), pois ele fuma muito crack, e ela acabou ficando a semana inteira nisso com ele. Sarah diz: “Não quero ficar nessa sempre”. Repensa: “Mas pô, ele salvou minha vida! ”. O médico chega, avalia e uma enfermeira me diz que o corte foi superficial. Fizeram o curativo e aplicaram Benzetacil e Voltaren. Michel foi liberado e tudo ocorreu em um período de aproximadamente 4 horas.

Na saída, pergunto para Michel se ele gostaria que eu comunicasse alguém sobre o ocorrido. Michel pede para eu fazer contato com seus familiares. Investigo um pouco. Ele me diz que não vê sua família fazem 7 meses. Moram em Itaquaquecetuba, grande São Paulo. Michel sabe o número de cabeça. Ela a princípio parece atenciosa, e me encaminha para ligar para sua mãe. Faço isso. Sua reação me surpreende, sua mãe aparentemente irritada comigo diz: “Eu não vou buscar ele! Depois de 1 semana ele vai embora por causa dessa droga de novo. Ele já tem 43 anos, e sabe seguir seu caminho! ”

Retorno para a irmã, desta vez seu cunhado me atende e diz: “Se a mãe não vai fazer nada por ele, o que você espera que eu faça? ”.

Desligamos.

Ninguém quis falar com ele.

Senti um vazio.

Percebi nesse momento que este homem na minha frente, Michel, que sabia o telefone da irmã de cor, na verdade não tinha ninguém. Não tinha para onde ir.

Ofereço-lhe a possibilidade de tentarmos uma vaga em albergue. Ele diz que não, que quer ficar essa noite com Sarah. Sarah é o que ele tem. Ela diz estar cansada e quer voltar para seu barraco na favela do Moinho. Michel volta a não ter ninguém. Diz que tudo bem, que vai voltar para a cracolândia, para o fluxo.

Ofereço a eles um café e um pão com manteiga. Comemos juntos. Michel conta que é pintor, mecânico e também já trabalhou com empresas metalúrgicas, mas hoje em dia não quer mais nada, ele diz: “desisti disso tudo”.

O que poderia ter acontecido?

Como resultado ele acaba de ouvir de sua família que ninguém o quer. Imagino a dificuldade de enxergar perspectivas em um momento desses de

fragilidade e rejeição. Abraço os dois e nos despedimos. Caminho em silêncio, pensativo, até em casa. (Diário de campo, 14 de junho, 2013).

Meus pensamentos passavam rápidos: porque ele voltaria para a cracolândia já que acabara de levar uma facada ali? Não me parecia seguro voltar. Não parecia lógico voltar. Seria como “voltar para a boca do Leão”. É nesta encruzilhada que o movimento de Michel apresenta características que extrapolam a impressão superficial de que a cracolândia é simplesmente um local onde se fuma crack, imputando ainda de irresponsabilidades às pessoas que o fazem. Apesar dos possíveis riscos decorrentes do uso de crack, da precariedade, da falta de estrutura, conforto e higiene, da sujeira, das brigas e agressões, das feridas, da exposição aleatória à chuva, frio e muito sol, da repressão policial, que como apontado acima, entram no hall das ações explícitas de políticas produtoras de risco, voltar para a ‘cracolândia’ foi a opção possível para Michel.

Dentro deste contexto e de outras experiências etnográficas acima mencionadas (Rui et al, 2015; Adorno et al, 2013), o fato do aumento ou intensificação do consumo após um momento de ruptura carrega seus sentidos. Em estudo sobre risco-voluntário com pessoas que fazem uso de crack no norte da Inglaterra, Ruth e William McGovern aprofundam o conceito de *edgework* colocado por Lyng e argumentam que a experiência de se colocar em risco pode proporcionar uma sensação ampliada de si, podendo ocorrer uma suspensão no tempo e no espaço enquanto desenvolve esta prática. Segundo os McGovern, “suspendendo tempo e espaço, usuários podem experimentar o bloqueio/embaçamento de vivências passadas e presentes que poderiam ser causas de dor emocional. O furor do momento diminui a mágoa vivenciada em outros espaços como os espaços geralmente ocupados pela família ou trabalho” (McGovern, 2011 p.490). É neste cenário que o ‘colocar-se em risco’ oferece alternativas de compreensão para a decisão de Michel e para a ideia de ‘automedicação’ comumente relacionada ao uso de drogas. (McGovern, 2011).

Enfim, Michel naquele dia retornou para a cracolândia. O encontrei na semana seguinte e apesar de um pouco de dor, a ferida já estava melhor e ele estava atento para a retirada dos pontos. Penso que sua precária condição social associada à grande falta de perspectiva poderiam ter sido elementos potentes em sua decisão de voltar para cracolândia. Seja na busca do que for, muitos podem ser os motivos, e segundo Castiel, são estas as situações que desafiam “a noção de racionalidade humana como musa inspiradora de comportamentos” (Castiel et al, 2010 p. 41).

Entremos então no campo da subjetividade. O filósofo francês Maurice Merleau-Ponty conceitua a subjetividade de uma forma que auxilia na compreensão da opção possível de Michel. Para Merleau-Ponty, a subjetividade é “o poder singular de ignorar aquilo que sabe com pretensão de saber o que ignora, uma capacidade incompreensível de erro, ligada à sua capacidade de verdade, uma relação com o não-ser tão essencial para ela quanto sua relação com o ser” (Merleau-Ponty, 1980 p.232). A subjetividade é a extremidade, o limite, a fronteira entre o particular e o universal, entre a ética subjetiva pessoal e a reprodução social da moral.

Para Michel que viu esgotar-se as outras possibilidades, voltar para a cracolândia acionaria simbolismos relacionados à substância e ao espaço que estavam sob seu controle. Lá não ficaria sozinho, compartilharia o estigma, retomaria certo status social, abstrairia o tempo e as angústias logo se acomodariam junto com o prazer. De certa forma, neste contexto voltar para a ‘cracolândia’ o fortalecia.

A hipótese de associar a possibilidade do ‘risco voluntário’ e o uso de crack na cracolândia tem como fio condutor a habilidade do controle. Para muitas pessoas que usam a ideia de risco em relação ao uso de crack passa pela noção de ter ou não controle sobre o uso. Quando pegam os insumos de prevenção distribuídos pelo É de Lei, alguns relatam querer só a piteira, pois “meu lábio não racha, não fico sempre fumando, mantenho o controle”. Frases como “uso no meu momento de lazer, quando não estou trabalhando” e “ando atrás do crack para não deixar ele ficar atrás de mim. Se ele estiver atrás de mim é pior!” denotam certo controle em relação ao uso, afirmando ter a situação em suas rédeas. Entre estas pessoas é comum o intervalo entre momentos de uso e não uso, por exemplo, entre o tempo investido na coleta e venda de materiais recicláveis e o tempo gasto no fluxo.

Entretanto, a noção de controle também é subjetiva. Determinações se o uso de drogas está dentro ou fora de controle são impostas a partir de uma construção moral da sociedade, porém, é importante enxergarmos as experiências subjetivas e pessoais de controle, e atravessar o superficial julgamento coletivo que abstrai as individualidades. (McGovern, 2011 p.490). Rui e colaboradores (2014) observam que muito antes de o crack se tornar um problema público de visibilidade nacional, “uma série de saberes locais já estavam e estão sendo levados a cabo pelos usuários, que se esforçam, cada um à sua maneira, para manter o uso sob observação, oscilando fases de cuidado e descontrole” (Rui et al, 2015 p.102). As pessoas que fazem uso estão constantemente em negociações com a fronteira limite entre estar ou não sob efeito da substância, ou seja, de controlar o que para o senso comum é certamente ‘incontrolável’.

Em um dos trabalhos de campo que acompanhei Luis das 10:00 as 21:00, fizemos 2 turnos de coleta e venda de materiais recicláveis no Bom Retiro e também no Parque do Gato. De fato, durante o expediente não se fumou crack, e somente entre os turnos fizemos uma pausa no ‘fluxo’. Ao retornarmos do Bom Retiro para a cracolândia pela segunda vez, já de noite, conversávamos sobre nosso dia. Havíamos andado bastante, tomado chuva e carregado grande quantidade de peso. A conversa foi caminhando para a noção de conforto, paramos e sentamos no degrau da porta de um comércio na alameda Cleveland. Segue relato de campo:

Eu estava exausto. Puxar a carroça com mais de 220 quilos é extremamente cansativo. Meu pé estava molhado e praticamente congelado por causa da chuva. Comento com Luis sobre o conforto que seria um banho quente e deitar. Pergunto como é isso para ele, se estava também exausto? Como iria passar esta próxima noite molhada? Luis diz: “*a gente acostuma. Se você ficar na rua uma semana já acostuma ficar sem isso tudo. Vontade a gente tem né, mas no momento falta...* (faz um gesto com

*as mãos sinalizando dinheiro). As vezes pego um quarto de 1 hora por 5 reais. Consigo tomar um banho e deitar por uns 40 minutos. Pelo menos dá para descansar um pouco a cabeça”. Luis continua: “Vou voltar ali pro fluxo mesmo, mas antes vamos parar aqui para fumar, dar uma tocheda antes de voltar pra lá. É como se fumando desse uma ansiedade, a gente fica melhor pra voltar e entrar lá dentro” (relato de campo – 21 de março de 2015).*

O efeito do crack e a dinâmica do fluxo em pouco tempo dão conta do cansaço. Perspectivas de conforto se tornam abstratas, e o corpo somente descansa quando desaba em momentos de completa exaustão. Pessoas podem chegar a ficar dias sem dormir evidenciando um parâmetro de exaustão muito além do meu. Não é raro encontrar pessoas dormindo nas mais variadas e desconfortáveis condições como: sentadas, comendo, dentro de malas, embaixo de carroças, na chuva e no meio da rua. A escolha de Luis em fazer uso de crack, principalmente da tocheda, logo antes de voltar ao fluxo parece ter o sentido de expandir o horizonte. A tocheda parece atuar como uma preparação para o retorno à intensidade do ‘fluxo’ e viabilizar novas negociações, tanto sociais, quanto pessoais no manejo do limite físico e psicológico. A precariedade machuca e estratégias para suportá-la podem ser alternativas de conforto. Para Luis, o uso de crack e o retorno para o fluxo foram as estratégias possíveis, e neste caso, colocar-se em risco conforta.

Os momentos de Michel e Luis citados acima incluem a falta de perspectiva como elemento significativo nas reflexões e relações com o crack, e arrisco em dizer que no contexto da cracolândia, o risco diretamente relacionado ao uso de crack fica em segundo plano. A experiência da cracolândia, seja diretamente relacionada ao uso ou não de crack, parece abrir possibilidades de ressignificação de sentimentos e reestruturação de si. É esta habilidade de negociação dos limites nas fronteiras urbanas, morais e emocionais que pode viabilizar experiências positivas em relação ao próprio uso de drogas inserido em determinado contexto (McGovern, 2011). Segundo Lyng, a experiência de transcendência colocada pela vivência do risco pode ocorrer pois os:

*Efeitos transformadores-da-realidade desta experiência infável oferecem possibilidades reflexivas de agência e inscrições corporais profundas que proporcionam determinado apelo sedutivo que atraem as pessoas. Por estas razões, podemos dizer que a experiência de ‘edgework’ responsabiliza-se por si mesmo. É valioso porque é capaz de transportar as pessoas para uma realidade alternativa, um lugar de novas possibilidades de experiência existencial e auto-interpretação” (Lyng, 2014 p.13).*

Se o ‘colocar-se em risco’ de forma espontânea compõe o conjunto de recursos no agenciamento da vida, o que poderia acontecer para além dos limites do controle?

No discurso cotidiano, é perceptível um clima de desconfiança e um constante receio pela falsidade. Estão todos juntos, mas cada um por si, e o maior risco parece ser se

tornar vítima de alguma agressão. Em conversas mais abertas em relação à percepção de risco na região, é comum ouvir relatos como “hoje você tem tudo e amanhã pode não ter nada. O difícil é essa malandragem, a ‘radiação’ do lugar”, “ando sozinho, não espero nada de ninguém. Aqui na cracolândia você casa e separa no mesmo dia, quando acaba a pedra acaba o amor” ou “aqui não dá para confiar nas pessoas, mesmo aqueles que te chamam de ‘mãe da rua’ uma hora querem puxar o seu tapete. Aí você que é mais velho, espera eles todos estarem em cima do tapete e aí você puxa de uma vez só. Derruba todo mundo junto!” Em determinado trabalho de campo, Luis explica em poucas palavras sua percepção de risco local: “Aqui tudo pode acontecer”.

Segundo relato de campo:

Logo que chego no fluxo pela Helvetia vejo Gilson dormindo. Ele está deitado em uma lona na beira da calçada da Helvetia, bem na borda do fluxo próximo a guia, quase na rua. O sol está muito forte. Fico pensativo sobre isso, dormir no sol e etc... e penso em acordá-lo, porém não faço isso... Sigo procurando uma pessoa que fiquei de encontrar. Não encontro, e ao chegar de volta na Helvetia, Gilson está sentado. Ele ainda parece meio dormindo. Está sentado meio cambaleando com os olhos fechados, encostado em uma mulher enquanto ela parece fazer um tipo de massagem nele, encosta nele, parece ajudá-lo a equilibrar-se sentado. Após alguns minutos ouço gritos altos e desesperados. Olho ao lado e Gilson está gritando muito pedindo socorro! Ele está todo molhado gritando, pulando, esfregando os olhos: “Ai meus olhos! Ahhh tá ardendo, meus olhos!! Minha pele!! Socorro!!” Imediatamente vou até ali tentar fazer algo. A mulher que estava com ele se aproxima e diz, “eu joguei thinner nele! Achei que era água, tinha uma garrafa cheia ao lado dele, uma garrafa de 2 litros. Fui acordá-lo porque estava dormindo no sol. Joguei a garrafa toda nele e era Thiner!”

Gilson grita: “ela quis me matar! Ahhhhh meus olhos! Tá ardendo, minha pele!” O horário é aproximadamente meio dia! Me percebo atônito, sem saber o que fazer. `Cabelo`, um outro usuário que muitas vezes está cozinhando chega com 4 galões de 20 litros de água e despeja rapidamente em cima de Gilson. Outra mulher começa a passar sabão também na pele de Gilson. Alguém veio com essa informação de que sabão neutralizaria o solvente.

Um verdadeiro caos se instala no meio da rua. Seu Ulysses, um senhor de 58 anos que conversava comigo fica atordoado. Ele grita: “temos que levá-lo ao hospital imediatamente, este tipo de coisa é gravíssimo, ele pode ficar cego!!” Seu Ulysses vai em direção aos guardas da GCM que estão do outro lado da rua, exatamente na frente disso tudo e começa a xingar os policiais falando que isso é omissão de Socorro! O caos se intensifica. Os policiais tentam conter seu Ulysses.

Penso que ficar no sol seria pior, e enquanto a polícia nada faz para ajudar e segue tentando conter seu Ulysses sugiro carregarmos Gilson até a sombra do muro do outro lado da rua. Agentes de saúde da prefeitura enfim se aproximam e trazem mais água. Gilson está mais calmo, sentado no chão, na sombra, menos ofegante e ainda esfregando os olhos extremamente vermelhos. “Meus olhos ainda ardem muito...”. Enfim, a gritaria diminui.

Consigo me aproximar e sento ao lado de Gilson. Ouço ele um pouco e Ele diz estar bem e não quer ir ao médico. Quer ficar ali mesmo, diz estar bem. Consigo informá-lo da importância de ele ir ao médico passar por uma avaliação, tanto e pelos olhos, pois existe um risco de agredir a visão, ou pelo risco caso tenha engolido thinner. Ele diz que realmente ingeriu um pouco e entende que a avaliação é importante. Decide me acompanhar ao médico. Eu e uma agente de saúde do programa Recomeço o ajudamos a andar até o SAE Campos Elíseos (Serviço de assistência especializada DST/HIV/Aids) na Al. Cleveland, a uma quadra dali. Ele está cambaleando, fraco, abalado e com a visão prejudicada.... Neste trajeto me conta que não é a primeira vez que a moça tenta matá-lo. “Agora estou esperto, ela vai se ver comigo”. Sinto um tom de vingança, digo que entendo sua raiva, e que neste momento precisa se preocupar em se cuidar, atravessar este momento. Ele é acolhido no SAE e levado para a Unidade básica de saúde para avaliação. Fico pensando na ideia de vulnerabilidade e risco. Bastou se permitir descansar um pouco que no fechar dos olhos acordou nesta situação, fritando no sol em um banho de thinner. Tudo parece possível de acontecer no ‘fluxo’ da cracolândia.

Meses depois vejo Gilson com a perna quebrada. Foi atropelado por um carro enquanto andava de mobilete. Onde? No mesmo lugar, ali na Cleveland com Helvetia.

Lembramos juntos do episódio do thinner: Gilson olha para mim e diz: “Caramba, aquele dia eu fui salvo né!?” (Diário de campo – 11 de setembro de 2014 – 11:00 as 14:00).



Figura 15. O desespero de Gilson dormindo. Desenho Por Rafael Trabasso 'Dedos'.

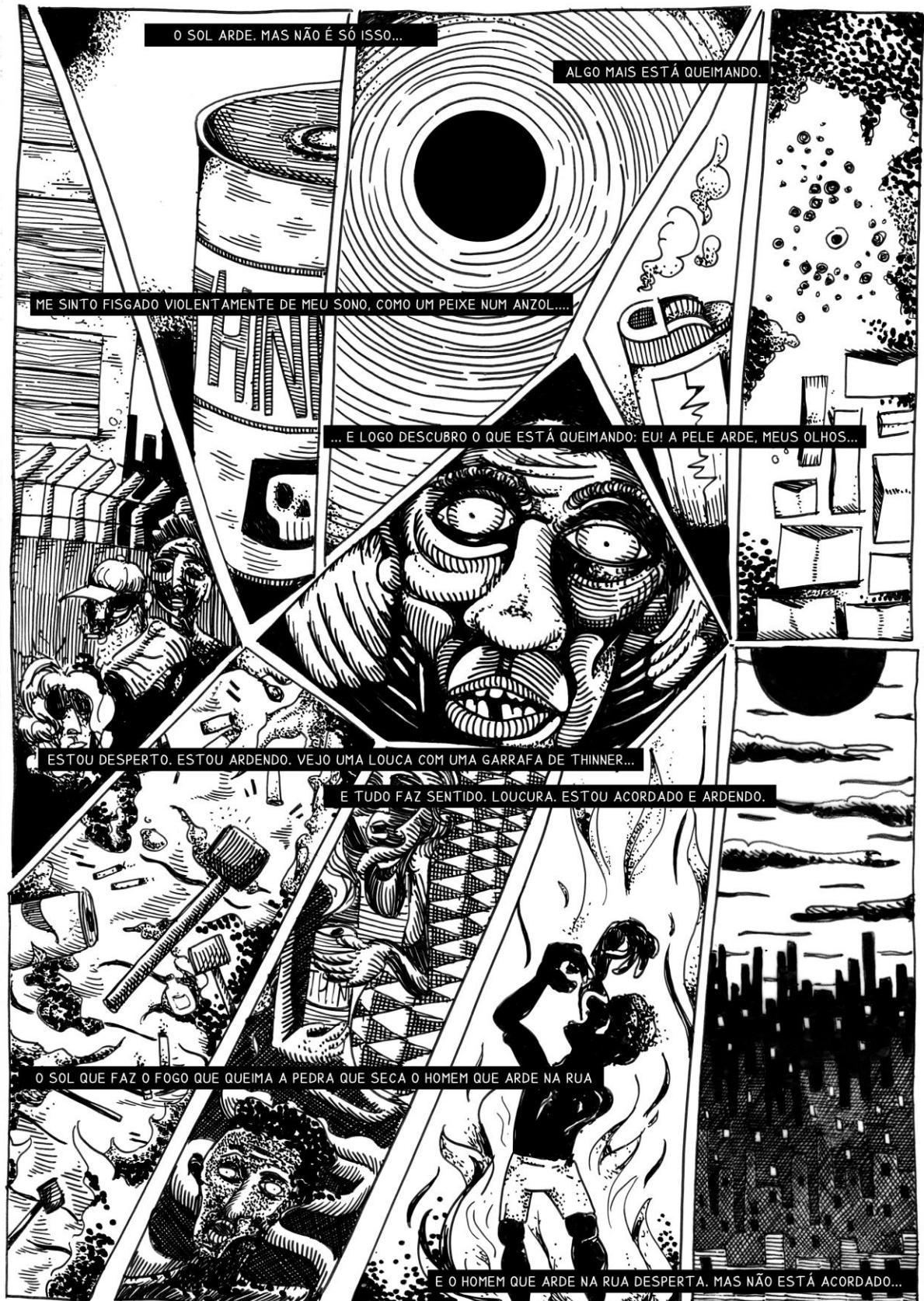


Figura 16. O desespero de Gilson acordado. Desenho Por Rafael Trabasso 'Dedos'.



Busco nessa reflexão mostrar experiências empíricas de que a percepção de risco varia entre pessoas e grupos. Os resultados, ou consequências, de determinada ação podem ser “a princípio, positivos ou negativos, dependendo então dos valores que as pessoas associam a eles” (Renn, 2008 p. 02). Inevitavelmente, viver implica correr riscos, e as percepções pessoais fazem emergir as reais preocupações das pessoas, incluindo detalhes do cotidiano que as análises técnicas de risco geralmente não se atentam. Seguindo esta linha, Funtowicz e Ravetz colocam que “o conhecimento das condições locais ajuda a determinar que dados são consistentes e relevantes e também a definir os problemas que devem ser alvo das políticas” (Funtowicz e Ravetz, 1997 p. 229).

Em estudo sobre uso de crack entre universitários nos Estados Unidos, Curtis Jackson-Jacobs aponta a importância de relativizarmos a noção de drogas ‘leves’ e ‘pesadas’, e amplia esta categorização para contextos que podem ser ‘leves’ ou ‘pesados’. Neste estudo, os problemas e riscos relacionados ao uso de crack é bastante diferente dos experienciados por grupos que estão excluídos socialmente. Segundo Jacobs, “os problemas associados ao uso de crack moldam e também são moldados pelo contexto” (Jacobs, 2004 p.850). A relação entre o uso de crack e risco no contexto da crackolândia está associada aos também pela experiência subjetiva do uso de crack, que em determinados contextos atribuem efeitos e consequências adicionais (Jacobs, 2004). Esta gama de dificuldades estruturalmente distribuídas pelo modo de vida na crackolândia enredam os efeitos do uso de crack e os efeitos da marginalidade.

Trago reflexões que apresentam variados modos de existência explicitando lacunas e terreno fértil para investigações nas Ciências Sociais com interface na área da Saúde. Dentro de parâmetros em que os riscos são incalculáveis, invisíveis e impossíveis de serem compensados e controlados (Beck, 1992), que forças atuam na construção da noção de risco na crackolândia? Quais percepções então deveriam ser utilizadas para decisões que dialoguem com a proteção das pessoas?

Por fim, sugiro a importância da ampliação do termo Redução de Danos (RD) para Redução de Riscos e Danos (RRD), pois estar em risco é um fenômeno “multidimensional que não pode ser reduzido a um produto de probabilidades e consequências” (Renn, 2008 p. 21) e principalmente no terreno estigmatizado do mundo das drogas, devemos “ficar atentos à necessidade de superar as correspondentes perspectivas moralizantes de pressupostos preventivistas capazes de atingir as raias da intolerância e da opressão” (Castiel et al, 2010 p. 08).

## 2.5. Resistência: “cuidado para não cortar o galho em que se está sentado”

*Tem certos dias  
Em que eu penso em minha gente  
E sinto assim  
Todo o meu peito se apertar*

*Porque parece  
Que acontece de repente  
Como um desejo de eu viver  
Sem me notar*

*Igual a tudo  
Quando eu passo no subúrbio  
Eu muito bem  
Vindo de trem de algum lugar*

*E aí me dá  
Como uma inveja dessa gente  
Que vai em frente  
Sem nem ter com quem contar*  
(Música gente humilde - Chico Buarque).

A antropóloga Maria Epele destaca que processos de expulsão econômica, política, social e até territorial, “participam de modo indissociável e indiscriminado na produção de mal-estares, enfermidades e inclusive a morte em determinadas populações” (Epele, 2010 p.46). Ao retomarmos o conteúdo do capítulo anterior sobre as práticas políticas na cracolândia, me parece natural considerar o desenvolvimento de formas cotidianas de resistência frente aos excessos da repressão policial e o descompasso das demais políticas. O cientista político James Scott propõe um referencial teórico-metodológico que nos auxilia a compreender estas práticas. Segundo Scott, tais práticas “refletem as condições e limitações sob as quais elas se geraram” (Scott, 2002 p. 16) e dentro do ‘campo de forças’ (Adorno e Raupp), no epicentro do conflito, os enfrentamentos acontecem em um terreno diferente. Além de estratégias pontuais como o desencapamento de fios do poste de luz para carregar celulares, caixas de som e outros eletrônicos, a principal estratégia de resistência adotada parece ser a permanência.

Frugoli trabalha a cracolândia como um espaço de ‘territorialidade itinerante’, “que significa situá-la numa certa área urbana, mas sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas” (Frugoli, 2010, p.03). Durante um dos muitos episódios de repressão policial, conversei com algumas pessoas que fazem uso de crack sobre a possibilidade de se organizarem e atuarem em alguma resistência

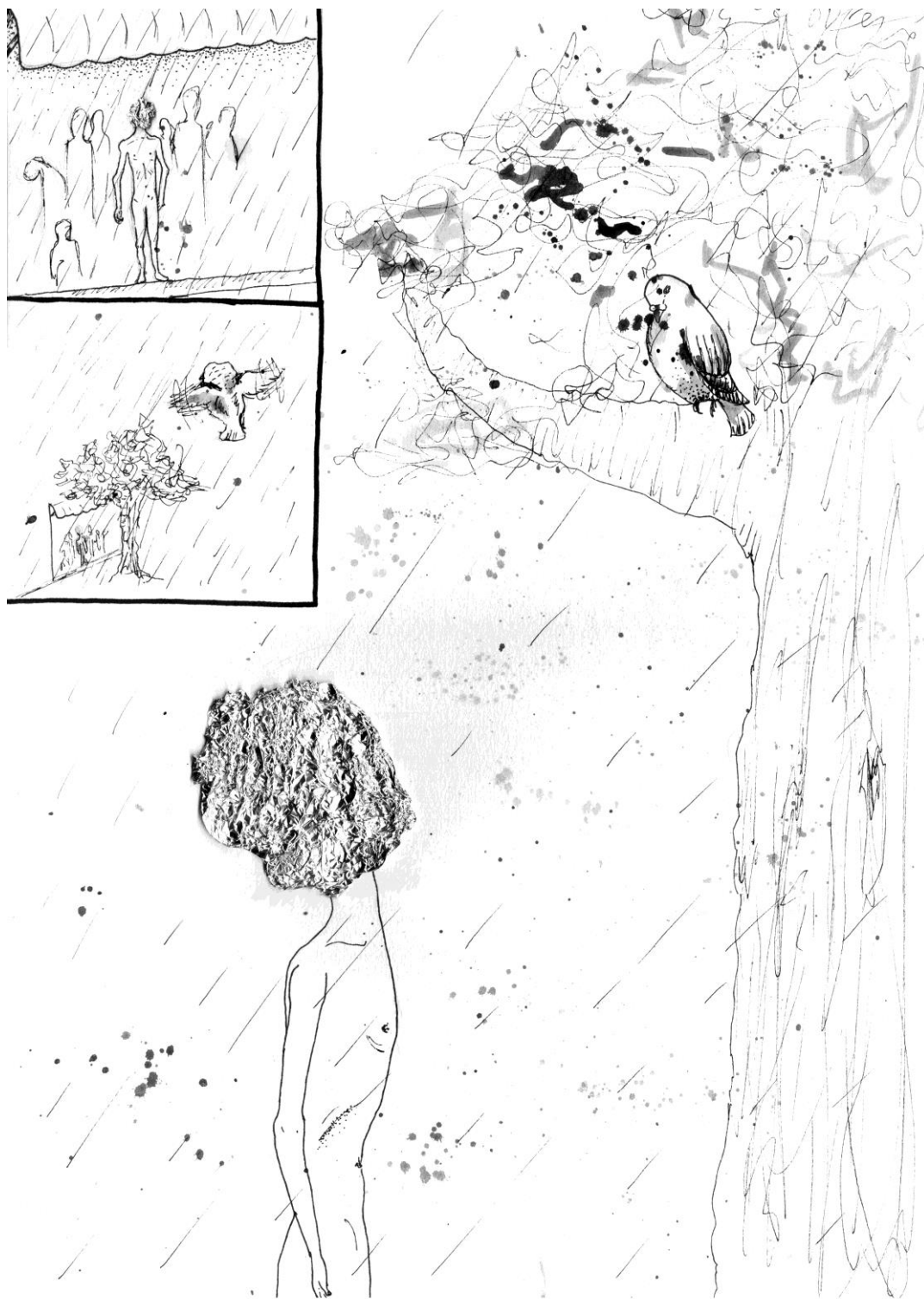
política, como passeatas, protestos, algum tipo de enfrentamento e etc. A resposta foi óbvia: “somos o lado mais fraco, eles vêm com armas, escudos, carros, motos, cavalos e até Helicópteros! ”. Sendo assim, de forma relativamente silenciosa, a dinâmica do crack persiste neste espaço urbano já por mais de 2 décadas. Sem uma organização formalizada, é perceptível um processo coletivo no esforço pela perpetuação desta dinâmica. “Este lugar sem a gente não existe” foi outro discurso ouvido durante intervenções da segurança pública em 2009.

A observação de Scott sobre as formas de resistência camponesa em um vilarejo produtor de arroz na Malásia dialoga com a nossa temática, pois “o que falta em termos de coordenação central é compensado pela flexibilidade e persistência. Essas formas de resistência podem não ganhar batalhas premeditadas, mas são admiravelmente eficientes em campanhas de confronto de longo prazo” (Scott, 2002 p. 28). Apesar de constantes atomizações nos últimos anos provocadas por inúmeras intervenções oficiais e extraoficiais, a dinâmica rapidamente se reconstitui. Em um constante processo de negociação das relações e dos limites perimetrais e subjetivos, uma das únicas opções disponíveis é permanecer. Scott ressalta a importância em compreender que “qualquer definição de resistência requer alguma referência à intenção dos atores” (Scott, 2002 p. 27). Em determinado momento de uma saída a campo Luis me diz: “aqui vem gente buscando de tudo, fazer fita, corre, procurar alguém, se esconder, acertar as contas, se proteger, conversar, se acolher, ser aceito, se aceitar e etc... aqui é de fio à pavio”.

Segundo relato de campo:

A chuva aperta bastante e voltamos para o bar na esquina da Cleveland com Helvetia. Muitas pessoas, inclusive pessoas do fluxo (que usam crack) entram no bar para se proteger. Uma chuva muito forte com vento insano. Acaba a energia elétrica e no escuro vejo que a chuva invade o interior do bar. Do lado de fora vejo um pássaro que voa na chuva se esforçando para não ser levado pelo vento. Com esforço ele pousa no galho de uma das poucas árvores do bulevar da Cleveland.

Ao meu lado, dentro do bar, um homem também se abriga da chuva. Negro, alto, magro e com os cabelos enrolados. Sei que já o vi por ali algumas vezes entre as pessoas que fazem uso, provavelmente também usa crack. Ele se aproxima de mim e inicia a conversa com um argumento curioso.



*Figura 17. O encontro. Desenho por Vanessa Pens.*

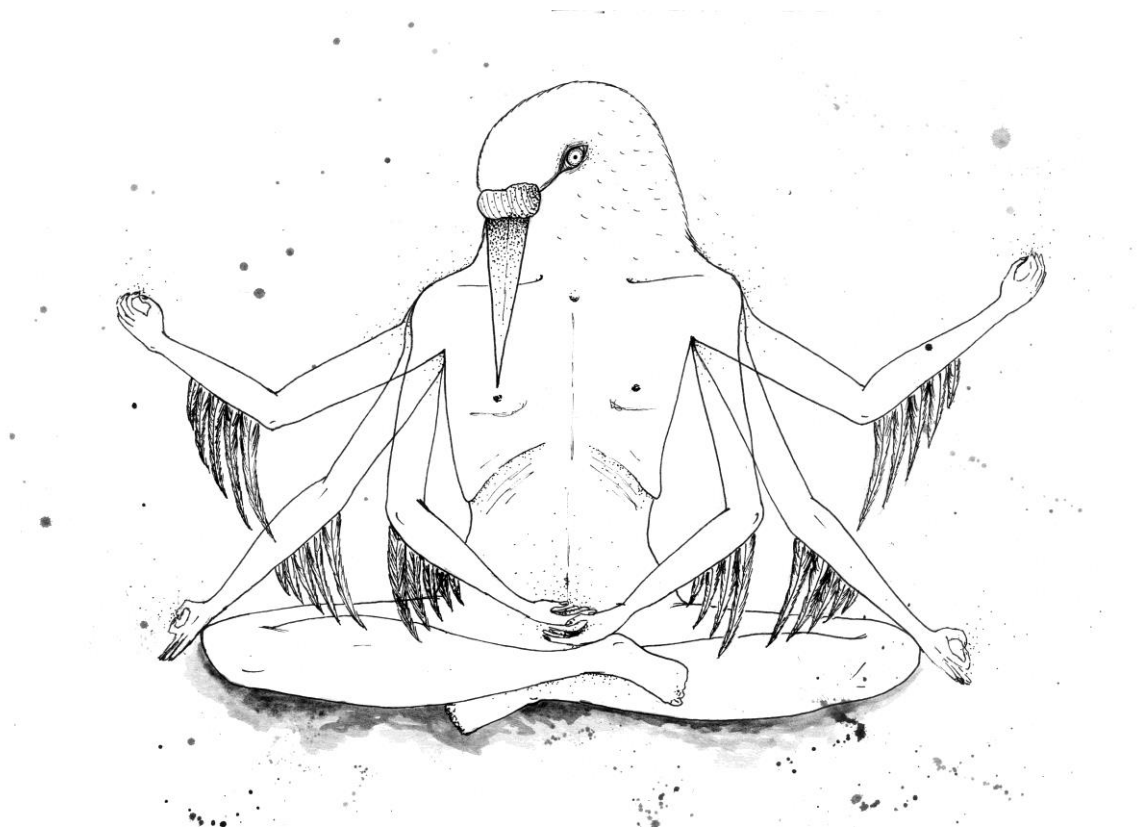
Comenta sobre a dificuldade dos pássaros em um tempo como esse, pois ficam molhados e sem ter para onde ir, sem ter um lugar para ficar. “*Imagina! O mundo caindo em volta dele e ele fica ali, firme!*” Acrescenta que os pássaros têm uma proteção nas penas que não deixam

a água entrar até a pele, uma proteção natural. Mas com esse vento, ele diz: “*devem estar todos molhados*” (diário de campo – 07 de junho de 2011).



*Figura 18. O contato. Desenho por Vanessa Pens.*

Vejo esta cena do pássaro como uma metáfora interessante para ilustrar o modo de vida na cracolândia. A resistência pelo território e a resiliência, assim como o pássaro, de histórias de vida que se misturam em situações de extrema vulnerabilidade. Neste cenário, se apresenta justificável o interesse pela preservação do território por seus atores sociais. A resistência que se concretiza pela existência cotidiana, como uma atitude política limite, em que a resistência se expressa por um saudável interesse em sobreviver.



*Figura 19. Resistência humana e espacial. Desenho por Vanessa Pens.*

## **2.6. Sobrevivência criativa: fluxos da vida**

O termo ‘sobrevivência criativa’ surgiu de uma conversa com um nativo dentro do ‘fluxo’. Como eu estava acompanhando um carroceiro com um olhar para além do uso do crack, ele comentou que ali “muita gente não vive de roubo! Tem muita sobrevivência criativa”. Uma delas é a de Luis.

Conheço Luís desde 2011 quando participei de uma pesquisa etnográfica vinculada à Faculdade de Saúde Pública – USP. Luis foi fundamental para a construção de alternativas mais seguras para uso de crack e sempre me mostrou suas criações de

diferentes modelos de cachimbos<sup>62</sup>. Desde então Luis já comentava sobre sua prática como carroceiro.

No período que aluguei o quarto na pensão “Café Alhambra”, pude estreitar nossa relação, o que me deu abertura para entender melhor sua prática e sua relação com a carroça e a cidade. Luis se interessou pela proposta deste estudo e me convidou para acompanhá-lo em uma de suas “descidas para o Bom Retiro”. Depois de um breve histórico de vida de Luis, vou debruçar-me na prática do carroceiro e sua íntima e produtiva relação com a cidade.

Luiz tem 45 anos e é natural da zona sul de São Paulo. Cresceu no Guarujá (SP) e depois quando adulto se mudou para Vargem Grande Paulista, próximo à Cotia, SP. Seu primeiro trabalho foi de vendedor de drinks e frutos do mar com um carrinho na praia. Depois, atuou como auxiliar de enfermagem por 10 anos em um hospital no Hospital Santo Amaro no Guarujá. Posteriormente foi funcionário concursado pela Sabesp, período no qual considera que sua vida teve uma reviravolta. Isto porque contraiu leptospirose e dengue simultaneamente. Ficou internado e o prognóstico não era bom.

Ele diz que sua ex-mulher o considerou morto, retirou o nome de Luiz da conta conjunta que possuíam e fugiu. Com ela foram 67 mil reais.

Luiz questiona indignado, “como o juiz autoriza a retirada do meu nome se não apresentaram atestado de óbito. A conta é minha, como podem me tirar da minha própria conta?”



Figura 20. Luis. Desenho por Marcelo Maffei.

Ele queria vingança e, após sair do hospital, ficou uma semana atrás dela. Nada aconteceu. “Devem ter avisado ela lá que eu estava atrás dela. Nunca mais a vi”. Um pouco depois descobriu que ela estava no Recife. Foi neste momento que se aproximou mais do uso de crack. “Passei a fumar mais crack e comecei a ficar na rua”.

Luiz comenta que possui pouco contato com alguns familiares que estão no Guarujá, mas desde a morte de seu irmão não faz mais contato com eles. Segundo Luis, “Eu mesmo escolhi me afastar”.

---

<sup>62</sup> Ver capítulo 3.

Desde então vive na rua na região da Luz e atua como carroceiro no Bom Retiro. Mesmo antes de ficar doente já realizava o trabalho com a carroça. Iniciou após ter sofrido um acidente de moto e ficar afastado do trabalho na Sabesp por um bom tempo. Segundo Luis, “além de o INSS ter vindo mais baixo, o tempo de afastamento foi maior que o esperado”. Saídas com a carroça foram uma forma de complementar a renda. Mesmo quando conseguiu comprar um carro andava com a carroça para reciclagem no portamalas. Em certo momento Luis olha bem para mim e diz:

Hoje a reciclagem é minha vida. Não largo isso. Não dependo de ninguém e não quero depender de alguém. É engraçado, as pessoas leigas acham que não fazemos mais nada. Eu faço o meu corre. Pode ser de graça, mas eu que fui atrás e consegui. (Relato de campo – Luis, 08/07/2014).



*Figura 21. Luis e a carroça. Desenho por Marcelo Maffei.*



## A carroça e a cidade

No ‘fluxo’, existem carroças de diversos tamanhos e modelos, em um mesmo momento pude ver mais de 15 carroças por ali. Quando me convidou para fazer o trabalho de coleta, Luiz me alertou que o trabalho começa cedo. Nós marcamos de nos encontrar em uma quarta-feira, dia 2 de julho. Chego pela Alameda Cleveland exatamente as 6:00 da manhã como ele tinha orientado.

Ainda estava escuro e, após algumas tragadas de Luis, seguimos em direção ao Bom Retiro para buscar sua carroça que estava estacionada na rua Júlio Conceição. É uma carroça grande de madeira, comprada pronta por R\$ 250,00. O mercado de compra e venda de carroças me surpreendeu. Me senti apreensivo e animado, pois não tinha nenhum conhecimento sobre carroças e o trabalho do carroceiro, mas estava disposto a colaborar.

O Bom Retiro é vizinho ao bairro da Luz. Um local essencialmente comercial composto por muitas lojas e fábricas de tecidos, máquinas, roupas e outros materiais para costura. Novamente a categoria de *mancha* proposta por Magnani (2012) pode ser citada, já que é uma área contígua de comércio têxtil com equipamentos que fortalecem e caracterizam esta prática dominante.

Saindo do ‘fluxo’ pela Alameda Cleveland, viramos à direita e passamos embaixo da linha de trem da CPTM. Esta passagem é um dos poucos acessos entre os dois bairros divididos pela fronteira linha férrea. Praticamente um *pórtico*<sup>63</sup> que separa a Luz do Bom Retiro. Uma ligação que viabiliza conexões entre essas duas respectivas *manchas* urbanas, a do comércio informal, ilícito e uso de crack e a do comércio têxtil formalizado.

Muitos dos proprietários são coreanos e contratam mão de obra barata boliviana e paraguaia. Uma comunidade israelita também está presente com uma sinagoga e alguns colégios onde se separam meninos e meninas. Outros estabelecimentos também denunciam o bairro como um local que acolhe pessoas de fora. Luiz escolheu o Bom Retiro porque antes tinham poucos carroceiros por ali, hoje chegam a mais de trinta. Além disso, as lojas e fábricas descartam bons materiais para reciclagem, como os tubos de papelão que servem como suporte para enrolar os tecidos.

No bairro, cada carroceiro tem seu ‘ponto’ que é geralmente caracterizado por algumas quadras em determinada rua. A rua Anhaia é o ‘ponto do Luis’, que foi negociado com outros carroceiros por R\$ 600,00. Apesar desta inesperada regulação logo no início do percurso, a disputa por material é grande e com frequência gera conflitos.

Não é raro o ‘dono do ponto’ ter que se impor por meio de ameaças e certas vezes agressões para preservar seu ‘ponto’ e sua carroça. Luis comenta sobre um rapaz que roubou uma carroça inteira na região da Armênia e que ele não pode mais aparecer lá. Pergunto se iriam dar uma surra nele. A resposta é: “Surra nada, é matar mesmo! Sabe por

---

<sup>63</sup> Segundo Magnani (2012), o *pórtico* “trata-se de espaços, marcos ou vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem a mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá”.

quê? Porque esse tipo de gente se você dá uma surra eles chamam a polícia. Tem que matar mesmo. Ele não pode aparecer ali! ”.

Durante toda a manhã de reciclagem Luiz me explicou cada processo, passo a passo. São enriquecedores o conhecimento e as estratégias que ele desenvolve para conseguir uma boa quantidade de material e obter retorno satisfatório na venda do material para o ferro-velho. A logística é clara. Todo material deve ser recolhido antes das 7h30. Neste horário passa o caminhão de lixo da prefeitura que recolhe tudo que os lojistas colocaram nas calçadas antes de abrirem o comércio.

A carroça é deslocada para a rua Anhaia, o ‘ponto de Luiz’. A partir das 06h30, horário que começam a chegar os primeiros lojistas, passamos em diversos estabelecimentos indo e voltando muitas vezes pela rua Anhaia, acompanhando o ritmo de abertura de cada loja, que é muito bem conhecido por Luiz. Os melhores dias são as sextas, segundas-feiras e dias antes de feriados. Os materiais colocados nas calçadas pelos lojistas são variados: papelão, tubos de papelão (base para o tecido), plástico em geral, alumínio, ferro, sobras de tecidos e lixo orgânico. Luis se dedica ao plástico e papelão, mas existem outros carroceiros que coletam outros materiais.

A carroça permanece estacionada em frente a um imóvel para alugar. “Deixo ela aqui mesmo porque tá pra alugar, aí não vai atrapalhar ninguém”. A coleta é feita a pé e os materiais são jogados em volta e em cima da carroça para separação e organização posteriores.

Quando questionado se ninguém pegaria o material amontoado ao lado da carroça, Luiz responde: “aí o pessoal tem que tá muito maluco! Ninguém mexe não. Pode largar aí”. Novamente o tom de disputa pelos materiais. Mesmo com o respeito pautado pelos arranjos dos ‘pontos’ de cada carroceiro, parece existir a possibilidade de “algum ‘frango’ vim e pegar as suas coisas”.

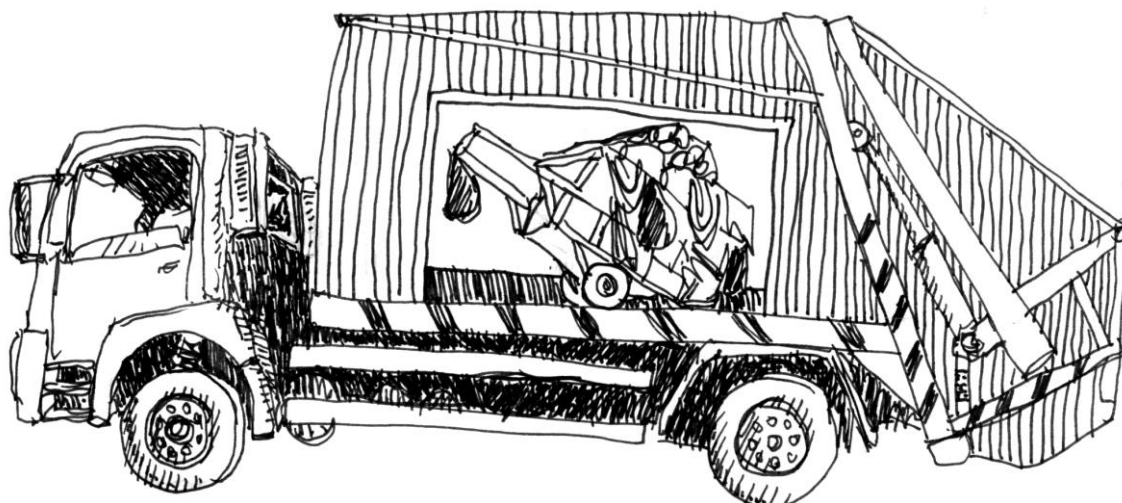
### **Coleta, Separação e venda do material**

A coleta do lixo tem suas técnicas. Para saber se é lixo orgânico ou tecido basta levantar o saco e sentir o peso. Os muito pesados são descartados pois provavelmente contêm sobras de tecido e lixo orgânico. Para acessar algum plástico misturado em outros materiais, Luiz faz um furo com o dedo no saco e puxa somente o plástico, sem necessidade de abrir o lixo. Se estiver muito sujo de lixo orgânico a orientação é não mexer. Foi quase uma hora de coleta em mais de vinte lojas na rua Anhaia e intersecção com a rua Júlio Conceição.



*Figura 22. Dedos Luis.  
Desenho por Marcelo Maffei.*

Às 07h45 passou o caminhão da Prefeitura. Luiz comenta que “quando eles demoram um pouco é porque tem mais lixo para recolher. “Aí ganhamos um tempo”. O caminhão passa por nós, Luis cumprimenta o motorista e grita dando risada: “lá vem vocês acabar com a nossa festa! ”.



*Figura 23. O fim da festa! Desenho por Marcelo Maffei.*

Esta leitura da chegada dos lojistas às lojas e do momento de retirada do lixo pelo caminhão é muito bem realizada nesta corrida contra o tempo. Uma percepção determinante para a coleta de uma maior quantidade de material. Luiz realiza este trabalho, em média, cinco dias por semana, por vezes de manhã e à tarde.

Após o caminhão da Prefeitura “acabar com a festa”, o trabalho é feito ao lado da carroça. É necessário separar os diferentes tipos de plásticos e o papelão, além de selecionar (fazer a limpeza) de alguns sacos de lixo coletados que haviam material reciclável misturado a outras coisas.

O preço de venda do plástico é 20 ou 25 centavos o quilo. Segundo Luis, “o alumínio vale mais, mas para conseguir juntar as 68 latinhas que formam o quilo é muito mais difícil. Tem que pegar uma por uma. Os outros materiais as lojas deixam pra fora já em bastante quantidade, e tem mais por aí também. Muito plástico, papelão e as vezes ferro”.

Como estava garoando, Luiz conta que a chuva é um ótimo negócio para os carroceiros: “como o papelão fica molhado, eles descontam 20% do valor total na hora da venda, mas mesmo assim acabamos tirando mais do que o desconto que fazem. Já percebi que com o mesmo volume de material já ganhei mais em um dia de chuva! ”.

São quatro tipos diferentes de plástico, porém Luiz trabalha com o ‘duro’, o ‘colorido’ e o ‘canela’, pois estes são feitos de material mais grosso e mais pesado. Já o plástico ‘PP’ é fino demais, muito leve e não vale à pena.

Cada tipo de plástico foi separado em um saco diferente e amarrado em volta da carroça. As caixas de papelão foram todas desmontadas e colocadas uma sobre a outra em cima da carroça. Os tubos de papelão ficam atravessados na frente, próximo a Luis. Tudo é amarrado com sobras de tecidos encontradas no lixo e amarrados um ao outro formando uma longa corda. A quantidade de material me impressionou e todo este processo de separação durou aproximadamente uma hora.

A venda é realizada em diferentes ferros-velhos conforme o trajeto da coleta. Este pode mudar de acordo com o dia da semana e dos contatos e parcerias negociadas por Luiz. Nas duas ocasiões que o acompanhei vendemos o material em locais diferentes. No primeiro dia, 2 de julho de 2014, foram 119 quilos de material (plástico, papelão e ferro) vendidos, totalizando 37 reais em um turno de 4 horas. Na segunda oportunidade, 11 de julho, foram 117 quilos de papelão, rendendo 34 reais. Nas duas ocasiões Luis deixou um pouco de material na carroça sem vender, pois, “é sempre bom ter um pouco, quando estou na seca vendo e consigo uma merreca”.

O roteiro de Luiz inicia na saída do ‘fluxo’, e a partir da troca de experiências, vivências e emoções entre o ‘fluxo’, e outros espaços e dinâmicas da cidade, o *trajeto* “revela um mapa de deslocamentos pontuados por contatos significativos em contextos variados” (Magnani 2012: 267).

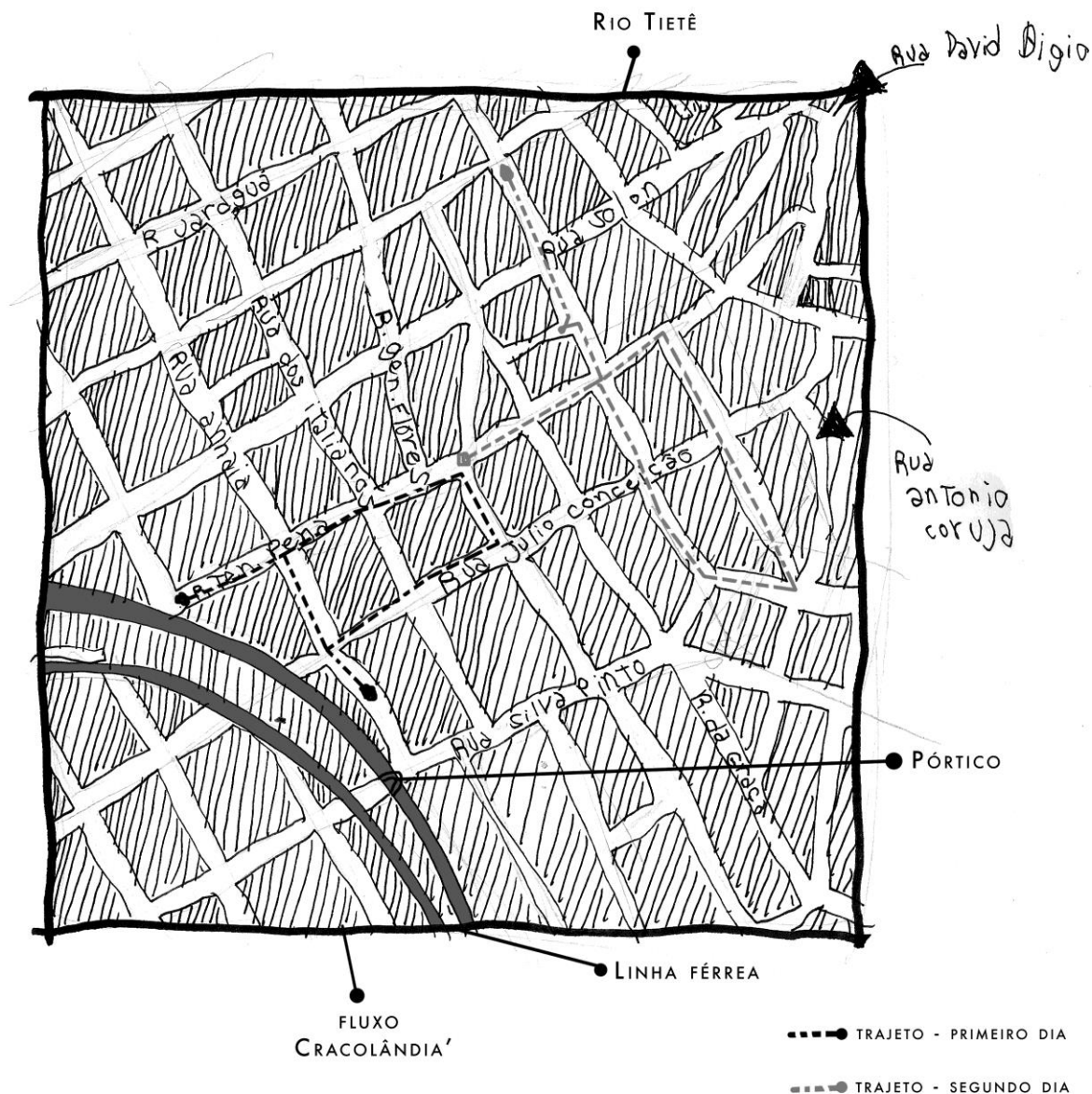


Figura 24. Mapa dos trajetos de Luis pelo Bom Retiro. Desenho por Marcelo Maffei.

Em outra situação em campo, o objetivo foi extrair cobre de reatores de luz. Como escrevi em diário:

Estamos na borda do fluxo, quase no meio da rua Cleveland, Eu Luis, Vilma e Roberto. Os reatores são peças grandes. A estratégia é joga-lo com muita força na rua diversas vezes até ele começar a rachar e abrir. Quando se abre, tira-se uma peça com diversas placas de ferro onde o cobre fica preso e enrolado. Esse é o produto principal, o cobre. Com qualquer outra peça grande e pesada de ferro, como um bastão, a

estratégia é usa-la como um martelo. Luis bate com força nas placas de ferro até elas começarem a sair pelo outro lado. Depois bate na lateral, até conseguir tirar todas as placas. Atividade trabalhosa e exige força! Demoro para entender o processo, enquanto Luis faz isso muito rápido. Ele enfatiza que tem que ser feito assim, se feita de outra forma leva muito tempo para extrair o cobre. Pessoas bebem cachaça e fumam ao nosso redor, Luis não. Vilma fuma um pouco e oferece. Digo que não, ela guarda logo o cachimbo porque sabe que tem que fazer o trabalho. Vilma recolhe e separa o ferro, eu e Luis o cobre. Roberto, ao nosso redor, varre de um lado para outro e parece tentar manter o ambiente relativamente limpo. Parece gastar a loucura. Todos nós guardamos nossas coisas juntos embaixo da carroça. Foram mais de 3 horas junto com eles nessa atividade. Desmontamos 7 reatores grandes e Luis me diz que coletamos mais ou menos 4 kg de cobre. O preço de venda é 8 ou 9 reais o quilo. Me senti realmente dentro do contexto atuando como um nativo. Estávamos próximos, trabalhando e senti cumplicidade ali. Nunca tinha sentido isso tão forte antes. Parece que cada vez mais sou menos estrangeiro (diário de campo – 29 de novembro 2014).

## **Sociabilidades**

Luiz possui boa relação com muitos comerciantes. No trajeto, Luiz aciona uma extensa rede de contatos para alimentação, trabalho, cuidado, comércio, doações, higiene pessoal e informação. Em muitos bares ganha café, salgados e cigarros e, como é hipoglicêmico, garante também a doação de doces. Alguns o chamam especificamente para a coleta de determinados materiais. Depois de uma rápida conversa com um lojista naquela manhã, Luiz comenta, “estou fazendo a cabeça dele para eu limpar ali aquele salão. Você viu como estava sujo! Eu deixo tudo limpo e eles me dão uma moeda”.

Todos parecem gostar de Luiz, o tratam bem e são simpáticos. Luiz, do seu modo, chama todos de “patrão” ou “patroa”, “...eu sempre trato com respeito, brinco e etc, mas não passo nenhum limite”. Quando ganha café e salgados prefere não entrar nos estabelecimentos, pois “os clientes podem achar que eu vou entrar para pedir dinheiro, aí não pega bem. Mas eu sou amigo dos donos. Espero aqui do lado e eles trazem para mim”. O respeito é reconhecido pelos comerciantes. Uma das ‘patroas’ comprou uma bola feita de cipó que Luis encontrou no lixo. Ela pagou R\$ 10,00 e diz que vai usar como enfeite. Luiz depois me explica que ela sempre arruma algum motivo para lhe dar algum dinheiro.

Após a coleta, enquanto separávamos o lixo, um carro importado encosta ao nosso lado e o motorista chamou Luiz. O solicitou para tirar umas madeiras de dentro de seu imóvel. Luis explica que estamos ocupados e que a carroça está cheia, mas que poderíamos ir mais tarde. O rapaz insiste. Luis diz que não. Quando o rapaz desiste e vai

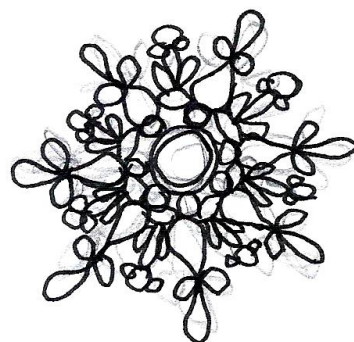
embora, Luis explica, “temos que dizer não também, senão os caras vão montando em cima. É preciso valorizar o trabalho”.

Em uma das saídas, Luiz encosta em uma determinada fábrica na Rua Doutor Leonardo e assobia alto. No terceiro andar de um galpão uma pequena janela se abre e um rapaz faz o sinal de joia e diz “ tá descendo! ”. Neste local, coletamos uma grande quantidade de material, principalmente tubos de papelão, porém este contato acontece somente quinzenalmente. Luiz havia comentado desta fábrica como um ponto importante de coleta. Quando questiono como articulou toda essa rede de contatos, Luis diz “com o tempo a gente vai conhecendo o pessoal, observando e conversando. Tudo vai sendo construído e foi se encaixando”.

Dos 37 reais arrecadados no primeiro dia Luiz me deu 10 reais e disse:

Esta é a sua parte, fez o trabalho junto comigo e tem que levar a sua parte. Você deve saber que estava colocando a mão até em papel higiênico ali né! É justo você levar a sua parte. Na primeira vez que eu trabalhei com reciclagem com a pessoa com quem aprendi eu tirei R\$ 3,75. Quero que você leve sua parte e quando for gastar lembrar de onde veio esse dinheiro. (Relato de campo – 02/07/2014).

Relutei um pouco e expliquei minha intenção de somente acompanhá-lo no seu dia-a-dia. Como ele insistiu eu aceitei. Entendo que selamos neste ato uma parceria. No segundo dia que o acompanhei, ele me entregou um presente que achou no lixo. Um broche com brilhantes, uma joia bonita.



*Figura 25. Joia. Desenho por Marcelo Maffei.*

Apesar do respeito conquistado na comunidade, alguns conflitos afirmam o preconceito com a população em situação de rua. Luiz conta que certa vez retirou entulho do estacionamento de um coreano. Foram 10 sacos. Quando terminou, disse ao proprietário: “e aí patrão, não vai liberar o café pra gente?” O proprietário foi irônico: “eu disse que precisava de ajuda, não disse que ia pagar”. Luis indignado conta, “comecei a espalhar o entulho todo! Foram 2 sacos bem na entrada. Enquanto pegava o terceiro apareceu a nota de 50 reais!”

Outro episódio marcante aconteceu com um ônibus de transporte público, que bateu em sua carroça e o arrastou por diversos metros na rua. Segundo Luis:

O ônibus não parou e foi embora! Só que eu sei onde fica a garagem. Fui até lá e reclamei com o encarregado. Mostrei inclusive a marca da carroça no ônibus dele ali estacionado! Eles retrucaram e tentaram me tirar dali! Eu saí e voltei com uma barra de ferro e quebrei o para-brisa do ônibus e disse

a eles: quem bate esquece, quem apanha nunca esquece! Quero ver quem teve o maior prejuízo agora! (Luis - relato de campo, 11/07/2014).

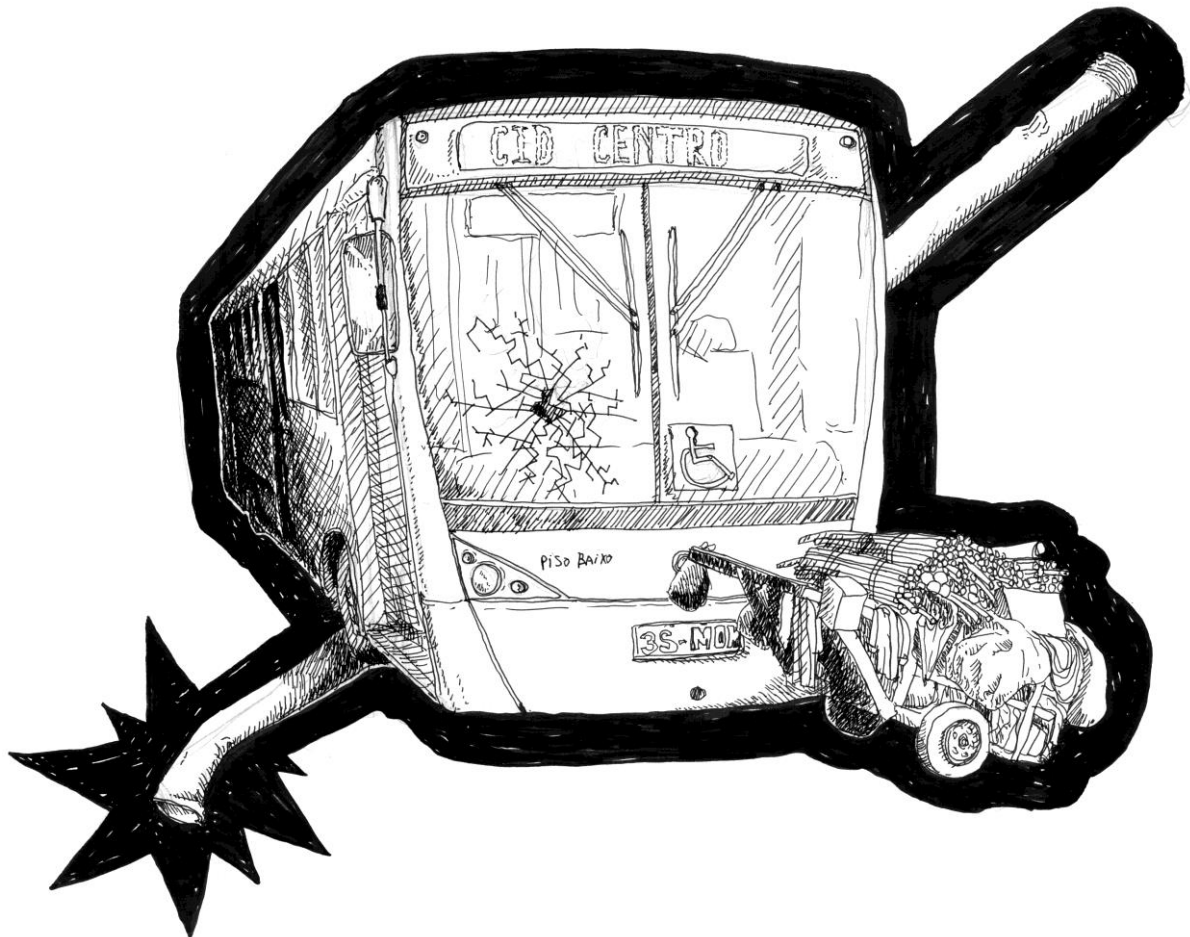


Figura 26. Ônibus com para-brisa quebrado, a carroça e a barra de ferro. Desenho por Marcelo Maffei.

Situações como estas evidenciam o estigma como potente fator de exclusão da população em situação de rua pela sociedade e pelo poder público, assim como pelas práticas informais de sobrevivência como a reciclagem realizada pelos carroceiros.

Como vimos, a segregação social e consequente marginalização nas grandes cidades são produto de um sistema político-econômico que direciona suas atividades para uma economia global desconectada da economia doméstica (Schiffer *in* Haag, 2012). A descrição do espaço e da população local da ‘cracolândia’ aponta aspectos deste movimento que é ilustrado pela trajetória de Luis e sua apropriação de práticas informais como estratégias de manutenção da vida.



Apesar de termos poucos elementos sobre a trajetória de Luis, é perceptível a fragilização de vínculos sociais com o acúmulo de experiências desestruturantes como o acidente, adoecimentos e problemas nas relações pessoais e familiares. Segundo o próprio Luis, estas rupturas fizeram com que aumentasse o padrão de uso de drogas. Esta identificação como ‘usuário de drogas’ pode ter sido o início do caminho em direção a uma vida nas ruas da ‘cracolândia’.

Varanda e Adorno (2004) alertam que a particularidade de experiências individuais, e como cada um reage a elas, não pode ser generalizada para toda a população de rua, porém “não se pode restringir essa trajetória ao universo subjetivo e à individualidade dos processos de fragilização das pessoas” (Varanda, Adorno 2004: 60). A antropóloga Taniele Rui, que também realiza estudos sobre a região, aponta que a atenção para histórias de vida recorrentes é importante porque nos faz problematizar e adicionar um olhar cuidadoso à própria diversidade. Taniele acrescenta:

*Se, de um lado, para entender o que ali se passa, há sim de se apreender as distintas experiências individuais, de outro, há de se investigar aquilo que faz desta uma experiência social. (Rui 2014: 100).*

Portanto, a partir de experiências reais e concretas como a de Luiz podemos avançar e pensar a relação com substâncias psicoativas atrelada a trajetórias de vida e ao contexto onde as emoções e subjetividades são experienciadas.

À margem do mercado formal de trabalho, Luiz fez arranjos competentes para a realização de uma prática marginal que exige certo grau de conhecimento e especialização. Com uma ótima leitura da cidade que localiza contatos e desenha trajetos, Luiz organizadamente vivencia práticas que garantem recursos para seu sustento na rua. Durante a realização da prática de reciclagem, o uso de crack foi apenas um detalhe no modo de expressar-se e relacionar-se com as pessoas e a cidade.

Sendo assim, a noção de incapacidade reconhecida socialmente sobre o usuário de crack (dependente químico) torna-se naturalmente obsoleta. O uso ou abuso de drogas pode ser entendido como elemento da vida cotidiana de algumas pessoas em situação de rua como forma de afirmação e sustentação de uma identidade, como uma “forma de experimentação ou intervenção da própria vida” (Raikhel, Garriott 2013: 28). Uma estratégia que dá sentido ao acúmulo de perdas em um cotidiano de extrema precariedade. Epele (2010) ressalta que nestes contextos de extrema pobreza e vulnerabilidade o uso de drogas pode ser:

*Consumido enquanto uma ação corporal auto-referencial, ação e resposta a outro. Uma ação produtora de ações e emoções para si e para os outros como um modo de expressão e regulação da própria sensação corporal.*

*Um ato soberano de coragem e resistência, mesmo sob a sombra e incerteza da sobrevivência (Epele 2010: 223). (tradução minha)*

Para se pensar uma política orientada para as pessoas em situação de rua, é necessário considerar a segregação desta população na organização espacial e urbana (Varanda e Adorno, 2004), e a partir de aproximações como esta aqui apresentada visar uma melhoria da saúde que se relacione com o modo de vida das pessoas.

Acompanhar o *trajeto* de Luis foi o meio de se aproximar do seu modo de vida e compartilhar seu *circuito de sobrevivência*, entendendo-se estes circuitos como “formas dinâmicas que transitam pelas vias da identidade e da exclusão” (Adorno 1999 in Varanda e Adorno 2004: 94).

As conexões e interações entre a ‘cracolândia’, o Bom Retiro, o centro e a cidade apresentam inúmeras possibilidades de usos do espaço urbano, marcando muitas continuidades com o ritmo da cidade (Rui 2014). Podemos pensar a ‘cracolândia’ como um lugar que acolhe indivíduos com trajetórias de vida em comum, e que a partir de uma eficiente leitura da cidade abrem possibilidades para desenhar e redesenhar trajetos que dão contorno a modos criativos de sobrevivência. Caminhos que podem sim relacionar-se com o uso de drogas, mas este sendo apenas um detalhe na diversidade de negociações possíveis no território e nas vidas que o ocupam.

## **2.5. A várzea dos direitos: rua, bares e carroças**

Conversando com um interlocutor local sobre a oferta de trabalho, renda e moradia que estavam agora acessíveis pelo Programa Braços Abertos, ele surpreendentemente diz: “muito bacana o acesso a todos estes direitos, mas se para ter essas coisas for necessário eu perder o meu direito de ficar aqui na rua eu não quero. Muito obrigado!” Esta fala amplifica as possibilidades de inserção no espaço e agenciamento individual em relação às políticas oferecidas. Colocações como esta podem expressar o sentimento de pessoas que não estão dispostas ou preparadas para se adequar ao escopo de determinadas políticas, e como mencionado acima, podendo se tornar vítimas de maior repressão policial no combate ao tráfico. Situações como esta me colocaram atento à questão da garantia e violação dos direitos no território. Dois meses após a inauguração do programa Braços Abertos, a situação a seguir me chamou bastante a atenção.

Em 13 de março de 2014 a Prefeitura de São Paulo com apoio da GCM realizou uma ação e lacrou três bares na Rua Dino Bueno. Nesta época o fluxo estava concentrado nesta rua, em frente aos bares e ao imóvel do antigo ‘buraco’. Neste dia, um dos comerciantes responsável por dois dos bares, Seu Matias, deu depoimento para o jornal Estado de São Paulo: “É absurdo! Fecharam sem aviso prévio, por causa de um documento só e não deram nenhum prazo para a regularização da situação”. Em conversa comigo acrescentou “é uma falta de respeito vir e fechar o bar assim de um cidadão sem avisar, de um dia para outro, sem dar tempo pra a pessoa se organizar. Isso é um absurdo!”

” Mais uma vez a história se repetia. Os mesmos acontecimentos de 2005 com fechamento e lacramento de imóveis e comércio estava acontecendo novamente 9 anos depois.

Os motivos divulgados para o fechamento dos bares foi um possível envolvimento com o tráfico de drogas, documentação irregular e barulho exacerbado. A prefeitura divulgou que desde 2012 ocorre um processo fiscal para regularização destes imóveis, e que até o momento não havia acontecido. Em conversa com Seu Matias após três meses com os bares fechados, ele explica:

Isso não bate por escrito! Meu bar nunca teve ocorrência de apreensão de droga. Aqui tem música e cachaça no meio da boca, se vendem droga por aqui não é da minha conta, deve acontecer, mas não é o meu bar que está vendendo! Alegaram também a questão do barulho, muita música e gente dançando. Onde tem pinga e música a turma vai dançar mesmo. Estava tendo muita zueira aqui na cracolândia, e eu tenho culpa da cracolândia? Eu não! Eu não tenho que falar nada da cracolândia. Trabalho aqui há 15 anos e as pessoas me conhecem! (Diário de campo, 17/06/2014).

A proprietária de um outro bar que permaneceu aberto na Rua Dino Bueno disse que não fecharam os bares por causa da música, senão teriam fechado o bar dela também. Outra proprietária de um outro estabelecimento argumenta que: “como que eles fecham os bares e usam os imóveis para os hotéis nas mesmas condições, tudo precário, irregular e também sem alvará? ” Comenta que o hotel com 30 quartos ao lado do Bom Prato é um perigo, muito precário e pode pegar fogo a qualquer momento. Nos bastidores comentava-se que os donos dos hotéis não queriam fazer parceria com o município para integrar o programa pois o valor era muito baixo. Como em uma negociação forçada, a estratégia foi que se não aceitassem lacriam os hotéis por irregularidade. Sendo assim, os hotéis que ofereciam uma contrapartida entraram no campo das negociações, já o fechamento dos bares parece ter sido uma estratégia para geograficamente mudar o ‘fluxo’ de lugar. Para um local onde fosse possível conter, observar e controlar. Dali o ‘fluxo’ deslocou e se fixou em frente ao ônibus da GCM, onde permaneceu até maio de 2015.

Na semana do dia 10 de junho de 2014, 97 dias depois do fechamento dos bares que ocorreu em março, começaram os rumores sobre uma possível reabertura. Os comerciantes dos estabelecimentos mostravam-se ansiosos e indignados pela "falta de respeito" com a população, inclusive eles, os comerciantes. Se queixavam do fechamento repentino, e do prejuízo que tiveram com mercadorias e produtos. Seu Matias, baiano de 64 anos, está na cracolândia há 15 e é responsável por dois estabelecimentos comerciais. Explicou em uma tentativa de entrevista que eu e Bruno Rico realizamos para possível visibilidade no site do É de Lei:

Aconteceu em uma segunda-feira, em um dia normal. Chegaram umas 9:40 e quando era 10:15 já estava fechando tudo! Não apresentaram uma justificativa por escrito. O motivo que diziam na hora era ordem da prefeitura fechar. Eu acho que não podiam vim e fechar, tinham que notificar, e não lacrar com as mercadorias de estragar tudo dentro. Perdi 9 a

10 mil reais em mercadoria! Nem pude me planejar! Fiquei sabendo na hora, chegaram e meteram bloco. Vieram 2 fiscais da prefeitura com mais uns 30 guardas da guarda civil metropolitana. Pô, parece que tava pegando bandido! Chegaram com um documento que dizia que tinha ordem da prefeitura para lacrar, sem um motivo escrito. Os Imóveis são alugados, os dois dá 2.300 reais. Tem que pagar água, Luz, gás, IPTU. Pago aluguel, tem empresa aberta, tem tudo. Tive que vender umas coisas para pagar as conta. Perdi mercadorias como carne, leite, pão, bebida pois a geladeira desligou e estragou tudo.

Foram 90 dias brigando, se nós não chama o prefeito aqui pra mandar abrir, os engenheiros e fiscal não fazia nada. A gente trouxe ele (prefeito) até aqui, explicou a realidade e ele deu a solução de em 10 dias ele mesmo mandava abrir. E foi o que aconteceu. Agora abriu, mas tive que tirar as máquinas de som e funcionar das 6:00 as 22:00. Não pode ter mais música. Impuseram isso. Não pode ter porque atrapalha a nova base da polícia (Largo Coração de Jesus). A música atrapalha o rádio de comunicação. Isso não estava em nenhum documento, mas foi dito pelos policiais.

Agora tem os custos para abrir o bar também. Limpeza, pintura, extintor e etc. Tudo isso é dinheiro, tinta é dinheiro, extintor, tudo! Nada é de graça. ” Quando fecharam me senti um trabalhador derrotado, porque acho que tinham que mandar o fiscal notificar e no prazo de 30 dias pra fazer isso, isso e isso, regularizar. Isso seria o certo, e não chegar 9:40 da manhã e lacrar. Isso é um absurdo para um brasileiro. (Diário de campo - 17/06/2014).

A responsável pelo outro bar, a jovem Laura, também esteve na rua neste dia e ao me encontrar começa a contar a situação. Laura também aceitou gravar entrevista:

Eu mostrei para o prefeito, fiz ele vim até aqui! Ele (Haddad) tava passando na rua e eu mostrei minha situação para ele, vendendo marmita pra levantar um dinheiro. Ele deu atenção e ficou de voltar. Voltou no dia seguinte e me procurou, eu tinha saído pro hospital. Na sexta-feira veio de novo para procurar seu Matias e o Roney, o proprietário dos pontos (imóveis). Depois marcaram uma reunião com o tenente William e decidiram que iam dar autorização para abrir o ponto. Então estamos abrindo, mas não pode trabalhar, porque antes tem que vir um engenheiro, dar um laudo para aprovar... vamos ver quantos dias mais a gente vai ter que esperar. Chegaram já fechando, deram 5 minutos para sair do bar. Não teve aviso prévio. Perdi toda a mercadoria e também já estou com o nome sujo. Tô com 11 mil de cheque voltando. Tudo em cima de 90 dias. Eu estava morando em uma quitinete e não tive mais condição de pagar a minha moradia e tive que sair! Tô morando de favor em um balcão com

meus 4 filhos. Para sobreviver to vendendo marmitta e entregando aqui e acolá pra poder tentar levantar. Depois que fechou o bar minha vida parece que desmoronou... Cheque voltando, conta chegando, estacionamento do carro atrasado. Se eu for por em conta já chega perto de 40 mil de prejuízo em 90 e poucos dias (Diário de campo - 17/06/2014).

O dono dos imóveis apareceu enquanto conversávamos com Laura e nos impediu de continuar a entrevista. Ele chama Laura e eles conversam por alguns minutos em frente ao bar. Estávamos dentro do bar, enquanto algumas pessoas o limpavam. Olho ao redor e tudo está bastante sujo. O tempo todo Laura segura um bebê pequeno no colo. O proprietário nos chama para conversar junto com eles. Pediu para não publicarmos a material e explica que tinha medo de ter problemas com a prefeitura e que fechassem os bares novamente. Como proprietário de imóveis na região, sua percepção diz bastante coisa em poucas palavras:

No momento soltar uma matéria dessas é arriscado, pode prejudicar o que conquistamos nos acordos até agora. Aqui é diferente de toda a cidade. Em outros lugares é de um jeito, aqui é diferente, aqui é a cracolândia! Aqui, quanto mais direito você quer, menos direito você tem. (Diário de campo - 17/06/2014).

Ambos os comerciantes relataram que seus respectivos bares reabriram devido a conversas e negociações que desenvolveram diretamente com o prefeito. A sucessão dos fatos deste episódio apresenta interrogações quanto aos procedimentos legais do já tradicional fechamento de comércios na região da Luz. Me parece inadequado fechar um estabelecimento sem motivo justificado e sem uma notificação prévia. Muito menos reabrir um estabelecimento a partir de conversas individuais com o prefeito. Os sentimentos de medo do proprietário ilustram claramente como o poder público e a figura da polícia assumem posições coercitivas no território. O proprietário parece se conformar com acordos negociados com a prefeitura pautados mais pelo controle e pelo medo, do que pela legislação vigente. Além do prejuízo aos comerciantes, esta situação soa como um abuso explícito sobre a dinâmica local de mercado, consumo e entretenimento. Esta situação põe a nu uma arbitrariedade na execução da lei capaz de legitimar violações dos direitos dos cidadãos pelo abuso do poder. Porém, acontece de forma velada, em um terreno que não está diretamente ligado à polêmica e de grande visibilidade temática do crack, ou seja, acontece nos ‘bastidores’, sem a possibilidade de grande repercussão midiática.

Negociações como o episódio dos ‘bares abertos’ nos coloca a seguinte questão: Que estado de direito atua na cracolândia? Será que aqueles que falam (negociam) diretamente com o prefeito tem privilégios perante os que não falam?

No GEM, a segurança pública apresentou o plano de renovar a desgastada imagem da Guarda Civil Metropolitana. O objetivo era retomar o ideal de ser parceira da comunidade e promotora dos direitos humanos. Para isso, cessariam as abordagens

coletivas na rua e iniciariam um estudo e observação através de câmeras espalhadas pelo território e no ônibus cedido pelo o programa ‘Crack é preciso vencer’ do Governo Federal. A partir desta vigilância ostensiva efetuaram apreensões pontuais no combate ao tráfico de drogas. Até a ideia de um ‘cercadinho’<sup>64</sup> foi colocada em prática e retirada poucos dias depois. Em encontro público de avaliação após aproximadamente 3 meses de funcionamento do programa, argumentei sobre a dificuldade de diferenciar traficantes e consumidores em um contexto como a cracolândia, e que o confinamento territorial e a filmagem 24 horas por dia é a representação explícita do poder, sendo assim, uma extrema violação de direitos. O argumento da coordenadora de saúde mental foi que as câmeras tinham a função de evitar que a polícia exerça excessos e tenha má conduta, visando assim a “garantia de direitos”.

Resgatando um pouco do histórico, percebemos que, por um lado, a vida das pessoas é constantemente atravessada pela proibição do ‘ir e vir’ imposta pela política do nomadismo, além da desfiguração da paisagem, dos terrenos ociosos, das ‘agressividades da água e do óleo’, pela vigília de inúmeras câmeras de observação e pela rotineira repressão policial. Por outro, é também crivado pelo recente acesso à moradia, trabalho, renda e cultura, e surpreendentemente também pelo aceitável uso público de crack justamente em frente às unidades da polícia.

Ao longo dos anos, a política do nomadismo parece avançar para práticas de contenção controlada. O que antes pareciam tentativas sistemáticas de expulsar as pessoas, agora podemos pensar em estratégias de controle do cotidiano. Recentemente, no fim de abril de 2015, presenciei o também polêmico episódio das carroças que descrevo a seguir.

A partir do esforço do prefeito em acabar com a “feira livre de crack”, durante o mês de abril diversas vezes durante trabalho de campo ouvimos rumores de que haveria uma ação para a retirada dos ‘barracos’ que começavam a se estruturar dentro do fluxo. O argumento era de que estes ‘barracos’, que não passavam de carroças aglomeradas com lonas esticadas para cobertura, eram responsáveis pela comercialização e distribuição do crack, ou seja, davam suporte à organização do tráfico. O poder público anunciava que estava negociando com as lideranças ‘locais’ conhecidos como ‘disciplinas’, que estão diretamente envolvidos no tráfico, e em 29 de abril, em uma quarta-feira de fato aconteceu a intervenção.

Pela manhã tudo ocorreu bem. O ‘fluxo’ e também as carroças deixaram o bulevar e movimentaram-se em direção à Rua Dino Bueno. Os contrastes e opostos da intervenção tomaram corpo no período da tarde, quando acontecimentos extremamente violentos, inclusive o disparo de dois tiros de arma de fogo e pessoas gravemente feridas se misturavam com os dados divulgados pelo Programa Braços Abertos sobre o cadastramento de aproximadamente 80 novos beneficiários. A partir deste dia o ambiente

---

<sup>64</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1454219-haddad-diz-que-cracolandia-precisa-se-acostumar-com-cercadinho-em-sp.shtml>

ficou tenso, mas não vou me ater a estes acontecimentos<sup>65</sup>, mas sim aos relatos que foram aparecendo gradativamente na rua nos dias seguintes.

Muitas pessoas, especificamente carroceiros, começaram a se queixar de que a prefeitura estava recolhendo suas carroças. Em matéria de jornal publicada pelo jornal Estadão<sup>66</sup>, a prefeitura informa que “estão fazendo o trabalho de reorganização do espaço público e apreendendo as barracas e carrinhos de grande porte, onde as pessoas podem transportar drogas e armas”. Estariam tendo o cuidado de diferenciar as carroças utilizadas para o tráfico e as que são utilizadas para a prática da coleta e venda de material reciclável?

Na prática, nos últimos dias não se vê mais carroças na cracolândia. Todas foram levadas pelo ‘rapa’. A justificativa da apreensão informada pela Guarda Civil Metropolitana foi que as carroças estavam envolvidas na organização do tráfico de drogas. As carroças se foram, mas os carroceiros permanecem ali e o contato conosco e outras equipes que atuam no território foi essencial para a escuta desta demanda e criar pontes com o núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. A defensoria se organizou e realizou uma ação no território no dia 26 de maio, quando coletou 32 relatos dos carroceiros sobre apreensão de suas carroças. Segundo o advogado e defensor público Raul Nin Ferreira:

Quem apreende objetos em circunstâncias como esta é a polícia sob determinação judicial. Então, se de fato as pessoas tivessem utilizando as carroças para cometer o tráfico de drogas essas pessoas seriam presas e processadas, e suas carroças seriam apreendidas dentro de um processo criminal determinado por um juiz criminal. Isso é um direito que está dentro da constituição federal, que no artigo 5º diz que ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

A prefeitura tem alguns poderes de intervenção na esfera de liberdade do indivíduo como a apreensão de bens. Por exemplo, a vigilância sanitária ao lacrar um restaurante ou estabelecimento por violação de normas sanitárias. Porém, esta interferência na esfera do particular demanda algumas formalidades. É necessário lavrar um auto de infração com informações do ato, onde o proprietário recebe uma via como um comprovante do ocorrido, que inclusive informa as possibilidades de o mesmo recorrer à esta determinação.

No caso dos carroceiros, se a prefeitura tivesse o poder de apreender estes bens pelo cometimento de um ato ilícito, a prefeitura deveria deixar um comprovante com a pessoa que teve a carroça apreendida. Deveria informar para onde foram levadas as carroças, sob qual alegação... enfim, uma série de requisitos para que as pessoas tenham a oportunidade de

---

<sup>65</sup><http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1622665-operacao-na-regiao-da-cracolandia-tem-tumulto-e-corre-corre-dois-sao-feridos.shtml>

<sup>66</sup> <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,acao-na-cracolandia-termina-em-confronto-dois-sao-feridos,1678369>

questionar aquele ato administrativo de apreensão de carroças. Isso não foi feito. A prefeitura simplesmente apreendeu e não forneceu qualquer satisfação. Uma ação absolutamente ilegal e inconstitucional.

Como vimos anteriormente, Luís não está envolvido com o tráfico e depende da carroça para suas atividades cotidianas. A voz baixa e o olhar distante tornam visível que Luis está bastante abatido. Na ação da Defensoria Pública Luis deu seu depoimento, e posteriormente, quando conversamos a sós ele me disse:

A carroça é a minha casa, meu trabalho, onde eu organizo as minhas coisas. Não tenho muitas coisas, mas são as minhas coisas. Eu me organizo na minha bagunça. Agora não tenho nada... sinto até um desgosto. Tenho que ficar pedindo dinheiro, cigarro e outras coisas para os outros... você sabe que eu gosto de me virar sozinho. Eu estava com cinco caixinhas de som aí do pessoal para consertar. Levaram tudo junto e agora to devendo as caixinhas. O pessoal está pesando na minha já. Nem sei por onde começar. É como se eu estivesse nu e com as mãos e os pés amarrados. (Diário de campo – 26 de maio 2015).

Realmente recebi reclamações de algumas pessoas extremamente irritadas com Luis cobrando suas respectivas caixinhas de som. Luis está sem perspectivas e assiste suas possibilidades de sobrevivência serem arrancadas do seu cotidiano. Os defensores públicos produziram um relatório e enviaram uma notificação à prefeitura solicitando a restituição dos bens ou indenização das carroças. Segundo nota publicada no site da Defensoria Pública, o núcleo de Direitos Humanos considera que “a apreensão administrativa das carroças e objetos pessoais destas pessoas é ilegal e inconstitucional, e fere o direito de posse e propriedade. “É de rigor que se faça não apenas a devolução dos bens, objetos pessoais e instrumentos de trabalho, como também se apure as circunstâncias em que as apreensões ocorreram, que podem caracterizar, inclusive, o crime de abuso de autoridade”<sup>67</sup>. Após quase 2 meses, a prefeitura respondeu a Defensoria Pública informando que os depoentes poderiam ir ao pátio na Avenida Cruzeiro do Sul e retirar as carroças. Estamos no momento mediando e viabilizando essa restituição junto aos carroceiros.

Após o ocorrido, o ‘fluxo’ agora se concentra na rua Dino Bueno, que nas últimas semanas tem passado por 3 intervenções diárias da limpeza urbana e o caminhão o ‘rapa’. Mais um capítulo da política do nomadismo. Após a limpeza, quando a Segurança Pública enfim permite o retorno das pessoas para a Rua Dino Bueno, a única passagem é atravessar um corredor de oficiais da GCM. A orientação é que fiscalizem “objetos que não podem entrar no fluxo”, como guarda-chuvas, pedaços de madeira e outros objetos que possam facilitar a montagem de barracos. Uma revista arbitrária generalizada em via

---

67

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaConsulta.aspx?idItem=59474&idPagina=1>



pública. Passei por algumas delas, e em várias ocasiões esta revista invasiva e coercitiva se transformou em conflito e agressões culminando em tiros de arma de fogo, bombas de gás e muitas pessoas feridas. Eu mesmo tive a testa atingida por estilhaços de uma bomba que explodiu no meio do fluxo. Por um lado, sentimos um avanço na oferta de direitos e alternativas interessantes de políticas públicas na cracolândia, por outro, jamais me senti tão inseguro, frágil e também sujeito às agressões.

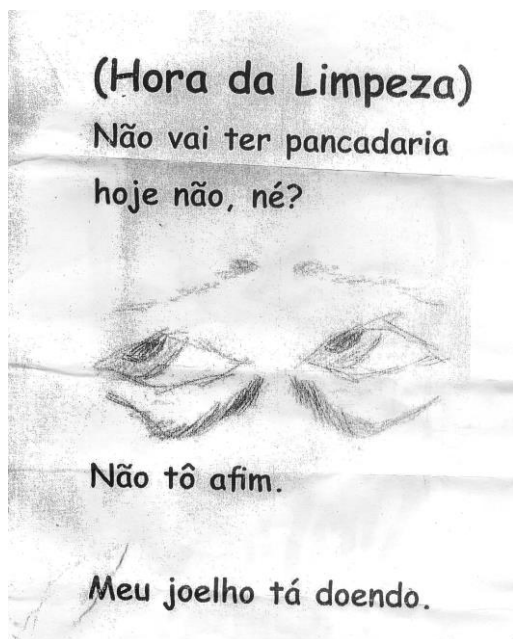


Figura 27. Hora da limpeza<sup>69</sup>

Mais uma intervenção criminalizadora que viola direitos humanos na cracolândia. Segundo Guia de Saúde e Direitos Humanos (HHR)<sup>68</sup>:

Ao redor do mundo, criminalização da posse e uso de drogas “cria mais danos que os danos que buscam prevenir”. Legislação de drogas repressivas e políticas que desproporcionalmente punem pessoas que fazem uso de drogas e traficantes. Políticas que perpetuam o estigma, formas de uso menos seguras, e consequências de saúde e sociais negativas – não apenas para aqueles que fazem uso de drogas, mas para toda a comunidade no entorno. (HHR, 2015).

Situações cotidianas como estas podem diluir a preocupação e oferta de direitos proporcionada pelo programa Braços Abertos. Em um território onde o que é legal ou ilegal é negociado a todo instante existe uma abertura para possíveis violações de direitos silenciosas para determinados atores sociais. Nesse sentido, como que essas contradições reverberam no cotidiano das pessoas?

Na questão dos direitos humanos, o território parece uma várzea em todos os sentidos. Tanto pela informalidade de parâmetros que podem justificar violações, como pela dificuldade de a luta pela garantia dos direitos caminhar neste terreno encharcado de interesses.

---

<sup>68</sup> *Health and Human Rights Resource Guide: <http://hhrguide.org/2014/03/12/how-is-harm-reduction-a-human-rights-issue/>*

<sup>69</sup> *Desenho realizado em oficinas com pessoas da cracolândia ministradas pelo Projeto Oficinas, CEDECA Interlagos. O desenho foi publicado em fanzine e distribuído pelas pessoas no fluxo e da comunidade.*

Figura 28. 'A várzea dos direitos'. Desenho por Marcelo Maffei.



### 3 – ESCUTA, RESPEITO E CUMPLICIDADE NA BUSCA DO CUIDADO

---

A partir do vínculo construído, é possível estabelecer diálogos com as pessoas que usam crack e desenvolver estratégias de cuidado e insumos de prevenção para minimizar riscos e estimular o autocuidado.

No início, a prática se constituiu de conversas individuais em campo com troca de conhecimentos para fazer o processo de apropriação dos códigos e valores dessa cultura de uso. Em 2003 o ‘É de Lei’ foi convidado pelo Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde para executar um projeto piloto que apresentava um insumo de prevenção para o uso do crack. Esta prática de forma abusiva pode provocar queimaduras nos lábios, e o compartilhamento dos cachimbos, prática comum nesta cultura de uso, aumenta o risco de contaminação. A proposta foi a distribuir cachimbos de madeira (figura1) para estimular o uso individual e prevenir a transmissão de doenças (Tuberculose, Hepatites).

No início, as próprias pessoas que usam crack estranharam a proposta e reproduziam afirmações do senso comum relacionando a distribuição de insumos com apologia ou incentivo ao uso de drogas. Para desconstruir esta relação, foi associado o uso do cachimbo ao uso de preservativos, ambos criam a possibilidade de proteção, caso as pessoas venham a se expor em uma situação de risco.



*Figura 29. Cachimbo de madeira. Foto por Thiago Calil.*

“O movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos e contextuais” (Ayres et al in Meyer, 2006) coloca a disponibilidade de cachimbos como um recurso de proteção.

Aos poucos, perceberam que se tratava de uma abordagem que não interferia com julgamentos morais sobre as escolhas ou momento de vida. A equipe passou a ser reconhecida como parceira na construção do cuidado, e durante um dos trabalhos de campo um ator social local nos apresentou para outro como “o pessoal que pensa que nem usuário”.

Durante a polêmica distribuição de cachimbos, logo desvelou-se que a cultura de uso de crack em São Paulo tinha algumas especificidades. Neste processo, a aproximação e troca com as pessoas que vivenciam a experiência de uso, revelou que apesar da potente intenção, o cachimbo de madeira era inadequado para a cultura de uso do local. Entre as críticas, ouvimos que: o bocal era largo demais, demandando muita cinza e pedra para viabilizar seu uso - o consumo de crack se faz pela queima da pedra junto com cinzas de

cigarro; por ser de madeira impossibilitava a raspagem da ‘borra’(resíduos do crack que se depositam dentro do cachimbo após alguns episódios de uso); a fabricação com madeira também impossibilita a prática de “tochar” - aquecer com fogo o cano do cachimbo para ferver e liberar a ‘borra’ que fica no interior do cano - pois o cachimbo de madeira pegaria fogo. Apesar de serem práticas que apresentam maiores riscos (o consumo da borra é o mais tóxico), são elementos importantes que devem ser considerados ao se pensar estratégias de cuidado para esta população.

Sendo assim, inevitavelmente o cachimbo de madeira não foi incorporado como uma alternativa de uso mais seguro na ‘cracolândia’, mas foi ferramenta potente na abertura de um diálogo que expandiu as possibilidades. Com o término do projeto piloto e as informações sobre o desempenho do cachimbo de madeira, uma pergunta se tornou frequente entre nós e as pessoas que fazem uso de crack na ‘cracolândia’: sabendo-se dos riscos relacionados ao uso de crack, o que podemos fazer para minimizá-los?

A partir da compreensão de alguns elementos das práticas de uso, iniciamos conversas para pensar em alternativas que nos aproximasse de uma resposta, e em conjunto com os ‘especialistas’ desenvolvemos novos insumos de prevenção.

Como produto deste diálogo, em 2006 iniciamos a distribuição de piteiras de silicone que podem ser acopladas nos cachimbos padrão. Esta estratégia mantém o objetivo de evitar compartilhamento e queimaduras nos lábios. Passamos a distribuir também protetores labiais pequenos (1g), com calêndula e própolis que favorecem a cicatrização, evitando a porta de entrada para transmissão de doenças.

Além dos ganhos concretos como a prevenção de doenças e queimaduras, a distribuição de insumos abre janelas, possibilita diálogos, garante cidadania e aproxima as pessoas da noção de autocuidado. Uma atenção mais cuidadosa e segura em relação ao uso pode ampliar-se para outras esferas da vida como alimentação, higiene e descanso. A distribuição de insumos, portanto, é muito potente no sentido de incentivar uma reflexão sobre o autocuidado, inclusive durante o uso.

Apesar da boa aceitação dos insumos distribuídos, eu pensava que outras alternativas de uso mais seguras poderiam ainda ser desenvolvidas. Fiquei pensando em qual estratégia poderia estimular a reflexão sobre estas possibilidades. O recurso dos grupos focais me veio à mente. Os grupos focais seriam boas oportunidades para promover auto-reflexão e uma possível transformação das práticas sociais (Gondim, 2003), mas a dinâmica local e de seus atores impossibilitaram o avanço desta proposta. A saída foi manter conversas individuais em campo. Em 2010 levei para a ‘cracolândia’ um cachimbo de vidro distribuído por uma Instituição de RDD em Paris. Um engenhoso cachimbo de vidro com um filtro de cobre. Estudos franceses apontavam que o cobre é um metal que solta menos gases tóxicos que o alumínio quando submetido a altas temperaturas. A visualização deste cachimbo de vidro bastante distante da realidade brasileira, colaborou no processo de estimular cada pessoa a refletir e criar suas próprias

alternativas de uso mais seguras, adequando-as às suas particularidades individuais no ato de fumar.

Seguem informações sobre as práticas de uso de crack na região da Luz em São Paulo e estratégias de cuidado desenvolvidas pelos próprios atores sociais.

### **‘Cachimbo cheio’: alternativas de uso e estratégias de cuidado**

Nos últimos anos, o uso de crack ganhou destaque nos debates públicos e políticos da sociedade brasileira. Em torno dele, criou-se um discurso que reproduz noções do senso comum sobre o seu uso, disseminando espanto e perplexidade frente a um fenômeno que sempre acompanhou a humanidade: o uso de drogas (Escohotado, 2004).

Neste debate são abordadas as consequências do uso e as possíveis soluções de tratamento ou extinção desta prática social, mas pouco se discute sobre a prática de uso e suas ligações com alternativas de cuidado, tecnologias e sociabilidade. Apesar de outras formas de uso do crack, como o pitilho (crack com tabaco) ou mesclado (maconha com crack), na cracolândia estas são minorias. O cachimbo é a principal via de acesso. A ferramenta onde a mistura de pasta base de cocaína, água, bicarbonato de sódio, enfim, torna-se fumaça.

Por este motivo, trago reflexões sobre o uso de cocaína fumada a partir da utilização dos cachimbos visando trazer elementos sobre a cultura em torno deste uso. Reinerman, Waldorf, Murphy e Levine (Reinerman e Levine, 1997), em estudo sobre cocaína fumada, destacam uma variedade de técnicas e de estratégias para melhor aproveitamento, consumo, e obtenção do efeito desejado. Relatos desta pesquisa apontam como o efeito desejado está diretamente relacionado com a técnica utilizada para fumar. Segundo Taniele Rui (2012) – especular mais sobre este objeto (cachimbo) pode operar como um interessante contraponto à potência normalmente atribuída ao crack, assim como à falta de agência, normalmente atribuída ao usuário. O cachimbo é o suposto gatilho do mais recente problema social, ou pânico moral, relacionando uso de drogas e pobreza. Afinal, o crack antes de queimar é só uma ‘pedra’. Desta forma, busco uma aproximação do ato de fumar e refletir sobre processos dialógicos e participativos na produção do cuidado de si.

Poucos materiais e uma criatividade artesanal fazem um cachimbo, o acessório que viabiliza o uso de crack. A diversidade de personalidades e trajetórias encontradas na ‘cracolândia’ reflete-se também nos modelos de cachimbos. Grandes, pequenos, brilhantes, miúdos e longos são algumas características da ampla variedade deste utensílio.

O consumo de crack frequentemente é associado ao uso de latas de refrigerante. Porém, isso pouco se vê na cracolândia. Ali o uso se faz prioritariamente com cachimbos, e estes podem adquirir diferentes valores em situações distintas. Pessoas constantemente pedem cachimbos emprestados para poderem fumar, ao mesmo tempo que outras

expressam um sentimento que parece algo como uma vergonha moral, escondendo seus cachimbos quando eu me aproximava. Realmente é um objeto que denuncia o uso.

Em uma das saídas a campo, um homem que vendia sanduíches em uma barraca improvisada no meio da rua me disse: “Eles vêm comprar lanche e eu tomo o cachimbo deles! Eu brigo com eles. Não sei o que estou fazendo aqui, mas Deus planejou isso para mim.” Como um ato de salvação, ele deposita nos cachimbos a culpa pelos problemas sociais enfrentados pelos frequentadores da ‘cracolândia’.

Na cracolândia, é comum observar pessoas com cachimbo nas mãos e mãos confeccionando cachimbos.



Em junho de 2015 estive na rua com um grupo de quatro rapazes que juntos estavam produzindo muitos cachimbos. Materiais separados e cada um assumia uma função, uma eficiente linha de produção. Os preços variavam de R\$ 1,00 a R\$ 15,00, e já estavam a disposição para venda cerca de 20 unidades. Conversamos sobre cuidado, políticas e uso de drogas e percebi que refletíamos sobre a política proibicionista. Um dos rapazes neste momento me diz:

*Figura 30. Cachimbo padrão.*

*Foto: Keren chernizon.*

Estou aqui fumando e trabalhando. Dá um trabalho fazer tudo isso! Fui até lá no Bom Retiro e consegui parte dos materiais, outra parte ali na Santa Efigênia. Você já viu uma pessoa que bebe conseguir executar tarefas assim? Aqui tem muita gente que não é vagabundo não! (Diário de campo – 09/06/2018/5).

Realmente, são empreendedores e em poucos minutos acompanhei a venda de mais de 5 unidades.

Entre diferentes tipos, podemos apontar o modelo padrão mencionado acima: um cano de alumínio, provavelmente de antena, e um capacitor eletrônico, que seria a ‘casinha’ (fornilho) para colocar a pedra. (Figura 2). O cano se encaixa na lateral da ‘casinha’ ou é enrolando um pedaço de plástico e aquecendo-o para fixar. Sabe-se que cada localidade e contexto apresenta sua particularidade nas formas de uso, variando significativamente entre bairros, cidades e regiões. Este é o modelo da cracolândia. Um cachimbo simples, barato e engenhoso, basicamente feito de alumínio.

A forma de administração clássica é inalar a fumaça produzida pela queima da pedra de crack no cachimbo. A raspagem da ‘borra’ e a ‘tochada’ descritas acima são técnicas que ampliam as possibilidades de uso do crack e dos cachimbos. Após ferver o cachimbo para ‘tochar’, uma estratégia local é jogar cachaça no interior do cano para

limpar. A ‘tochada’ parece ser uma forma de uso própria da cracolândia, pois relaciona-se diretamente com o modelo padrão de cachimbo, o preferido por ali.

Para fumar no cachimbo é preciso a utilização de cinzas de cigarro. A cinza se faz necessária para que a pedra não escorra quando aquecida, além de ser um pó alcalino que pode aumentar em dez vezes a absorção da cocaína no plasma sanguíneo (Escohotado, 1998, 119). Dessa forma, o uso de tabaco também é intenso e acontece em paralelo devido à constante necessidade de cinzas. Como nem todas pessoas gostam de fumar tabaco e a disponibilidade de cigarro pode ficar escassa em determinado momento, a seguinte situação me chamou a atenção. “Um rapaz negro e jovem tem nas mãos uma caixinha de plástico. Diz que não fuma cigarro, mas como precisa da cinza para fumar o crack ele guarda cinza em neste potinho de plástico de bala (tic-tac). A alternativa é pedir ou comprar, “...e ir guardando para quando precisar” (relatos de campo 10/06/2011).

Além do modelo padrão, encontramos uma grande variedade de cachimbos, e muitos resultaram do diálogo sobre novas possibilidades e estratégias de uso menos prejudiciais. Este diálogo proporcionou a reflexão sobre a possibilidade de se utilizar de diferentes materiais além do alumínio na confecção de cachimbos. A proposta foi experimentar materiais e modelos capazes de minimizar possíveis danos relacionados ao ato de fumar crack. O cobre e o vidro surgiram como alternativas. Inspirados na informação francesa sobre a utilização do cobre ao invés do alumínio, o cachimbo chamado de *torneirinha*, com cano de cobre, foi desenvolvido. Este sendo bastante valorizado chegando a custar aproximadamente 15 reais (figura 3).



Figura 31. ‘Torneirinha’. Foto: Olivia Nachle

Os modelos de vidro apresentaram compartimentos onde é possível visualizar a fumaça. Este espaço (interior de potes de vidro ou lâmpadas) também é uma estratégia de cuidado interessante, pois permite que a fumaça resfrie antes da inalação para o sistema respiratório, sendo menos prejudicial à garganta e cordas vocais. Dependendo do modelo, torna-se possível acrescentar água em seu interior, o que retém as partículas sólidas da fumaça. A fumaça, por sua vez, quando dança no interior do vidro é fascinante.

Chico, um dos ‘artesões de cachimbos’, optou pelo vidro e explica o método de confecção utilizando uma lâmpada: “Tem que cortar o soquete da lâmpada um pouquinho onde daria o contato da energia. Mas dá também para raspar ele no asfalto até que fique um buraco. Depois fecha a casinha (soquete) com papel alumínio. O cano fica preso ao lado do soquete com o vidro da lâmpada virado para baixo”. Em outro momento, Luis me encontra e:

“...me entrega um cachimbo feito com uma lâmpada pequena, no caso verde. O método é o mesmo relatado por André”. “Um cachimbo muito interessante e bem feito, com um sistema de entrada e saída de ar para resfriar a fumaça. O funcionamento se assemelha ao processo que ocorre nos bong’s, para uso de maconha.” (*Relato de campo 29 setembro 2011*).

Sempre que me mostram um cachimbo de vidro explico que para extração da borra basta utilizar álcool que ela se solta e escorre. Com a evaporação do álcool tem-se a borra sem os demais materiais oriundos da raspagem. Ouvei após alguns meses algumas pessoas reproduzindo esta informação de volta para nós. Chico informou que “no cachimbo de vidro que fiz com lâmpada a borra esfria mais rápido, enquanto no alumínio ela fica um tempo como uma pasta antes de esfriar e poder ser raspada”. Esta informação é interessante e aponta a necessidade de se explorar a condutividade térmica de diferentes materiais.

Além de lâmpadas comuns, os modelos de vidro apresentaram diversos formatos como vidro de azeite, de esmalte, perfume e uma lâmpada de sódio (figura 4). Outro modelo interessante foi o modelo nomeado de “Ele&Ela”. Apesar de ter sido inspirado para o uso de um casal, permite que duas pessoas fumem simultaneamente evitando o compartilhamento.



Figura 32. Cachimbo de vidro, feito em lâmpada de sódio.

Foto: Olivia Nachle

Este é similar ao modelo padrão de alumínio, mas possui dois canos acoplados à ‘casinha’ (*fornilho*). O proprietário logo me informou que só fuma em um dos lados para evitar o compartilhamento quando alguém lhe pede o cachimbo emprestado.

O curto e intenso efeito do crack pode proporcionar um padrão de uso compulsivo, onde o alumínio, principalmente na ‘*tochada*’, pode esquentar consideravelmente. Desta forma, estratégias para minimizar os riscos e danos relacionados à possíveis queimaduras também foram apresentadas. A utilização de canos longos na confecção de cachimbos nomeou o modelo “busca-longe”, pois o calor não chega até os lábios evitando ferimentos.

O estreitamento da ‘casinha’ (*fornilho*) para utilização de menor quantidade de cinzas também foi relatado, assim como a possibilidade da utilização de cinzas de ervas medicinais, que poderiam ter um efeito tranquilizador. Não sabemos os reais efeitos de ‘cinzas medicinais’ ou se seriam ou não menos danosas, mas possivelmente sua reflexão sobre alternativas de um uso mais seguro o aproximou do cuidado de si.



Apesar dos diferentes modelos, o preferido pelas pessoas que fumam crack é o cachimbo padrão de alumínio. O ato de tochar é bastante valorizado na prática local, e está intimamente relacionada a este modelo. Fica a questão: Como pensar uma aproximação com a noção de autocuidado considerando a prática de ‘tochar’?

Quando o momento foi de estabelecer uma diferente relação com o crack e diminuir o uso a estratégia foi “deixar o cachimbo”, e passar a fumar pitilho ou mesclado.

### **3.3 Produção do cuidado: a Redução de Riscos e Danos como perspectiva sustentável**

A primeira menção de práticas de cuidado na perspectiva da Redução de Riscos e Danos (RDD) foi a publicação do Relatório Rolleston em 1926 na Inglaterra. Este documento estabelecia que médicos poderiam administrar e monitorar doses de opiáceos às pessoas com problemas relacionados ao uso de morfina e heroína como forma de tratamento legítimo. Uma estratégia ousada em um cenário em que o único cuidado possível parecia ser não usá-la. Porém, somente nos anos 80 houve a sistematização desta prática com o princípio de construir possibilidades de cuidado além da abstinência.

O primeiro programa de Redução de Riscos e Danos surgiu na Holanda entre pessoas que faziam uso de heroína injetável e assistiam sua rede de sociabilidade estreitar com as mortes relacionadas às infecções pelas Hepatites Virais. Como resposta à esta situação, em 1984, sob o nome de ‘Junkie bonds’, este grupo se organizou e pressionou o governo holandês pelo acesso a seringas descartáveis para uso individual (Stimson, 2010). Esta estratégia pragmática evita o compartilhamento de seringas que era o responsável pelo alto risco de transmissão das Hepatites e do HIV. Segundo Tadeu de Paulo Souza:

*Esta experiência local inaugurou novas possibilidades de se falar sobre as drogas e sobre os usuários de drogas. Usuários que queriam se cuidar para continuar vivos e usando drogas iniciaram a construção de um novo plano discursivo sobre si e suas experiências, antes silenciado e posto na invisibilidade (Souza, 2013)*

Porém, no Brasil, os programas de distribuição e troca de seringas chegaram cinco anos depois, em 1989 na cidade de Santos (SP), com foco na atenção às pessoas que faziam uso de cocaína injetável. A partir da experiência, diversos programas de troca de seringas espalharam-se pelo Brasil na década de 1990.

Um ponto importante a se destacar na experiência holandesa é a iniciativa e mobilização dos atores sociais envolvidos na situação de risco. Portanto, a RDD é constituída, entre outros elementos, por uma ética do cuidado que respeita e acolhe às diferenças, não exigindo determinados comportamentos ditos saudáveis que devem ser seguidos por todos. Uma abordagem que respeita a singularidade de cada sujeito com a proposta de pensar no que é possível a partir do que faz sentido para o outro. A apropriação do cuidado como estratégia educativa, como um processo da vida, que ganha sentido continuamente por diversos espaços, relações e instituições. A partir do

reconhecimento dos desejos e limites das pessoas, acompanhá-las na busca de possibilidades capazes de proporcionar conforto, bem-estar e melhor qualidade de vida. Di Giulio aponta a importância de “estabelecer um diálogo entre aqueles que avaliam e gerenciam o risco e aquelas pessoas que de fato o vivenciam” (Di Giulio et al, 2010 p.283).

A estratégia de distribuição de insumos de prevenção como os protetores labiais e as piteiras de silicone que são distribuídas para as pessoas que fazem uso de crack apresentam ganhos concretos frente aos riscos epidemiológicos relacionados ao uso de crack. Porém, os insumos são muito mais do que isso. Eles abrem uma janela para o diálogo permitindo uma escuta despida de preconceitos e julgamentos morais sobre as escolhas pessoais ou sobre o momento de vida que estão atravessando. Uma prática que extrapola a lógica preventivista funcional do controle dos riscos, e que abre possibilidades para que relações inéditas se estabeleçam desconstruindo os papéis mecanicamente rígidos entre médico-paciente (Ayres, 2004). Desta forma, os insumos são meios fundamentais na produção do cuidado. A partir dos insumos, criamos relações, e as relações de troca produzem reflexões sobre o cuidado de si. Este fluxo torna-se essencial para produção de respostas sobre o sentido e o significado de recursos técnicos no dia-dia do outro (Ayres, 2004 p. 20).

Para isso, a premissa básica é a dimensão dialógica do encontro, onde a capacidade e qualidade de escuta são fundamentais. A legitimação do outro a partir de uma abertura a um autêntico interesse em ouvi-lo (Ayres, 2004 p. 23), possibilita a construção conjunta do processo de cuidado. Neste sentido, o conhecimento local é uma fonte de saberes. Para uma comunicação de mão-dupla, é preciso estarmos sensíveis às necessidades da comunidade afetada e estabelecer uma relação de confiança entre todos atores. (Di Giulio, Ferreira, 2013). Esta relação de troca cria possibilidades para uma reflexão crítica e pedagógica sobre si mesmo, interconectando os sujeitos com novos nós (pessoas e instituições) que permitam reduzir os fatores de risco (Góngora in Epele, 2012 p.106).

Meyer ressalta que as informações sobre a vida cotidiana são “juízos imediatos que combinam aprendizados de experiências prévias e apreciações imediatas de interesse e valor, de enorme importância para as interações que podem (ou não) se estabelecer nos processos educativos” (Meyer et al, 2006 p. 1339).

A legitimação do outro é capaz de produzir novos saberes válidos a partir da compreensão do significado do contexto particular” (Gondim, 2003), de oportunidades de reflexões críticas e a da interação dialógica entre os diferentes sujeitos sociais (Meyer, 2006). Segundo Meyer:

*A intencionalidade de construir estratégias educativas que permitam investir em possibilidades de transformação das condições de vida nas quais crenças, hábitos e comportamentos ganham sentido demanda apreender, compreender e dialogar com a multiplicidade de aspectos que modulam as crenças, os hábitos e os comportamentos dos indivíduos e grupos com os quais interagimos (Meyer et al, 2006 p. 1340).*

Esta aproximação legítima do outro cria um terreno fértil de referências, conteúdos e experiências, que a partir da escuta e troca coloca em cena o que é de fato importante para o outro, como seus desejos, angústias, cursos e projetos de vida. Partimos da compreensão de estar no mundo com o conceito de Dasein da fenomenologia existencial colocado por Heidegger. Segundo o autor, dasein é o modo peculiar e distinto da existência humana, é “o homem compreendido como o ser-existindo-aí. Dasein é sempre uma possibilidade na qual se encontra uma abertura para a experiência” (Sodelli, 2007 p.638). Desta forma, pelo referencial da fenomenologia existencial, o modo de ser do humano é:

*Como uma contínua concepção/realização de um projeto, a um só tempo determinado pelo contexto onde estão imersos, antes e para além de suas consciências, e aberto à capacidade de transcender essas contingências e, a partir delas e interagindo com elas, reconstruí-las (Ayres, 2004 p. 21).*

Assumir a responsabilidade pelo atual momento de vida, e o contato com o que é intimamente essencial para si, pode abrir possibilidades e alternativas de se colocar no mundo. Segundo o médico José Ricardo Mesquita Ayres, “é como se aquele projeto, revalorizado, reconhecido, pudesse ser retomado em um novo plano, ressignificando tudo à sua volta, inclusive, e especialmente, o cuidado de si” (Ayres, 2004 p. 21).

Foucault, em seu texto “*A ética do cuidado de si como prática da liberdade*”, coloca o cuidado de si como prática de autoformação do sujeito, “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser (Foucault, 1984, p.265). A ética do cuidado de si assume caráter libertador na abertura para a experiência do modo de ser do humano, e esta liberdade é a condição ontológica da ética. Segundo Foucault, “não é possível cuidar de si sem se conhecer. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si” (Foucault, 1984 p. 269).

Sendo assim, os desdobramentos desta prática da liberdade de si vão depender do modo como cada um cuida do seu ser, do modo como compreende o sentido de seu ser-no-mundo (Sodelli, 2007 p.641). O cuidado, portanto, pode ser entendido como uma “curadoria” que exercemos sobre nossa própria existência e a do seu mundo, nunca como ato inteiramente consciente, intencional ou controlável, mas sempre como resultado de uma auto-compreensão e ação transformadoras (Heidegger, 1995 in Ayres, 2004 p.21).

A perspectiva da Redução de Riscos e Danos compreende a singularidade de que todas as pessoas possuem uma história, uma identidade e são atores sociais de seus contextos. É preciso respeitar e valorizar isso, pois apesar da dificuldade do momento de vida de cada um, todos merecem uma testemunha. Com foco na vida, nas trajetórias, e nas potências individuais que abrimos possibilidades para contrapor o estigma. A partir de uma abordagem com respeito e empatia que conseguimos gerar conexões e criar vínculos de confiança capazes de provocar mudanças pessoais e sociais. Oposta à imposição da abstinência pautada pela política proibicionista, a enfermeira canadense

Liz Evans<sup>70</sup> coloca que a proposta da Redução de Riscos e Danos não é mudar as pessoas, mas sim “criar condições e possibilidades para que as pessoas cresçam e se desenvolvam”.

A proposta de trabalho da RRD é estar junto neste processo, um estar junto cúmplice durante conquistas e obstáculos, porém com a clareza da necessidade de que os próprios sujeitos se responsabilizem por seus momentos e projetos de vida. É esta reconstrução contínua de identidade como parte desse projeto existencial, a reconstrução identitária talhada pelo encontro com a alteridade, o outro. (Ayres, 2004).

É neste sentido que reconheço a RRD como uma prática que não possui uma receita prescritiva, é singular, e só pode ser pensada a partir da criação de vínculos e compreensão do contexto de vida do interlocutor, com os modos de compreenderem a si e a seu mundo e com seus modos de agir e interagir (Ayres, 2004). A permeabilidade entre o conhecimento técnico e o saber local torna possível o diálogo entre a normatividade funcional médico/sanitária com uma normatividade de outra ordem, oriunda do mundo da vida (Habermas, 1988 in Ayres, 2004 p.22). É preciso resgatar o sentido existencial das práticas terapêuticas de cuidado, entendendo o cuidado como “atenção à saúde imediatamente interessada no sentido existencial da experiência do adoecimento, físico ou mental, e, por conseguinte, também das práticas de promoção, proteção ou recuperação da saúde” (Ayres, 2004 p. 22).

Embora os objetivos éticos e pragmáticos da RD sejam bem apresentados em tal política (Brasil, 2003a), ainda existe muita resistência tanto no campo da saúde quanto no conjunto da sociedade em relação a esta proposta. (Souza, 2013).

---

<sup>70</sup> *Liz Evans atuou por mais de uma década em serviços de redução de riscos e danos em Vancouver no Canadá. Proferiu curso de formação para equipes que atuam no programa “Braços abertos” em parceria com o Centro de Convivência É de Lei em novembro de 2014.*

## 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

*“Estar disponível é mais importante do que imaginamos.” (Liz Evans)*

O uso do crack é relativamente recente e ainda temos poucos estudos relacionados a este tema. Territórios como a ‘cracolândia’ apresentam dinâmicas específicas que alimentam incertezas referentes aos riscos e a capacidade de resiliência da população local. Uma configuração como esta pode ser chamada de injustiça ambiental, pois caracterizam determinados grupos que são expostos às piores condições de exclusão social e degradação ambiental (Giatti et al, 2014 p. 608). Os níveis de incertezas são altos, e diante desses novos cenários onde processos políticos e econômicos globais produzem consequências locais, precisamos encontrar novos caminhos a partir de reflexões sobre a “cultura, as crenças, valores e conhecimentos em que se baseia o comportamento cotidiano” (Jacobi et al, 2006 p. 07).

No desenvolvimento desta dissertação busquei explicitar a gama de relações que caracterizam o espaço da cracolândia, e como o uso de crack, que se especializou neste espaço, é um detalhe nas complexas relações com a história, a moral, as políticas, a produção do espaço e a constituição de diferentes modos de existir. O antropólogo inglês Tim Ingold, didaticamente aponta a impossibilidade de existir organismos e coisas sem um ambiente, assim como a impossibilidade de existir um ambiente sem a presença de coisas e organismos (Ingold, 2011 p. 77). Tudo está conectado, e corroborado pelo olhar da fenomenologia existência do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, apontando que:

*O espaço não é o ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Quer dizer, em lugar de imaginá-lo como uma espécie de éter no qual todas as coisas mergulham, ou de concebê-lo abstratamente com um caráter que lhes seja comum, devemos pensá-lo como a potência universal de suas conexões” (Merleau-Ponty, 1999 p. 328).*

Ingold desenvolve a concepção de que os “objetos, corpos, sujeitos e ambientes já não se apresentam como unidades que se contrapõem num campo de relações e oposições, mas se entrelaçam no contínuo da vida que se realiza na corrente dos materiais que criam seus contextos específicos” (Carvalho, Steil, 2013). Apesar de posteriormente ter repensado o conceito de paisagem, em seu livro *Perception of the Environment* de 2000, Ingold ressalta a importância desta conexão entre a vida e o espaço na formação de nossos processos históricos e trajetórias pessoais e coletivas. Segundo o autor, “as paisagens são tecidas dentro da vida e as vidas são tecidas dentro da paisagem, num processo contínuo de fluxo e contra-fluxos de materiais que nunca tem fim” (Ingold 2000, *apud* Carvalho, Steil, 2013, p.70). Uma trama composta por todos os seres que habitam o mundo,

inclusive o próprio espaço e seus elementos. Na busca pela aproximação da interface homem-ambiente, Ingold entende a figura humana como um ser imerso neste fluxo entre matéria, corpo, espaço e subjetividade “com os quais traçamos as linhas de nossa história natural e cultural sem descontinuidade” (Ingold, *apud* Carvalho, Steil, 2013).

Neste emaranhado de relações entre coisas, pessoas e os espaços que constituem a vida, o uso de drogas passa a ser uma forma de se expressar. Uma forma de se apresentar para os outros e de se fazer presente socialmente. Porém, este uso pode trazer consequências físicas e psicológicas. Segundo Merleau-Ponty, a experiência do corpo “é assegurar a transformação de fenômenos interiores em situação de fato consumida. O corpo realiza a existência, põe a vida em situação” (Merleau-Ponty, 1999 p. 227). Como vimos, a política de drogas atual pautada por princípios proibicionistas pode produzir contextos e situações associadas a um alto nível de exclusão urbana e social. O uso intenso de crack na cracolândia, além de apresentar consequências para a população local, é capaz também de estimular o imaginário popular e apresentar respostas políticas precipitadas. É neste sentido que a aproximação e diálogo com as pessoas que de fato vivem o cotidiano e fazem uso de crack se faz fundamental, afinal são elas os verdadeiros especialistas sobre este fenômeno.

Sendo assim, a proposta deste estudo foi considerar a complexidade, a diversidade e a liberdade ética do modo de ser do humano. É nesta complexidade e diversidade de se relacionar com o mundo que temos campo valioso na busca de alternativas de cuidado possíveis em diferentes contextos. Alternativas que considerem uma gama mais ampla de relações, inclusive subjetivas entre o ambiente, a existência humana, as drogas e o cuidado.

Uma maior compreensão das relações existentes entre saúde e ambiente na cracolândia pode abrir novos caminhos para futuras ações de saúde pública na região, com a possibilidade de promover um ambiente saudável, com melhorias na estrutura dos equipamentos sociais, de saúde e de cuidados pessoais, possibilitando melhoria na qualidade de vida da população local. Esta reflexão sobre o espaço urbano da ‘cracolândia’, o mercado, as políticas e os modos de vida ali experimentados traz elementos que ampliam o olhar para as questões relacionadas às pessoas que fazem uso de drogas, e a partir de suas trajetórias e seus modos de se relacionar com a cidade podemos vislumbrar diferentes ângulos na construção de políticas públicas mais eficientes.

Diante do cenário criado pela política proibicionista, a Redução de Riscos e Danos se destaca por apresentar um olhar mais realista sobre a questão e contrapondo à postura falida e insustentável da ‘guerra às drogas’<sup>71</sup>. Na perspectiva da Redução de Riscos e Danos, o respeito e a aproximação das pessoas que usam drogas, tornam-se fundamentais para a construção conjunta do cuidado. Uma proposta terapêutica que busca desconstruir o paradigma da abstinência, em que todo tratamento para pessoas que usam drogas tenha como objetivo a interrupção do uso.

---

<sup>71</sup> Araújo, T. *O Fim da Terceira Guerra Mundial. Revista Super Interessante. Editora Abril, edição 322, Ano 10, agosto de 2013.*

É nesta relação com o outro que Ingold enfatiza que se a ciência almeja ser uma prática de conhecimento coerente, é preciso ser reconstruída sobre o fundamento da ‘abertura’ ao invés de ‘encerramento’, no engajamento ao invés de descolamento (Ingold, 2011 p. 75). Para isso, torna-se necessário conciliar o conhecimento científico com o saber cotidiano dos “autores-sujeitos” de seus próprios processos de sobrevivência (Jacobi et al, 2006), e uma condução de processos interdependentes e recíprocos entre diferentes atores na construção do cuidado junto às populações marginalizadas. Porém, assim como a distribuição dos cachimbos de madeira hierarquicamente deliberada pelo Governo Federal, é comum nos depararmos com propostas na perspectiva da:

*Transmissão de um conhecimento especializado, que “a gente detém e ensina, para uma “população leiga”, cujo saber-viver é desvalorizado e/ou ignorado nesses processos de transmissão. Assume-se que, para “aprender o que nós sabemos”, deve-se desaprender grande parte do aprendido no cotidiano da vida (Meyer et al, 2006 p. 1336).*

Os processos de educação em saúde não podem ser pautados simplesmente na mudança de comportamentos como uma “aprendizagem sanitária” satisfatória, mas sim como um “um eixo orientador de escolhas político-pedagógicas significativas para um dado grupo ou contexto”. (Meyer et al, 2006 p. 1341). Em uma cultura que considera modos de vida inadequados tanto do ponto de vista técnico-sanitário quanto do ponto de vista moral, ignora-se toda a inserção sócio histórica e cultural dos sujeitos e grupos sociais. Não podemos nos cegar diante de uma “positividade condicional inerente a um discurso que abstrai a variabilidade, a complexidade e a dinâmica dos significados e das práticas sociais em que tais possibilidades de adoecimentos são vividas e experienciadas” (Meyer et al, 2006 p. 1339).

As pessoas não são em si vulneráveis, mas podem estar em condição de vulnerabilidade em determinado momento de suas trajetórias. A relação estritamente biológica de dependência em relação a uma substância psicoativa pode ser simples e reducionista. Raikhel and Garriott (2013) apontam a necessidade de atentar-se e considerar o contexto de uso na produção das relações de dependência. A dependência é um movimento inspirado por múltiplos fatores “e deve ser vista como uma trajetória das experiências que atravessa o biológico e o social, o médico e o legal, o cultural e o político” (Raikhel and Garriott, 2013, p.08). O uso de drogas associado a questões ambientais, políticas e econômicas pode configurar modos de vida em condições de extrema vulnerabilidade.

As trajetórias de Jayme, Amélia, Morgana e Luis nos trazem elementos particulares que podem auxiliar na compreensão da população que ocupa regiões marginalizadas como a cracolândia. Neste contexto, é possível observar que muitas vezes as políticas oferecidas, apesar de darem certo contorno ao ambiente em que vivem, não dão conta das questões e dificuldades individuais, podendo ainda se tornarem empecilhos a mais no cotidiano.

Políticas de drogas proibicionistas são baseadas em intervenções repressivas que criminalizam e encarceram grande parte da população, e se isentam de relações construtivas e cidadãs. Segundo a psicóloga Mônica Gorgulho:

*Quando se proíbe, simplesmente, cria-se uma população obediente. Mas quando a questão é colocada com diálogo e debate, as motivações que criaram tais regras e restrições ficam claras e uma população crítica é criada. Não é isso que queremos? Porém temos feito uma escolha, descarada e escandalosa, por uma população obediente (Gorgulho, 2012 p. 28).*

Antonio Escotado é bastante sensato quando explicita que as drogas sempre existiram e que “amanhã haverá mais do que ontem”. Cabe ao ser humano, e não às drogas, determinar o caráter benéfico ou não de seu uso. “A alternativa é instruir sobre o seu emprego correto ou demonizá-lo indiscriminadamente: semear o conhecimento ou semear a ignorância” (Escotado, 2004 p. 192).

Esta ampliação do olhar para a questão das drogas justifica a afirmação do sociólogo em saúde pública Gerry Stimson, quando afirma que a Redução de Riscos e Danos é simples, pois “as pessoas gostam de usar substâncias psicoativas. Usar drogas pode ser danoso, mas na maioria das vezes não é. Se as pessoas usam drogas a questão da política pública deve ser: O que pode ser feito para ajudá-los a evitar danos a si mesmos, ou para os outros?” (Stimson, 2010 p.01 – *tradução minha*).

Um dos obstáculos é que o consumo de substâncias psicoativas, principalmente o consumo de crack em nosso contexto, pode se tornar um problema de governo. Um problema que associa o fenômeno do uso de drogas diretamente à criminalidade, violência, dependência química, promiscuidade, ilegalidade, perigo, deterioração humana e urbana. Segundo o antropólogo da Universidade Nacional da Colômbia Andrés Góngora, tal configuração expressa em síntese, a epítome do mal (Góngora in Epele). Sendo assim, investigações de corte estritamente médico e sanitário apoiadas em narrativas da enfermidade não possibilitam pensar o uso de drogas separado destas marcas categoricamente negativas, nublando assuntos tão diversos e muitas vezes invisíveis para a sociedade como “a valorização da terra e a mercantilização do sistema de saúde”, e a criminalização de pessoas marginalizadas. (Góngora in Epele, 2012 p.107).

O histórico político da região da Luz aponta estratégias rasas na condução deste “problema de governo”, e as intervenções atuais apresentam alternativas importantes que precisam ser consideradas. A iniciativa do Programa “De Braços Abertos” do governo municipal tem o desafio de sustentar um de seus objetivos básicos de fortalecer os dispositivos do território e garantir a qualidade da infraestrutura dos equipamentos públicos. Além de encontrar estratégias que possam oferecer escuta individual que possibilite o resgate dos projetos de vida individuais, é evidente também a necessidade de se afastar de atritos meramente políticos que podem deslegitimar os ganhos conquistados até o momento através de alternativas sob a ótica da Redução de Riscos e Danos. Segundo relatório da Harm Reduction Colation, de 1998, “as políticas devem ser pragmáticas e



avaliadas pelas consequências que produzem” e “os usuários de drogas se encontram inseridos em uma comunidade maior, assim que, para proteger a saúde comunitária como um todo, é necessário integrá-los e não afastá-los” (HRC, 1998 in Góngora in Epele, 2012 p.103).

Precisamos de uma política de cuidado para as pessoas que fazem uso de drogas que seja baseada em evidências, e não em ideologias. Uma política que abra conexões entre o indivíduo e o social capaz de desenhar novas formas de cuidado no encontro dos sujeitos. Um movimento que nos faça transitar de unidade operativa (internação/sujeito) para uma ‘comunidade operativa’, onde o bairro tem poder de prevenção e cura dentro de seus interesses e necessidades (Machín, 2000 in Góngora in Epele, 2012 p.106). O que a comunidade pode oferecer? Como de fato mobilizar a participação da comunidade para além de contatos com líderes do tráfico?

É necessário uma participação comunitária legítima, como uma fórmula democrática por excelência, “pois coloca nas mãos das comunidades a responsabilidade de eleger como querem ser governadas e de assumir os efeitos de suas próprias decisões (Góngora in Epele, 2012 p.122). Uma comunidade que faz a gestão de seus próprios riscos, mas atenta para não se transformar em meio político fundamental para a execução de projetos que reduzem o tamanho e a responsabilidade do Estado (Góngora in Epele, 2012 p.122). Experiências internacionais como Espanha, Portugal, Canadá e Suíça que adotam políticas de drogas mais flexíveis proporcionam reflexões valiosas sobre nosso contexto local. A implementação de salas de uso seguro para pessoas que fazem uso de drogas são estratégias que apresentam nítida diferenciação entre ‘consumidores’ e ‘traficantes’. A aproximação entre as pessoas e as equipes de cuidado podem motivá-las a buscarem tratamento médico e social, e a partir da escuta possibilitar a retomada de seus projetos de vida.

Situações expostas neste texto reforçam a necessidade de dispositivos que já em 2013 foram coletadas em conjunto com o governo municipal<sup>72</sup>. Apesar das recentes conquistas na oferta de serviços no território da cracolândia, ainda perpetuam práticas criminalizadoras que colocam o cuidado às pessoas que usam drogas em segundo plano transformando-o em mercadoria política. Temos a ausência de dispositivos que proporcione assistência médica primária, cozinha comunitária, espaços que ofereçam segurança, conforto e outras possibilidades individuais de renda, assim como estratégias que preservem a garantia dos direitos humanos.

Para isso é essencial considerar os elementos abstratos e subjetivos que estão associados ao processo saúde-doença. Teixeira aponta que este encontro para produção do cuidado fundamenta-se em três disposições ético-cognitivas. A primeira e a segunda pautam o reconhecimento do outro como legítimo outro e o reconhecimento de cada um de nós como insuficiente. A terceira parece completar a equação das disposições anteriores, pois:

---

<sup>72</sup> *Ver página 60.*

*O reconhecimento de que o sentido de uma situação é fabricado pelo conjunto dos saberes presentes, o que significa reconhecer que ensinar não é homogeneizar os sentidos fazendo desaparecer as divergências, mas fazer emergir o sentido no ponto de convergência das diversidades (Teixeira, 2005 in Meyer et al, 2006 p. 1341).*

Apesar da degradação urbana e social, na cracolândia é evidente grande sociabilidade em torno do uso. A diversidade de cursos de vida e modos de sobrevivência das pessoas, assim como as tecnologias de uso apresentada pelos cachimbos apresentam agência e cuidado das próprias pessoas que fazem uso de crack em relação às suas práticas cotidianas.

Após a realização deste estudo as ideias de saúde e ‘saúde ambiental’ tornam-se questões muito mais densas e complexas. É preciso localizar a área da saúde para além de externalidades físicas e integrá-la a questões subjetivas e individuais. Para isso, mostra-se evidente a necessidade de se respeitar, escutar e valorizar a história e experiência cotidiana destas pessoas que buscamos cuidar, afinal elas precisam se reconhecer nesta prática. É deste ponto que precisamos partir. Uma produção do cuidado que entenda e aceite as pessoas como são sem julgamentos e expectativas, e que ofereça a elas o que precisam, quando precisam, e na forma em que precisam. A antropóloga Maria Epele enfatiza a construção histórica e social do cuidado e aponta a necessidade de um deslocamento em direção “à produção de novos e múltiplos canais, práticas e saberes institucionais e informais, fazendo com que o ‘bom trato’ gere novos laços sociais e subjetividades” (Epele, 2012 p. 264).

O legítimo ‘cuidar’ acontece não da forma que queremos ou impomos, mas sim da forma em que nós ou o outro nos sentimos cuidado, e revela-se mais potente quando reconhecemos e sentimos o que é melhor para nós. Boas intenções e possibilidades de oferecer algo sem saber o que o outro necessita podem ser arriscadamente inócuas. A relação dialógica cria oportunidades de reflexão e de construir e fortalecer “cumplicidades na busca de proteção” (Meyer et al, 2006 p. 1341).

## REFERÊNCIAS

---

ADORNO, R. C. F., RUI, T., SILVA, S. L., MALVASI, P., VASCONCELLOS, M. P., GOMES, B. R., GODOI, T. C.; **Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano**. Revista Saúde & Transformação Social, Florianópolis, v.4, n.2, p. 04-13, 2013.

AGIER, M.; **Antropologia da cidade**, São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AYRES, J. R. C. M.; **O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde**. Saúde e Sociedade. Vol. 13, n.3, p. 16 – 29, set-dez 2004.

BECK, U.; **Risk Society: towards a new modernity**. Londres, Sage, 1992.

BECKER, H; **Conferência: A escola de Chicago**. Revista MANA - Museu Nacional UFRJ. 2(2): 177 – 188, 1996

Blog Raquel Rolnik. **“Demolir e reconstruir: será essa a solução para a região da Luz?”** 28/06/11, <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/06/28/demolir-e-reconstruir-sera-essa-a-solucao-para-a-regiao-da-luz/>

BOKANY, V; **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça, proximidades e opiniões**. São Paulo ; Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. COMIS, M. A.C; Programa Municipal “De Braços Abertos”: uma experiência de intersetorialidade, 2015, p. 177 – 186.

BOITEUX, L; PÁDUA J. **A desproporcionalidade da Lei de Drogas: os custos humanos e econômicos da atual Política de drogas no Brasil**. In: Correa, Catarina Pérez. (Org.) Justicia desmedida: proporcionalidad y delitos de drogas en America Latina. 1ed. Ciudad de Mexico: Fontamara, 2012, p. 71 – 101.

BONDUKI, N; **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

BRANQUINHO, E. S.; **Campos Elíseos no centro da crise: a reprodução do espaço no Centro de São Paulo**, São Paulo, SP : 2007

BRASIL; Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST/AIDS. (2003a). **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, DF: Autor.

CABANESI, R., GEORGES I., RIZEK, C., TELLES, V., **Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida nas periferias de São Paulo**. São Paulo : Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_ TELLES, V., Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. P 155 – 169.

CARVALHO, I.C.M., STEIL, C.A.; **Percepção e Ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica**. Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental. ISSN 1517-1256, V.especial, março, 2013.

CASTIEL, L. D.; Guilam, M. C. R.; Ferreira, M. S.; **Correndo risco: uma introdução aos riscos em saúde**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro – RJ. (Coleções Temas em Saúde), 2010.

COSTA, E. A., RANGEL-S, M. L. (orgs); **Comunicação em Vigilância Sanitária: princípios e diretrizes para uma política**. EDUFBA, Salvador, 2007.

\_\_\_\_\_ LEFÈVRE, F. Comunicação social e mídia: lógica sanitária e lógica popular. p.115 - 123.

DELMANTO, J. **Camaradas Caretas: Drogas e esquerda no Brasil após 1961** / Julio Delmanto. – São Paulo, SP: 2013.

DI GIULIO, M. G; FIGUEIREDO, B. R; FERREIRA, L. C.; ANJOS, J. A. S. A; **Comunicação e Governança do risco: a experiência brasileira em áreas contaminadas por chumbo**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 13 – p. 283-297, jul.-dez, 2010.

DI GIULIO, M. G; FERREIRA, L. C; **Governança do risco: uma proposta para lidar com riscos ambientais no nível local**. Desenvolvimento & Ambiente, Editora UFPR v.28, p.29-39, jul.-dez, 2013.

DOUGLAS, M; **Pureza e Perigo**. 2.ed. – São Paulo : Perspectiva, 2012 (Debates ; 120)

EPELE, M; **Sujetar por la herida: una etnografia sobre drogas, pobreza y salud**.- 1ª ed.- Buenos Aires : Paidós, 2010

EPELE, M; **Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização**. Mana, 18(2)p. 247-268, 2012.

EPELE, M; **Padecer, Cuidar y tratar: estúdios sócio antropológicos sobre consumo problemático de drogas**. 1ª ed. – Bueno Aires : Antropofagia, 2012.

\_\_\_\_\_ GÓNGORA, A; Curar Comunidades: gubernamentalidad, Reducción de dano y Políticas de Drogas em Colombia, 2012, p. 101 – 130.

ESCOHOTADO, A; **História general de las drogas**. Espasa, 2008.

ESCOHOTADO, A; **História elementar das drogas**. Antígona, 2004.

FELTRAN, G. S. **Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2010, v.53 n-2

FERNANDES, J. L.; PINTO, M. **El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotropicos y politicas de la ciudad**. 2004

FIOCRUZ; **Estimativa de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país**. Fiocruz, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e escritos; V). p. 267.

FORATTINI O.P, **Ecologia, Epidemiologia e sociedade**. São Paulo: Artes médicas, 2004.

FRÚGOLI JR, H.; “ **O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia**”. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, V. 48 N. 1, 2005.

FRÚGOLI Jr, H.; SPAGGIARIE. **Da cracolândia aos nórias : percursos etnográficos no Bairro da Luz**. Pontourbe, 6, 2010.

GIATTI, L. L.; RIBEIRO, R. A.; TOLEDO, R. F.; **Dialectic approaches an public policy interactions for social, environmental and health problems: challenges for health promotion across territorial scales**. Health, 6, 607-615, 2014. <http://dx.doi.org/10/4236/health.2014.67079> .

GOMES, B.R. ; ADORNO, R. C. F. . **Tornar-se Nória e sofrimento social nos usos do crack na cidade de São Paulo**. Etnográfica (Lisboa), v. 15, p. 569-586, 2011.

GONDIM, S. M. G; **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, 12(24), 149-161, 2003.

GORGULHO, M; **Drogas e Sociedade**. p. 23-34 in **Álcool e outras drogas**. Conselho Regional de Psicologia da 6 região. – São Paulo: CRP, 2011.

GUPTA, A; FERGUSON, J. **Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença** [1992]. In ARANTES, Antonio (org.). O Espaço da Diferença, Campinas, Papyrus, 2000.

HAAG, C. **Vocação para a grandeza e para as mazelas**. Globalização adotada com rapidez por São Paulo degradou sua constituição urbana e social. Revista Pesquisa FAPESP : Edição 199 - Setembro de 2012.

HARVEY, D., **Condição Pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 edição. Edições Loyola, 1996.

INGOLD, T.; **Being alive: essays on movement, knowledge and description**. New York: Routledge, 2011

JACOBI, R. P, GRANJA, S. I. B, FRANCO, M.I; **Aprendizagem social: práticas educativas e participação da sociedade civil como estratégias de aprimoramento para a gestão compartilhada de bacias hidrográficas**. São Paulo em perspectiva, v.20, n.2, p. 5-18, abr/jun, 2006.

JACKSON-JACOBS, C; **Hard Drugs in a soft context: managing trouble and crack use on a college Campus**. The sociological Quartely, vol.45, issue 4, 2004, p. 835 – 856.

Jornal da Tarde (14 477): pág. 4A. São Paulo: S.A. O Estado de S. Paulo

KUSCHNIR, K.; **Desenhando cidades**. Sociologia & Antropologia. V.02.04: 295 – 314, 2012.

LYNG, S; **Action and edgework: risk taking and reflexivity in late modernity**. European Journal os Social Theory. November 2014 vol. 17 no. 4 443-460.

MAGNANI, J. E TORRES, Lilian (orgs.). **Quando o campo é a cidade**. Na metrópole – textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 1996. (Introdução, caps. De Vagner Gonçalves da Silva e Marinês Antunes Calil).

MAGNANI, J.G.C.; **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n.32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAGNANI, J., G., C., **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. São Paulo : Terceiro Nome, 2012.

MARTINS, M.L.R; **São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana**. Estudos Avançados 25 (71), 2011, p. 59 – 72.

MERLEAU-PONTY, M; **Textos Selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Pensadores)

MERLEAU-PONTY, M; **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (original publicado em 1945).

MEYER, D. E. E et al; **Você aprende. a gente ensina? Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(6): 1335-1342, jun, 2006.

MCGOVERN, R; MCGOVERN, W; **Voluntary risk-taking and heavy-end crack cocaine use: na edgework perspective**. *Health, Risk & Society*. 2011. Vol. 13. Nº5, p. 487 – 500.

NARDOCCI AC, Rocha AA, Ribeiro H, Assunção JV, Mucci JLN, Colacioppo S, Gunther WMR, Paganini WS. **Saúde Ambiental e Ocupacional**. 5. Saúde Pública. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2008, v. 1, p. 69-101.

NILBBERTH, Silva. **O valor do centro**. In Revista: Arquitetura e Urbanismo numero 210. P.32-35, 2011.

PEREIRA, M. R M.; **Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista**. *Topoi*, v.6, n.10, jan-jun. 2005, pp. 99-142.

PETUCO, D. R. S; **Entre imagens e palavras: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack**. Universidade Federal da Paraíba - PB, 2011.

PROENÇA, M. C. O. **A cidade e o habitar no pensamento de Henri Lefebvre**. Universidade de Coimbra. 2011

RAIKHEL, E.; GARRIOTT, W.; **Addiction Trajectories**. Duke University press, 2013.

RAUPP, L. M.; ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**

REINARMAN, C.; Levine, H. G.; **Crack in America: demon drugs and social justice**. University of California Press, 1997.

\_\_\_\_\_ REINARMAN, C.; Waldorf, D.; Murphy, S. B.; Levine, H. G.; **The contingent call of the pipe: bingeing and addiction among heavy cocaine smokers**. p. 77 – 97.

\_\_\_\_\_ MORGAN, J. P.; Zimmer, L; **The social pharmacology of smokeable cocaine: not all it'scracked up to be.** p. 131 – 170.

RENN, O; **Risk Governance: coping with uncertainty in a complex world.** Earthscan, London, 2008.

RIGHI, Roberto. **Um Século de Luz.** São Paulo: Scipione, 2001.

RUI, Taniele. **Corpos Abjetos: Etnografia em cenários de uso e comercio de crack /** Taniele Cristina Rui. - - Campinas, SP : [s.n.]. 2012.

RUI, T. **Usos da “Luz” e da “cracolândia”:** etnografia de praticas espaciais. Revista Saúde e Sociedade v.23, n.1, p.91-104, 2014.

RUI, T; ADORNO, R; CALIL, T; GOMES, B. R; MALVASI, P; LIMA S. S; VASCONCELOS, M. P; **Amarga Delícia: Experiências de consumo de crack na região central de São Paulo (BR).** Revista Inter-legere n-2. Rio Grande do Norte, p. 87 – 109, 2014.

SCHWARCZ, L. M; **Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais.** Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 04,02: 391 – 431, outubro, 2014.

SOUZA, T.P; **A norma da abstinência e o dispositivo drogas: direitos universais em territórios marginais de produção de saúde (perspectiva da redução de danos).** Unicamp, Campinas – SP, 2013.

STIMSOM, G.; **Harm Reduction: the advocacy of science and the science of advocacy.** Leitura realizada na London School of Hygiene and Tropical Medicine. 17 novembro, 2010.

TELLES; V. S.; HIRATA D. V.; **Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o Ilícito.** Estudos Avançados 21 (61), 2007.

TOLEDO, B. L., **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo,** São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

URIARTE, U. M.; **O que é fazer etnografia para os antropólogos.** Revista PontiUrbe. Edição 11. Ano 6, 2012.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** Revista Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.56-69, jan-abr 2004.



VELHO, O. G. **O fenômeno Urbano**. Textos básicos de ciências sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

\_\_\_\_\_ PARK, R. E. **A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano**. American Journal of Sociology, XX (março 1916) pp. 577 – 612.

VELHO, G.; **Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas**. Sociologia, Problemas e Práticas, n.59, 2009, pp.11-18.

VICHIETTI, S. M. P. (org). **Psicologia Social e Imaginário: leituras Introdutórias**. 1 ed. – São Paulo : Zagodoni, 2012;

\_\_\_\_\_ AMORIM, M. M. **O papel da imaginação Radical na Construção da Realidade Social Histórica**. p. 95 – 102.

\_\_\_\_\_ DARMEGIAN, S. **Do imaginário ao Real, da Fantasia à Realidade: um convite à transcendência**. P. 117 – 124.

\_\_\_\_\_ ROVAI, M. G. O. **História Oral e Imaginário: núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP)**. P. 160 – 176.

ZUKIN, S.; **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In ARANTES, Antonio (org.). O Espaço da Diferença, Campinas, Papirus, 2000.